

TRAVESSIA



CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante 88

Publicação do CEM - Ano XXXIII, nº 88, Janeiro - Junho/2020



DOSSIÊ HATI/HAITIANOS

República Negra Trabalho Bíblia Agenciadores
Periferia do capitalismo Igreja Adventista do Sétimo Dia
Políticas estatais de fronteira Pastoral dos Migrantes

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor Chefe

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),
Érika Pires Ramos (USP), Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp),
Gustavo Dias (UNIMONTES), Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ),
Léa Francesconi (USP), Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP),
Margarida Maria de Andrade (USP), Marilda Aparecida de Menezes (UFABC),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Patrícia Villen (UNICAMP), Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp),
Rosemeire Salata (UNESP/CAR), Sidnei Marco Dornelas, cs (CEMLA)
Tatiana Waldman (Museu da Imigração), Verônica Pessoa (UFCG)

COLABORADORES

Yara Silvia Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte
sergioricciuto@gmail.com
www.sergioricciutoconte.com.br

Impressão - Max Editora e Impressões Digitais Ltda - (11) 3379-7046

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Uma breve apresentação do Haiti	03
<i>Ismane Desrosiers</i>	

DOSSIÊ HAITI, HAITIANOS

Democracia e Direitos na República Negra da América	07
<i>Fabiana Bezerra Nogueira</i>	

A precarização do trabalho do imigrante haitiano em São Paulo ...	25
<i>Priscilla Pachi</i>	

Trajетórias exploratórias na periferia do capitalismo: reflexões a partir dos trabalhadores haitianos na indústria têxtil do noroeste do Paraná	43
<i>Flávio Ribeiro de Lima</i>	

A articulação do imigrante haitiano com a Igreja Adventista do Sétimo Dia em São Paulo e a comunidade haitiana adventista	65
<i>Bernadete Alves de Medeiros Marcelino</i>	

Agiotas da mobilidade e migração haitiana: um debate sobre agenciadores em processos migratórios no/ao Brasil e políticas estatais de fronteira.....	75
<i>Isis do Mar Marques Martins</i>	

ARTIGO

1. Um lar para quem não tem casa: considerações sobre a primeira carta de Pedro no contexto da mobilidade humana	87
<i>Alfredo José Gonçalves, Cs</i>	

Uma breve apresentação do Haiti

*Ismane Desrosiers**

O Haiti é a República mais velha das Américas depois dos Estados Unidos, localiza-se na região central do Caribe insular, faz fronteira com a República Dominicana ao Leste, Cuba ao Oeste, Mar do Caribe ao Sul e Oceano Atlântico ao Norte. O Haiti ocupa um território de 27.750 km², dividido em dez Departamentos (estados) e, segundo dados demográficos do Instituto Haitiano de Estatística e Informática (IHSI, 2018), o país conta com uma população de 11 milhões de habitantes, dentre os quais 52% vive em áreas urbanas. Em 2018, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Haiti ocupava o último lugar no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países da América Latina e do Caribe, bem como apresentava um dos IDHs mais baixos do mundo. Dessa maneira, cremos que a situação atual do país pode ser entendida a partir de uma análise de processos, externos e internos, de dominação, sobretudo externos, uma vez que o Haiti foi a colônia mais próspera das Américas, e a França, no século XVII, obteve o controle sobre a parte Oeste da ilha extraindo a maior parte de suas riquezas durante o chamado processo de acumulação primitiva do capital (MARX, 1988) que gerou as condições necessárias para o desenvolvimento industrial da França no século XIX.

Hoje, o Haiti é considerado pelo Ocidente como o país mais pobre das Américas e um dos mais pobres do mundo. Não seria mais correto falar que se trata de um país empobrecido pelos antigos países colonialistas e escravistas da passagem do capitalismo comercial ao capitalismo industrial? Isso porque, o Haiti se antagonizou com a ordem estabelecida, colonialismo, escravismo e racismo, por países como Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Holanda e os Estados Unidos nos séculos XV-XVIII, tornando-se, em 1804, independente após a única Revolução bem sucedida conduzida pelos escravos negros que, colocou em questão o capitalismo na sua fase comercial dentro da sua lógica, simbólico-ideológica e moral. A independência do Haiti abalou as relações de poder pré-figuradas e estabelecidas. Desse modo, a Revolução haitiana consiste em levantar bandeiras do respeito, da dignidade humana e de um agir moral que alcança os direitos fundamentais dos seres humanos - *avant la lettre!* Os haitianos recusaram-se a serem considerados como mercadorias coisificadas que são vendidas e compradas dentro do chamado processo de acumulação

* *Ismane Desrosiers é haitiano, bacharel e licenciado em Geografia pela Unicamp. Mestre em Geografia pela USP em 2020 onde atualmente é doutorando em Geografia Humana, bem como pesquisador vinculado ao Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN- FFLCH-USP).*

primitiva do capital para se tornarem cidadãos a partir de 1804. Isso faz com que os haitianos estejam presentes, por meio da sua contribuição sociopolítica, na história global da emancipação do homem, especialmente a do homem negro e da mulher negra; enfatizando, de formas variadas, os seus direitos políticos, socioeconômicos e culturais perante a sociedade contemporânea (DESROSIERS, 2020, p. 123).

Por isso, o Haiti incomodou os interesses da burguesia tradicional colonialista, escravista e racista do Ocidente, porque os demais territórios das Américas eram colônias, onde se praticavam a escravidão, mesmo nos Estados Unidos que já eram independentes desde 1776. O Haiti foi visto como um mau exemplo que devia ser repreendido e, assim foi por meio de hostilidades diplomáticas, comerciais e geopolíticas das potências colonialistas e escravistas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos até, pelo menos, a segunda metade do século XIX. Em consequência, foi imposto ao país um triplo bloqueio: político, diplomático e comercial além do não reconhecimento de sua independência. Para reconhecer a independência do país, a França demandou à nação haitiana a redução de metade dos direitos aduaneiros para os navios franceses em seus portos, bem como exigiu o pagamento de uma indenização de 150 milhões de francos-ouro; renegociados treze anos mais tarde, em 1838, para o valor de 90 milhões (WARGNY, 2004, p. 54) de “indenização” por suas perdas durante a Revolução Haitiana (1791-1804). O valor da indenização foi acordado para ser pago até 1886, mas na verdade, seu pagamento se deu até 1952.

Várias foram as ocupações sofridas pelo Haiti, sendo que a dos Estados Unidos (1915-1934) trouxe ainda o apoio aos regimes ditatoriais no país como os de Papa Doc e Baby Doc (1957-1986), seguida de várias intervenções militares e ao embargo econômico entre 1991 a 1993. Cabe salientar, que o Haiti se insere no neoliberalismo com uma instabilidade política, econômico, social e abalado por fenômenos naturais sendo, o mais devastador, o terremoto de 2010, que inviabilizou o desenvolvimento do país. Muitas vezes a imigração se torna uma opção para muitos haitianos em busca de melhores condições de vida em outros países.

O movimento migratório de haitianos começou no período da ocupação americana, quando vários camponeses foram expropriados de suas terras que foram concedidas às empresas dos Estados Unidos que produziam borracha. Contudo, o fenômeno migratório de haitianos se generalizou a partir da segunda metade do século XX, quando o país conheceu uma emigração de mão de obra altamente qualificada de nível superior para a Europa (França e Bélgica), África (Senegal) e América do Norte (Canadá e Estados Unidos). Essa “fuga de cérebros” ocorreu num contexto de repressão política do governo ditatorial de François Duvalier (Papa Doc). No início do século XXI surge uma nova onda migratória haitiana para a América do Sul, principalmente para o Brasil, caracterizada por uma mão de obra, em sua maioria, desqualificada e que se articula à mobilidade da força de trabalho dentro da estrutura do sistema capitalista mundial baseado no desenvolvimento desigual. Nesse contexto, o Haiti se localiza na periferia do capitalismo, sendo explorado e mal visto pelo Ocidente dominante, no entanto

continua iluminando toda a humanidade no que tange ao respeito aos Direitos Humanos, no sentido de dar a dimensão universal a esses direitos. Somente em 1948, isto é, após mais de 150 anos da abolição da escravidão (1794) no Haiti que a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada e promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que inclui o direito de migrar. Portanto, a situação atual do Haiti é o resultado de um projeto historicamente construído pelo Ocidente dominante com a contribuição de certos dirigentes haitianos em detrimento da luta do povo haitiano por melhores condições de vida há mais de duzentos anos.

Dando continuidade à esta breve apresentação, o presente dossiê, composto por artigos de pesquisadores brasileiros, tem por objetivo aprofundar a análise sobre o Haiti e a imigração de haitianos para o Brasil.

O artigo de Fabiana Bezerra Nogueira intitulado *“Democracia e direitos na República Negra da América”* faz uma análise, e apresenta a história de conquistas e reconquistas, das inúmeras lutas e do sangue derramado na tentativa do país ser livre e que, ainda hoje, sofre invasões imperialistas e uma grande investida contra a sua soberania em nome de uma ordem econômica e da negação e aceitação do negro como capaz de se autogovernar e de ser o “autor” de sua própria história.

Priscilla Pachi apresenta o artigo intitulado *“A precarização do trabalho do imigrante haitiano em São Paulo”* no qual analisa a situação dos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo ancorando a reflexão a partir da centralidade do trabalho. O texto busca compreender como se dá a inserção laboral desses sujeitos no contexto da reprodução econômica e quais são as suas repercussões na vida social e no espaço da capital paulista.

Flavio Lima apresenta o artigo *“Trajetórias exploratórias na periferia do capitalismo: reflexões a partir dos trabalhadores haitianos na indústria têxtil do noroeste do Paraná”* no qual discute a exploração da força de trabalho dos haitianos que se deslocaram para trabalhar na indústria têxtil do noroeste do estado do Paraná, buscando compreender a emergência das trajetórias migratórias que esses sujeitos realizaram entre 2010 e 2016 e seus desdobramentos, no que tange ao mundo do trabalho. A discussão é apresentada a partir de uma abordagem que reconhece as trajetórias migratórias como parte de um processo complexo de escala ampliada que tem como finalidade última atender as necessidades de funcionamento do mercado de trabalho global.

Bernadete Alves de Medeiros Marcelino apresenta o texto *“A articulação do imigrante haitiano com a Igreja Adventista do Sétimo Dia em São Paulo e a comunidade haitiana adventista”*, no qual analisa a “articulação do imigrante haitiano com a Igreja Adventista do Sétimo Dia, que culminou em um espaço de celebração para a Comunidade Haitiana Adventista em São Paulo. Na ausência de políticas públicas migratórias brasileiras, muitos desses imigrantes foram acolhidos por instituições de cunho religioso, entre as quais a Igreja Adventista também atuou”.

O artigo de Isis do Mar Marques Martins intitulado *“Agiotas da mobilidade e migração haitiana: um debate sobre agenciadores em processos migratórios no/ao Brasil e políticas estatais de fronteira”* analisa os movimentos políticos

oriundos de um tema bastante controverso entre os estudos migratórios, que nesse texto é tratado como os agiotas da mobilidade. A diversidade das relações de barganha e troca no mundo das migrações promove uma rede de poder em que diversos agenciamentos são colocados, e que na grande maioria dos casos o migrante é sempre o mais escamoteado em detrimento de políticas adversas e reações conflituosas na travessia até o país de destino. A entrada desses imigrantes, muitas vezes, se dá em regiões de fronteira terrestre, que em várias situações exige atitudes de controle e segurança.

O artigo de Alfredo José Gonçalves, *“Um lar para quem não tem casa: considerações sobre a primeira carta de Pedro no contexto da mobilidade humana”*, a rigor não faz parte do dossiê mas está em plena sintonia com os textos que o compõem, na medida em que se propõe a analisar a Primeira Carta de Pedro na interface dos desafios postos à acolhida digna aos migrantes “nos dias de hoje”. Além disso, tendo presente “a perda das raízes e das referências, a luta pela sobrevivência e por melhores condições de vida, a insegurança longe da própria terra e da pátria, os problemas enfrentados no dia a dia, o preconceito e discriminação de que [os migrantes] são alvos fáceis. Em razão disso, escolhemos a primeira carta de Pedro para estudo. Esta carta nos fornece uma chave de leitura para entender a realidade atual das migrações e também nos aponta algumas pistas para a atuação pastoral”.

Sergio Ricciuto Conte, capista de Travessia, expressa facetas da imigração de jovens haitianas e haitianos na periferia do trabalho e do capitalismo. O conceito de periferia, na arte da capa, dialoga com os debates sobre precarização do trabalho e periferia do capitalismo abordados em alguns textos do dossiê. Além disso, a ideia de periferia é reforçada pelas casas e barracões que circundam o rosto negro do migrante. Rosto negro marginalizado que também evoca a própria condição periférica do Haiti. Em que pese a expressão dessa condição, o sol brilhante como um farol evoca a memória da Revolução de 1804, na qual o Haiti declarou a sua independência das potências europeias colonialistas.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- CASTOR, S. *L’Occupation Américaine d’Haiti 1915-1934*. CHIDIAC, Port-au-Prince, 1987.
- DESROSIERS, I. *Haiti: da desigualdade social às desigualdades socioespaciais na metrópole de Porto Príncipe*, 2020 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2020.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 3 livros, 5 volumes. São Paulo, Abril Cultural, 1988.
- ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 20 de julho. de 2020.
- WARGNY, C. *Haiti n’existe pas: 1804-2004 deux cents ans de solitude*. Éditions Autrement, Paris, 2004.

Democracia e Direitos na República Negra da América

*Fabiana Bezerra Nogueira**

Há demasiados médicos na cabeceira do enfermo e a maioria desses médicos são economistas (Ricardo Seitenfus¹).

O antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot, na obra *Silencing the past: Power and Production of History* (TROULLOT, 1995), chama a atenção para as ambiguidades da história, distinguindo-a como processo e como narrativa. O autor adverte que narrar a história é também fazê-la, pois a narrativa é um processo ativo de poder e a posição ocupada pelos sujeitos históricos define a escolha dos fatos a serem inscritos como história. Assim, o silenciamento da história do Haiti diante da grande façanha de uma Revolução que se configurou como um fato impensável pelo colonizador europeu, marco fundador da nação haitiana, se associa ao silenciamento dos povos encontrados pelo caminho da chamada conquista da América, evidenciando o poder de narrativa do vencedor. Esse evento que colocou o continente americano no mapa e na história da Europa, na prática, significou a maior usurpação de terras, metais preciosos, culturas e vidas da história da humanidade. O primeiro encontro dos nativos americanos com os europeus já anunciava o genocídio que viria, pois ao encontrar os índios:

Colombo e os seus provavelmente se perguntaram: “serão estes índios seres humanos?” Em 1492, o que os europeus chamavam “humanidade” estava formada, sobretudo, pela Europa e alguns povos distantes conhecidos. Porém, os caribenhos e caribenhas não eram como os hindus e tampouco como os espanhóis. A diferença era enorme. A primeira resposta à pergunta foi muito simples: “a humanidade somos nós. Eles não são humanos, são bárbaros.” Nesta resposta começa um longo capítulo de dor na história da América... (MONTROYA, 1992, p. 17).

A negação da humanidade foi o primeiro elemento que fundamentou o genocídio. “Não são como nós”, são “infiéis”, ‘pagãos’, ‘idólatras’, ‘bárbaros’, ‘tiranos’, ‘brutos’, ‘imperfeitos’, ‘nescios’, ‘sodomitas’” (MONTROYA, 1992, p. 17).

* *Historiadora e Mestre em Ciências pelo programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

Assim começa a história da América contada pelo europeu colonizador. E em grande parte do continente americano, o genocídio e o etnocídio ocorreram em “nome de Deus” e da “santa amada Igreja”.

Assim, os habitantes da ilha *Quisqueya*², batizada por Colombo de *Hispaniola*, foram praticamente dizimados nos trinta primeiros anos de colonização. “Essa população, de aproximadamente 250 mil habitantes, era composta por duas etnias: os chemés e os tainos. Nos primeiros dez anos de colonização, houve um descenso de aproximadamente cem mil índios” (SCARAMAL, 2006, p. 15). Não precisou de muito mais tempo para que o genocídio desses povos fosse completo naquela ilha.

Com a diminuição da população, causada, principalmente por maus tratos e epidemias, a coroa espanhola introduz o negro como mão de obra escrava. Justificava-se a utilização dos negros como escravos em substituição à mão de obra nativa, com a afirmativa da inadaptabilidade do nativo ao sistema de trabalho. O rentável tráfico negreiro trouxe a América africanos de diversas etnias que, assim como os índios, foram tratados como “não humanos”, considerados como propriedades. Inicialmente, os negros escravizados foram trabalhar nas minas auríferas, já em decadência. Logo depois, passaram para o trabalho na produção de cana-de-açúcar e criação de gado. Mas em meados do século XVI, a descoberta de ouro e prata no México e nos Andes e a ascensão de Cuba como centro da administração no Caribe, os espanhóis desativaram parcialmente a colonização na ilha, que se tornou um posto de abastecimento.

O abandono espanhol das suas possessões caribenhas durou aproximadamente dois séculos. Em fins do século XVII o interesse de outras metrópoles, como França, Grã-Bretanha e Holanda na região levou à ocupação de diversas ilhas por essas nações. Assim, a França se apropriou da parte ocidental da ilha de *Hispaniola*, aproximadamente um terço dela e, em 1697 reivindicou sua posse, confirmada com o Tratado de *Ryswick*. Sob o domínio francês, parte da ilha de *Hispaniola* passou a ser conhecida como *Saint Domingue*.

Segundo Scaramal (2006, p.18), somente “a partir do ano de 1670, *Saint Domingue* começou a funcionar como uma verdadeira colônia.”, vindo a tornar-se, apenas meio século depois, um próspero empreendimento colonial.

A partir do século XVIII, houve um crescente aumento na demanda por açúcar na Europa e, por conseguinte, por escravos nas colônias. A colônia de *Saint Domingue* beneficiou-se também do Tratado de *Utrecht* (1713-1714), que concedeu à Inglaterra trinta anos no monopólio do tráfico de escravos para as Índias Ocidentais [...] O aumento do tráfico de escravos nesse período foi vertiginoso: 180.000, de 1700 a 1760; 80.000, de 1760 a 1780; e, 200.000 escravos em apenas dez anos, de 1780 a 1790.

A população de São Domingos, que era no ano de 1700 estimada em 13,5 mil passou a 500 mil habitantes noventa anos depois (SCARAMAL, 2006, p.18).

Em pouco tempo, *Saint Domingue* se tornava a colônia francesa mais próspera. O comércio de açúcar com os Estados Unidos da América elevou a produção e a ilha passou a ser conhecida como “*La perla de las Antillas*”.

Do ponto de vista social, *Saint Domingue* apresentava um arranjo social complicado e conflitante. Segundo Scaramal, à época da Revolução Francesa, a população de *Saint Domingue* era formada por, aproximadamente, “500 mil negros, 40 mil mulatos e 36 mil brancos” (SCARAMAL, 2006, p.19). Apesar da maioria esmagadora da população ser composta por negros escravizados, havia ainda alguns negros libertos e um grupo considerável de mulatos, que recebiam tratamento diferenciado, mas que tinham direitos civis limitados. Assim, a população era um verdadeiro emaranhado de relações de “cores” e posições:

A descendência de brancos, pretos e mestiços tinha 128 divisões. O verdadeiro mulato era de uma negra pura com um branco puro. A criança de um branco com uma mulata era um quadrarão, com 96 partes de branco e 32 partes de preto. Mas, o quadrarão poderia ser produzido pelo branco e pela marabu na proporção de 88 por 40, ou pelo branco e pela sacrata, na proporção de 72 para 56 e assim por diante até 128 variedades. Mas o sang-melé, com 127 partes brancas e uma negra, continuava sendo um homem de cor (JAMES, 2000, p.49).

Havia, também, divisão entre os brancos em dois segmentos: *grands blancs*, formado por grandes fazendeiros, burocratas coloniais e profissionais liberais; e os *petits blancs*, que eram os pequenos lojistas e artesãos. A tensão entre esses grupos era constante. Muitos negros resistiram aos trabalhos forçados e a *marronage*³ crescia cada vez mais. Para controlar a imensa massa de escravos os senhores atuavam de forma cruel, com castigos que desconsideravam qualquer traço de humanidade. Tal tratamento era justificado pela necessidade de segurança dos brancos. Em uma carta escrita ao ministro da França, o governador da Martinica dizia que “[...] a segurança dos brancos exigia que mantivéssemos os negros na mais profunda ignorância. Cheguei a ponto de acreditar firmemente que os negros deveriam ser tratados como animais” (Apud JAMES, 2000, p.31).

Por volta de 1740, uma revolta de escravos, liderada por um negro conhecido por Ti Noel, e outra levada a cabo por Mackandal⁴, figura lendária, em fins da década de 1750, inauguraram a efervescência que iria culminar com a Revolução haitiana a partir de 1791.

Não fosse o comedimento necessário ao historiador, se pudesse ousar e aceitar a literatura como provocação, poder-se-ia dizer que essa resistência silenciosa romper-se com o urro de um escravo mandinga, ao ter seu braço decepado na moenda de cana-de-açúcar. Pudesse continuar aceitando a provocação literária, tal historiador diria: mais que um urro, o que se ouvira em uma fazenda do Limbé, região setentrional de *Saint Domingue*, foi o bramido de revolta daquele que se tornaria o líder da primeira insurreição de escravos em *Saint Domingue*, François Mackandal (SCARAMAL, 2006, p. 30).

A partir daí, diversas sublevações escravas eclodiram em *Saint Domingue*, tanto nas plantações como nas áreas urbanas, engrossando o caudal revolucionário dos escravizados. Os anos e as revoltas foram extremamente violentos (NOGUEIRA, 2015, p. 6). O ódio ancestral, alimentado pela fé nas práticas mágicas do *vodu*, levaram os negros a destruírem engenhos e cafezais, fazendo se cumprir o que há tempos cantavam nas plantações: “*Ê! Ê Bomba! Heu! Heu! Canga, bafio te! Canga, bafio te! Canga mouné de lé! Canga, do Ki la! Canga li!*”⁵ (JAMES, 2000, p.32).

Enquanto isso, do outro lado do atlântico, fervilhavam os acontecimentos na França revolucionária. Em 1794, foi proclamado o fim da escravidão nas possessões francesas ultramar e em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o que não foi colocado em prática na colônia.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão impressionou os colonos, provocou medo em parte deles. Os deputados colonos fizeram de tudo para proibir a promulgação do documento, com medo de uma possível revolta dos livres de cor e dos escravos. No final do século XVIII, os ideais da Revolução Francesa começam a se difundir pelo mundo: liberdade, igualdade e fraternidade. A Revolução Haitiana foi uma aplicação desses ideais da Revolução Francesa nas Américas, O impulso revolucionário chegou à ilha de São Domingos trazido da França pelo escravo liberto Vicent Ogé, líder de um movimento armado contra os brancos. (HANDERSON, 2010, p. 44)

Os colonos negaram a aceitação do Direito Constitucional vindo da França e negligenciavam, inclusive, o *Code Noir* de 1685, que previa alguns direitos e igualdade política entre colonos e negros libertos. Assim, Vicente Ogé iniciou uma luta armada contra os brancos, em defesa dos direitos políticos e igualdade dos libertos de cor, mas logo foi derrotado e morto. A maioria dos colonos era contrária a concessão de direitos a homens negros, mesmo que fossem libertos.

Por outro lado, os homens livres de cor continuaram articulando-se para defender os seus direitos civis como garantia a nascente Constituição Francesa, mas só foram atendidos após iniciadas as insurreições escravas⁶.

Nas montanhas, os *marrons* se preparavam para uma batalha que ia além. Assim, a luta pela independência da metrópole francesa teve início em 1791 com a célebre cerimônia de *Bois-Caiman*⁷ conduzida por Boukman⁸, na qual vodu e revolta se uniram para combater os senhores brancos. Em seguida, passa a ser liderada por Toussaint Louverture⁹, que em 1793 foi capturado pelas tropas napoleônicas e foi levado para a França, morrendo na prisão. Jean-Jacques Dessalines, ex-escravo que ascendeu a general nas tropas de Toussaint, assumiu o comando e derrotou a “Armada Invencível” de Napoleão, declarando a independência do Haiti e o fim da escravidão.

Por toda a América eclodiam movimentos por independência política à luz dos ideais liberais. Nesses projetos de independência estavam presentes “as ideias de liberdade, de igualdade jurídica, da legitimidade da propriedade privada, da educação como remédio para os grandes males, da necessidade do império da lei, do progresso e da felicidade geral do povo” (PRADO, 1987, p.12). Mas nesses projetos, em sua maioria, não se pensava em liberdade para os negros escravizados. Estes estavam fora do “ser de direitos”, do “ser humano”. Não eram entendidos como o “Indivíduo”, o “Homem” portador dos direitos, declarados na França, que se pretendiam universais. Para Dessalines, o projeto era diferente: liberdade estava ligada ao fim da escravidão e ao fim de todo o aparato colonial, inclusive os colonos. O ódio aos opressores franceses marcou a atuação de Dessalines. Dizia ele ao povo do Haiti:

Generais intrépidos, que insensíveis às próprias desgraças haveis restaurado a liberdade prodigando-lhe todo vosso sangue, saibam que nada haveis feito se não derdes às nações um exemplo terrível, mas justo, da vingança que deve exercer um povo orgulhoso de ter recobrado sua liberdade e zeloso de mantê-la; amedrontemos os que tentam nos arrebatá-la: comecemos pelos franceses. Que temam ao abordar nossas costas, se não pela lembrança das crueldades que eles exerceram, ao menos pela nossa terrível resolução de condenar à morte todo o francês que ouse pisar com seus pés sacrílegos no território da liberdade (PRADO, 1987, p. 14).

Em 01 de janeiro de 1804 Dessalines proclamou a independência e batizou a nova nação de Haiti¹⁰. Fez cumprir a promessa de vingança e os gritos de “*Koupe tèt, bout Kay*”¹¹ se espalhou por todo o território haitiano, dando início à matança e à expulsão dos brancos da primeira nação negra da América.

O país independente, praticamente destruído, não foi reconhecido pela antiga metrópole e nem pelos Estados Unidos da América, potência em ascensão. Na América escravista, os brancos tinham medo do exemplo haitiano e evitaram qualquer relação com a nova nação independente. O Haiti sofreu um bloqueio econômico das potências e os ex-escravizados passaram a se dedicar à agricultura de subsistência.

Dessalines se proclamou Imperador e não queria continuar o sistema agroexportador, até porque ele tinha mandado queimar todas as plantações. O seu desejo era romper radicalmente com tudo do sistema antigo, tudo o que era francês. Com a volta à economia de subsistência, o Haiti saiu do mercado mundial do açúcar. De colônia mais produtiva das Américas passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional, pois já desde o período de colonização, o Haiti apresentava uma economia primária (HANDERSON, 2010, p. 55).

Uma nação negra em um continente escravista, onde o negro é um “ser inferior” e incapaz de ser portador de direitos, tampouco de se autogovernar, só pode gerar, além da ausência de aceitação, inúmeras tentativas de combatê-lo. Os ideais ocidentais-colonizador, imbuídos também em muitos grupos de haitianos, como também a ausência de modelos de governo que não o francês, os levaram a conflitos políticos permanentes. Dessalines foi assassinado em 1806, por um grupo de proprietários de terras contrários ao seu projeto de reforma agrária.

O Haiti foi dividido em dois - revelando um forte antagonismo entre os livres de cor, chamados *mulâtres* e os *noirs*, identificados como os descendentes dos antigos escravos - ao norte, um reino conduzido pelo *noir* Henri Christophe e, ao sul, uma república governada pelo *mulâtre* Alexandre Pétion. A unificação veio com a ascensão de Jean Pierre Boyer (1820), representante dos *mulâtres* que se orgulhavam de nunca terem sido escravos e de serem descendentes dos brancos, sentindo-se, assim, mais aptos para governar, já que acreditam que antigos escravos não teriam legitimidade para ocupar os cargos de direção de uma nação civilizada.

Para reconhecer a independência do Haiti, a França cobrou uma alta indenização e Jean Pierre Boyer “tentando superar o drama da rejeição da Europa imperialista à sua República Negra” (HANDERSON, 2010, p. 57) aceitou os termos do acordo proposto pelos banqueiros e em 1838, a França reconheceu a independência do Haiti. Assim, o Haiti passou os próximos 45 anos dedicando-se ao pagamento de sua liberdade.

Após a independência, o Haiti não logrou estabilidade política. Até 1915 o país havia se defrontado com mais de vinte mudanças de governo. Crises recorrentes em um país geograficamente tão próximo dos Estados Unidos da América conformariam as justificativas para intervenção e ocupação de natureza militar promovida pelo governo estadunidense e destinada a perdurar até 1934. Segundo Laënnec Hurbon, nesse período “o Haiti conheceu a mais terrível humilhação de sua história: a colonização americana” (HURBON, 1987, p. 70).

Nos dezenove anos de ocupação estadunidense, o país experimentou algum tipo de progresso econômico, mas de modo algum a tranquilidade e a paz social. Ações dessa ocupação trouxeram consequências irreparáveis para o Estado e o povo haitiano. Do ponto de vista governamental, foi implantado um novo sistema e forma de governar nos moldes estadunidenses, inclusive, em 1918, uma nova constituição escrita por Roosevelt, anulava todas as leis haitianas que proibiam aos estrangeiros se tornarem proprietários de terras no Haiti. Assim, o presidente Roosevelt afirmava que atrairia investidores estrangeiros que não iriam investir onde não pudessem ser proprietários (SEGUY, 2014, p. 176). *Port-au-Prince* foi transformada em metrópole, com uma grande concentração dos aparatos administrativos e econômicos na capital, como também de educação e cultura, o que causou o aumento demográfico na cidade e a constituição de uma periferia sem nenhuma infraestrutura.

A ocupação americana no Haiti marcou o primeiro grande fluxo migratório internacional de haitianos, tendo como principais destinos Cuba e República Dominicana (também ocupada pelas forças armadas estadunidenses a partir de 1912). A política imposta pelos Estados Unidos no Haiti culminou na expropriação de terras de muitos camponeses, retirando deles as condições de sua subsistência e destruindo a própria base da economia haitiana (PATRICE, 2017), o que resultou num intenso êxodo rural e na migração internacional.

Durante a ocupação americana no Haiti, os invasores também buscaram reforçar a ideia de incapacidade dos negros de se autogovernarem (o que legitimava a ocupação), ao mesmo tempo em que formavam uma elite haitiana, acordada nos seus valores e aliada em detrimento da população camponesa, dita selvagem, num bem elaborado discurso de desumanização dos haitianos e de marginalização do vodu.

Outras medidas como o desarmamento da população camponesa, a dissolução do exército, o estabelecimento de trabalho forçado (corveia) nas obras públicas, mobilizaram os ânimos autonomistas, antibranços e antimulatos, uma vez que

durante a ocupação americana no Haiti, esses últimos (os americanos) reforçaram o setor mulato da população que monopolizaram os cargos públicos das Universidades,

dos serviços diplomáticos, do comércio exterior etc. A resistência organizou-se, então, sob os planos políticos e ideológicos (HANDERSON, 2010, p. 58).

Assim, de 1916 a 1920, a revolta dos *Cacos*, na qual camponeses que foram duramente reprimidos pela ocupação, sob o comando de Charlemagne Péralte, semeou o terror entre a elite de *Port-au-Prince* e colocou em alerta os invasores. Durante todos esses anos da revolta, os *marines* estadunidenses, agiram de forma extremamente violenta, matando muitos desses camponeses, que não se intimidaram mesmo quando o seu líder foi capturado e crucificado sob a bandeira do Haiti. Mais uma vez os *marrons* haitianos se levantaram contra a opressão e durante todo o processo de resistência dos *Cacos* manifestou-se, mais uma vez, a força do vodu, que reaparece na década de 1920 como parte de outra resistência, o movimento indigenista, fundado por J. P. Mars que “conclama os haitianos a recusarem todo complexo de inferioridade por causa do vodu e a, pelo contrário, procurarem encontrar nele a sua originalidade” (HURBON, 1987, p. 71). A Igreja Católica fez grandes campanhas contra o vodu e, tanto o vodu como a língua crioulo¹², eram considerados sinais de atraso e contrários à civilização, afastando o haitiano desses dois elementos que lhes davam unidade e fundamentavam a sua existência, enquanto povo e nação.

Diante do racismo da ocupação americana, o vodu será considerado como expressão de “haitianidade”, algo que pode reconstituir a autonomia cultural perdida. Mas a escola indigenista¹³ que nascera à sombra de J. P. Mars será caracterizada por certas ambiguidades. Desde a crise de 1946, que não chegou a ser uma revolução no país, proprietários de terra e pequenos burgueses negros agitaram a bandeira do nacionalismo por uma participação no poder econômico e político até então controlado pela burguesia mulata. O governo Duvalier, que se pretendia intérprete do movimento indigenista e apelava para as tradições africanas a fim de “salvar” o país, beneficiava apenas as classes médias. Sabe-se a que desastre o país foi conduzido e isso nos convida a não separar o problema cultural do povo haitiano da situação econômica e política das classes mais exploradas do país (HURBON, 1987, p. 71-72).

Em 1957, o médico François Duvalier, oriundo da classe média, elegeu-se presidente, democraticamente, defendendo a devolução do poder aos negros, os reais promotores da liberdade no Haiti. Conhecido como *Papa Doc* declarou-se, em 1964, sete anos após sua posse, presidente vitalício e submeteu o país a

uma ditadura cruel, até sua morte em 1971, quando foi substituído por seu filho, Jean-Claude Duvalier, o *Baby Doc*, também nomeado presidente vitalício. *Papa Doc* vinculou-se às oligarquias, à hierarquia eclesiástica, à tecnocracia estatal e a setores centrais da burguesia para criar e manter o regime vitalício. Duvalier organizou seu próprio instrumento de controle, *os tontons macoutes*, uma milícia paramilitar com base no voluntariado. Esse grupo garantiu o monopólio da força pela presidência da república. Em 1971, ano da morte de seu pai, *Baby Doc* assumiu a presidência também de forma igualmente autoritária.

O regime ditatorial colocou para fora do país milhares de haitianos, marcando o segundo grande fluxo migratório, tendo os Estados Unidos da América como principal destino, mas não o único. Segundo Icart, esse período foi marcado pela diversidade de destinos e a coexistência de praticamente todos os tipos de migração (escolar, sazonal, permanente, de exílio, fugas de cérebros, legais e ilegais) (ICART, 1987).

Em 1986, fortes pressões de diversos setores da sociedade haitiana, contrários ao autoritarismo desenfreado e à repressão que marcavam o governo de *Baby Doc*, atingiram seu ápice com um levante popular que levou à queda do presidente, obrigado a deixar o país. Em sete de fevereiro de 1986, após quase trinta anos de ditadura, o Haiti passou a ser administrado por governos provisórios que não conseguiram vencer as dificuldades políticas, econômicas e sociais do Estado, aprofundadas durante o período da dinastia Duvalier. Em 1988, as eleições consagraram a vitória do candidato da situação, Leslie Manigat, que permaneceu no poder por poucos meses. Assim, muitos presidentes se sucederam no governo do Haiti, sendo derrubados por golpes. Em março de 1990, instalou-se um governo civil transitório, liderado pela juíza Ertha Pascal-Trouillot, que convocou eleições para dezembro de 1990.

O sufrágio, realizado com monitoramento internacional, deu a vitória a Jean-Bertrand Aristide, ex-padre adepto da Teologia da Libertação, que recebeu apoio dos diversos grupos de esquerda. Aristide tomou posse em fevereiro de 1991 e, poucos meses depois, foi deposto por um golpe de estado promovido por militares, com o apoio de setores importantes da elite do país. O Presidente deixou o país em busca de asilo nos Estados Unidos da América e o governo militar responsável pelo golpe nomeou o civil Marc Bazin, como Primeiro-Ministro.

Enquanto isso, os Estados Unidos da América preparavam uma intervenção de forma a enfraquecer o governo militar, instrumentalizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que consistia em uma negociação amigável e, caso não houvesse êxito, estabeleceria embargo econômico e de colaboração técnica com o país. Nos anos que se seguiram, o embargo se tornou total, mas longe de atingir a elite que sustentava o golpe, causou grandes danos à população trabalhadora.

Além do fechamento de milhares de postos de emprego, o embargo causou o aumento no preço dos alimentos básicos (o arroz teve aumento de 137%) acarretou a diminuição de refeições diárias de muitas famílias haitianas. Os serviços de tratamento de água e de saúde foram reduzidos drasticamente, causando um completo desmantelamento da infraestrutura básica, já precária, em todo o país. A partir de 1993, os enfrentamentos cresceram significativamente, tanto no plano político quanto no social, agravados por um quadro econômico cada vez mais desalentador. Os movimentos de esquerda, apoiadores de Aristide, foram desmantelados e muitas lideranças deixaram o país, causando um vácuo de alternativas políticas. Assim a deportação de Aristides marcou o terceiro fluxo migratório do Haiti. Handerson, citando Wooding e Moseley-Williams, afirma que nesse período mais de 100 mil haitianos deixaram o país. “Alguns dirigiram-se para os países vizinhos, cruzaram a fronteira da República Dominicana de ônibus, enquanto outros navegaram para Guantánamo, Cuba e para os Estados Unidos” (HANDERSON, 2015, p. 73).

No Haiti, a precariedade forjada nesse período por todos os embargos e agravamentos da crise com a entrada de forças armadas da ONU, que abriu as portas à ajuda internacional, que fez do Haiti o grande negócio para ONGs e, assim, ainda em 1993, com a justificativa de monitorar as violações aos direitos humanos denunciados pelo presidente deposto, foi criada a *International Civilian Mission in Haiti*, missão conjunta das Nações Unidas com a Organização dos Estados Americanos, que permaneceu no país até 1994, quando foram expulsos pelo governo provisório haitiano. Uma nova ocupação estadunidense trouxe, nesse momento, Aristides de volta ao poder, mas com um novo direcionamento político. “Dos acordos da reconversão política de Aristides fazia parte a promessa de Bill Clinton de ajuda econômica à ilha para facilitar as duras políticas neoliberais a serem implementadas” (HANDERSON, 2010, p. 59). Então, usando como justificativa a escalada de violência, de repressão e de abusos de direitos humanos, com a falência das medidas políticas e diplomáticas da OEA (Organização dos Estados Americanos) e sem que os mecanismos multilaterais de pressão econômica e comercial se fizessem valer, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi acionado e aplicado pela primeira vez no hemisfério. Desse modo, o controverso capítulo VII da Carta das Nações Unidas, através da Resolução 940¹⁴ foi colocado em prática. No entanto, a intervenção militar resultaria no fato inédito de o presidente deposto ser recolocado no poder com a participação da comunidade internacional. Aristide voltou à presidência do Haiti, e no ano seguinte promoveu nova eleição.

Em 2001 ele foi reeleito, sob acusação de corrupção e fraude nas eleições. Uma vez tendo chegado ao poder, Aristides atingiu um grande descontentamento de diversos setores sociais e dois movimentos contrários a ele se formaram: o

movimento social haitiano que queria a deposição de Aristides e a moralização política e social do país, e o movimento formado por integrantes do ex-exército haitiano, dissolvido por Aristides em 1994, que invadiu o Haiti a partir da República Dominicana para depor o presidente e impor um governo autoritário. Assim, em 2004, Aristides deixa o Haiti, de forma controversa.

A saída de Aristides foi promovida pelos Estados Unidos por ação do General Collin Powell. Segundo Aristides, ocorria, naquele momento no Haiti, um golpe contra o Estado haitiano legitimado pelas forças internacionais. De acordo com Aristides, em entrevista concedida pelos meios de comunicação, ele foi forçado a subir em um avião e desde aquele momento se encontra na África do Sul (HANDERSON, 2010, p. 60).

Com a saída de Aristides, o poder foi tomado por uma Força Interina Multinacional (MIF), formada por estadunidenses, franceses e canadenses, que levantava a bandeira de “restauradores da democracia”. Mais tarde, em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança estabeleceu a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), amparada no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. A MINUSTAH foi instalada como “missão multidimensional e integrada”, com a missão de promover a paz e a estabilidade política e social no país, sendo comandada pelo Brasil e composta por diversos países, como Argentina, Chile, Nepal, Sri Lanka, Uruguai, entre outros.

Desde o início de sua missão, a MINUSTAH vem sendo acusada de diversos abusos e violência contra a população haitiana, o que mostra as contradições das missões ditas de paz promovidas pela ONU.

No dia 12 de janeiro de 2010 um terremoto de grau 7,3 na escala *Richter* atingiu o Haiti. O tremor teve seu epicentro em *Port-au-Prince*, capital do país, matando cerca de 300.000 pessoas¹⁵, criando um grande número de desabrigados e reduzindo a escombros parcela importante da infraestrutura habitacional e governamental, o que agravou profundamente a situação humanitária do país. Nos dias que se seguiram, a mídia internacional dedicou-se a levar ao mundo as imagens do desastre que só agravava a “tragédia” que é uma nação negra, como também, o empenho do mundo “civilizado” em promover ajuda e solidariedade.

O terremoto parece ter alargado as portas de entrada do Haiti para todo tipo de negócio estrangeiro, ao mesmo tempo em que abriu enormes crateras onde se encontra a população mais pobre na difícil tarefa de sobreviver. É visível a exploração da tragédia revestida de solidariedade. A presença estrangeira, em certa medida, piorou a condição de vida do haitiano, pois os alugueis, os serviços e muitos produtos passaram a ser cobrados em dólar americano de

forma que só os *blanc* e a elite podiam pagar. Construiu-se, assim, um abismo entre a população local e os estrangeiros que ali se apresentavam como os seus salvadores. É escandalosa a forma como viviam e vivem os estrangeiros, em sua maioria ligados às ONGs, em meio às necessidades básicas do haitiano comum. É como muito bem observou o brasileiro Ricardo Seitenfus, que em 2010 era Representante Especial do Secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Chefe do Escritório da mesma instituição no Haiti e assim se referiu ao problema do apoio: “a reconstrução do Haiti e a promessa de 11 bilhões de dólares que fazemos brilhar inflamam muitos interesses. Parece que um monte de gente veio ao Haiti, não para o Haiti, mas para fazer negócios”¹⁶.

Esse cenário de tragédia pareceu ser a oportunidade ideal para colocar em prática, planos econômicos que já vinham sendo desenvolvidos pelo governo estadunidense que, mais uma vez, desejava transformar o Haiti em seu “quintal”. O estabelecimento de zonas francas em diversas regiões do Haiti, expulsando camponeses de suas terras e, conseqüentemente, de sua subsistência e estabelecendo relações de trabalho similares à escravidão, é denunciado pelo sociólogo haitiano Franck Seguy em sua tese de doutorado defendida na Unicamp em 2014¹⁷, na qual analisa um relatório produzido em 2009 por Paul Collin, professor de Economia da Oxford, a mando do governo estadunidense (SEGUY, 2014, p. 84-85).

Levando em conta que esse relatório serviu de base para o plano de reconstrução do Haiti depois do terremoto, a comissão coordenada pelo ex-presidente estadunidense Bill Clinton está trabalhando em prol de uma economia internacional, usando como desculpa a solidariedade prestada às vítimas da “tragédia histórica” que é o Haiti a partir do olhar da civilização ocidental.

Mesmo nos anos que se seguiram ao terremoto, a promessa de reconstrução do país não aconteceu de forma eficiente, deixando de incluir grande parcela da população, que permaneceu à margem. As instalações de zonas francas para indústrias de vestuários estadunidenses, antes de criar oportunidades, criaram situações de subempregos com baixa remuneração e péssimas condições de trabalho. As ruas de *Port-au-Prince* são tomadas por comércios informais, que disputam as calçadas com os transeuntes, vendendo toda espécie de produtos. Do sucesso da venda, em muitos casos, dependem a alimentação da família e a possibilidade das crianças frequentarem a escola que, em sua maioria, são privadas e confessionais.

Assim, a emigração se constitui como possibilidade de melhores condições de vida, busca de oportunidade de trabalho e estudos, como já é tão presente na história do Haiti. Para muitos desses haitianos e haitianas que deixaram o país, o Brasil tornou-se um destino possível e uma alternativa aos destinos clássicos na mobilidade haitiana (República Dominicana, Estados Unidos, França, Bahamas, Martinica, Guadalupe e a Guiana Francesa). Desde o ano de 2010, registra-se

a chegada de haitianos ao Brasil, principalmente pela fronteira norte do país. O que, inicialmente pareciam casos isolados, foi se tornando um fluxo cada vez maior, tendo o seu ápice entre 2013 e 2014 e findando o ano de 2015 com cerca de 60.000 haitianos vivendo no Brasil¹⁸, no que se configurou no quarto grande fluxo migratório haitiano.

Diante de toda a história de luta, conquista e reconquista do Haiti, é possível perceber a afirmação do escritor uruguaio, Eduardo Galeano, de que o Haiti jamais será perdoado por ter “cometido o delito da dignidade” (GALEANO, 2010). O pretexto do caos e a ideia de que “negros são incapazes de se autogovernarem” foram e, permanecem sendo, as armas utilizadas para as tentativas de subjugar o povo haitiano aos interesses externos. A ideia de que o Haiti sobrevive das “migalhas” oferecidas pela solidariedade do mundo ocidental esconde as verdadeiras razões que fizeram do Haiti o país mais pobre das Américas.

As dificuldades do Haiti não se deveram, com o passar do tempo, somente ao domínio da agricultura de subsistência e à ausência de perspectivas econômicas mais elevadas. Deveram-se também, e não menos, à quarentena, que lhe impuseram até mesmo as nações latino-americanas recém-emancipadas. Quando exilado, Simon Bolívar encontrou abrigo no Haiti, onde recebeu de Pétion proteção, ajuda financeira, dinheiro, armas e até uma prensa tipográfica. No entanto, Simon Bolívar excluiu o Haiti dos países latino-americanos convidados à Conferência do Panamá, em 1826. O isolamento internacional acentuou o atraso e agravou as dificuldades históricas, após uma das mais heroicas lutas emancipadoras do hemisfério ocidental (GORENDER, 2004, p. 301).

As invasões sofridas ao longo de sua história e inúmeras intervenções internacionais são tentativas de negar a soberania haitiana, sempre ameaçada. Depois de 13 anos de uma atuação cercada de controvérsias, a MINUSTAH deixou de existir¹⁹, mas a presença da ONU permanece com a implementação de uma nova missão, a MINUJUSTH – Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti. A mão dos representantes da civilização, ou do controle colonialista, em prol da democracia, permanece fundamentada na ideia de que numa “República negra” é impossível obter sucesso, ainda mais quando esse povo confia seus destinos a deuses pagãos²⁰.

O branco-cristão se apresenta, mais uma vez, como portador do “bem” e único capaz de levar à “salvação”. Enquanto, o povo haitiano é apresentado como historicamente alheio às práticas democráticas, pois diante de governos democráticos, se mostraram inaptos para tal situação, como afirma Dieng, representante da ONU que

afirma seu convencimento de que o Haiti adoece de uma grande falta de cultura democrática, que é preciso reduzir para que se reforce verdadeiramente a democracia e se garanta a estabilidade política no país, que sofre crise após crise desde o restabelecimento da democracia (VASCONCELOS, 2010, p.89).

Partindo dessa perspectiva, é importante refletir o que o professor convidado, Rodrigo Montoya Rojas, apresentou no curso Diversidades, direitos humanos e desafios à democracia na América Latina²¹. Para Montoya Rojas, a democracia é uma ideia e, como tal, é possível estar perto ou longe de sua realização. Na América Latina, há uma carência de espaço de aprendizagem e de vivências de democracia, portanto não se aprende práticas democráticas. As principais instituições onde se dão o desenvolvimento humano - família, religião e sistema educacional - não apresentam estruturas democráticas.

Desse modo, podemos nos perguntar: como pode o Haiti desenvolver democracia nos âmbitos pautados pelo mundo ocidental, se o conceito de democracia, como bem apresentou o professor Montoya Rojas, está associado ao conceito de direitos, que se associa à justiça? E ainda, como esperar que um povo a quem é negado o seu “ser-no-mundo”²² alcance o que não faz parte da sua própria existência?

Como afirma Seitenfus “uma das maiores dificuldades haitianas encontra-se em nós mesmos. Trata-se da profunda ignorância sobre o país caribenho. Há somente um sentimento de comiseração que não é bom conselheiro” (SEITENFUS, 2006, p.15). Mas há ainda a não aceitação do outro, senão, como ser inferior e subjugado às ordens dos “donos do poder”.

NOTAS

¹ Ricardo Seitenfus, chefe do Escritório da OEA no Haiti, em entrevista ao jornal suíço *Le Temps* em 2010.

² Forma pela qual os tainos denominavam o Haiti.

³ Movimento similar aos Quilombos no Brasil.

⁴ As narrativas historiográficas e literárias contam que, após ter o braço decepado, Mackandal foi redirecionado de seus afazeres para o cuidado do gado. A partir de então, tornou-se um *marrom* e liderou a primeira revolta organizada de escravos, no ano de 1740.

⁵ “Juramos destruir os brancos e tudo o que possuem; que morramos se falharmos nessa promessa”.

⁶ Em 1793 a França enviou tropas para assegurar os direitos civis dos livres de cor, evitando, assim, que eles se unissem aos negros escravizados.

⁷ Em 14 de agosto de 1791 aconteceu a cerimônia de *Bois Caïman*, perto de Cap Français (atual Cap Haïtien), em terras da propriedade de Lenormand de Mezy. Trata-se de uma cerimônia vodu, em que Boukman (nascido na Jamaica) oficiava como hougan ou papalou (sacerdote do vodu). No ritual, um porco foi sacrificado e todos bebem o sangue do animal, fazendo juramento de fidelidade à luta. No dia seguinte, plantações e usinas foram incendiadas e muitos brancos foram assassinados. Uma onda revolucionária percorre o país. Boukman foi morto, o corpo queimado, a cabeça dependurada num poste na Praça de Armas de Cap Français, com a inscrição: “*Tête de Boukman, chef des révoltés*”.

⁸ Boukman era um alto sacerdote do Vodou. Como capataz de uma fazenda acompanhava os acontecimentos políticos entre brancos e mulatos e preparava a revolta que visava o extermínio dos brancos e a tomada da colônia.

⁹ Filho de um escravo que vinha de uma linhagem de chefes africanos, que desde a sua chegada se destacou e teve tratamento diferenciado do seu senhor, Toussaint teve como padrinho um velho negro chamado Pierre Baptiste, que lhe ensinou crioulo, francês, latim e geometria.

¹⁰ Haiti ou ayti significa “terras altas” na língua dos taínos, povo que habitava a região antes da chegada de Colombo.

¹¹ “Cortem as cabeças, queimem as casas”.

¹² Uma das línguas oficiais do Haiti, que surgiu de uma mistura do francês com dialetos africanos.

¹³ O termo indigenista aqui refere-se ao nativo dos países asiáticos e africanos.

¹⁴ A resolução 940 trata da autorização para formação de uma força multinacional sob comando ou controle indefinido para restaurar o presidente legitimamente eleito e as autoridades do Governo do Haiti, além de prorrogação do mandato da Missão da ONU no Haiti.

¹⁵ Não há um consenso sobre o número de mortos. A Presidência da República falava em “mais de 220.000”, mas, um ano depois do terremoto, o primeiro-ministro do Haiti, Jean-Max Bellerive, anunciou um número 316 mil pessoas mortas, conforme publicado na página UOL notícias com o título “Um ano após terremoto Haiti aumenta estimativa de mortes para 316 mil”. Esse número é sempre uma estimativa, uma vez que muitos corpos não foram encontrados. Ainda hoje há um sentimento de revolta pela forma como os mortos foram tratados, muitos sendo enterrados em valas comuns sem nenhum esforço de identificação. Para um povo que mantém grande respeito aos mortos e cuidado nos rituais da morte (em algumas regiões do país os parentes mortos são enterrados na frente ou ao lado da casa e para eles são construídas belas catacumbas, pois acredita-se que não deixam de existir), isso soou como grande desrespeito a ancestralidade.

¹⁶ Entrevista a Arnaud Robert publicada no jornal suíço, *Le temps*, em 20 de dezembro de 2010.

¹⁷ Sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes, Franck Seguy realiza uma intensa investigação sobre a atuação do que chama de “Internacional Comunitária” e denuncia os seus propósitos de recolonização do Haiti, aproveitando-se da situação de caos pós terremoto de 2010, colocam em prática, na chamada reconstrução, projetos anteriores.

¹⁸ Segundo informações da embaixada brasileira no Haiti.

¹⁹ Em 12 de abril de 2017 o Conselho de Segurança da ONU decidiu pelo fim da MINUSTAH de forma gradual, finalizando suas operações até 15 de outubro desse mesmo ano.

²⁰ Por ocasião do terremoto, houve diversas declarações que associavam a tragédia natural ao culto vodu. Dentre essas declarações, destacou-se a do cônsul do Haiti no Brasil que, em uma emissora de TV, sem saber que estava sendo filmando afirmou, “Acho que de tanto mexer com macumba, eu não sei o que é aquilo. O Africano em si tem maldição...”. Também um pastor estadunidense deu diversas entrevistas em canais de TV afirmando que o terremoto que aconteceu no Haiti é consequência de um “pacto com o diabo” que a população do país fez para se tornar independente da França: “- Eles [haitianos] se reuniram e selaram um pacto com o demônio. Disseram a ele: “Serviremos a você se nos livrar dos franceses.” A história é verdadeira. E o demônio respondeu: “Está certo!”. Desde então, eles são vítimas de uma série de maldições.”

²¹ Disciplina ministrada dentro do Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos E Outras Legitimidades - DIVERSITAS-FFLCH-USP, no período de março à junho de 2015.

²² Expressão utilizada por Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal no livro Haiti: fenomenologia de uma barbárie.

REFERÊNCIAS

- GALEANO, E. Os pecados do Haiti. **Carta Maior**, 19/01/2010 00:00. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-pecados-do-Haiti/6/15273>>. Acesso em 25 de janeiro de 2015.
- GORENDER, J. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**. n 18 (50), p. 295-302, 2004.
- HANDERSON, J. Vodou no Haiti – **Candomblé no Brasil**: Identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo Afro-Latino-Americano. Pelotas, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas.
- _____. Diásporas. **As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese (Doutorado). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- HURBON, L. **O Deus da resistência negra**: o vodou haitiano. São Paulo: Paulinas, 1987.
- ICART, J-C. **Négriers d’eux mêmes** – Essai sur les boat people haïtiens en Floride. Les Editions du CIDIHCA. Quebec: 1987.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**. Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

MONTOYA, R. A herança colonial, quinhentos anos depois. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro. Vol. 1. n 01, jul-set, 1992. p. 15-31.

NOGUEIRA, F. B. Haiti, lugar da Barbárie e do Terror. In: **Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015. Disponível em < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439737745_ARQUIVO_Haiti,lugardaBarbarieedoTerror_FabianaBezerraNogueira.pdf> . Acesso em 18 de dezembro de 2015.

PATRICE, J. R. **Migrantes haitianos em São Paulo e superexploração da força de trabalho**. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. 122f.

PRADO, M. L. A formação das nações latino-americanas. In: PINSKY, J. (Org.) **Discutindo a História**. São Paulo: Atual editora, 1987.

SCARAMAL, E. S. T. **Haiti: Fenomenologia da barbárie**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

SEGUY, F. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Campinas, 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

SEITENFUS, R. **Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea**. Carta Internacional, março de 2006. Disponível em: < file:///C:/Users/josec/Downloads/248-Texto%20do%20artigo-776-1-10-20151003.pdf >. Acesso em 07 de junho de 2015.

VASCONCELOS, A. D. **A MINUSTAH e a Alteridade: Representações e identidades haitianas nos discursos da ONU e da Folha de São Paulo (2004-2010)**. Goiânia, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás.

RESUMO

O recente fluxo migratório de haitianos para o Brasil nos colocou diante do desconhecido: o Haiti. Esse desconhecimento tem nos levado ao fortalecimento de preconceitos e xenofobia contra os recém-chegados. Pouco sabemos sobre a história desse país e os caminhos que o conduziram ao título de “país mais pobre das Américas”, constantemente repetido pela mídia brasileira. As imagens de caos, miséria e violência, sempre associadas ao Haiti, o distanciam das ideias de civilidade e democracia exaltadas pelo Ocidente. O Haiti, única República Negra da América, apresenta uma história de conquistas e reconquistas, de inúmeras lutas e muito sangue derramado na tentativa de ser livre. E, ainda hoje, sofre invasões imperialistas e uma grande investida contra a sua soberania em nome de uma ordem econômica e da negação e aceitação do negro como capaz de se autogovernar e de ser o “autor” de sua própria história.

Palavras-chave: Haiti; Democracia; História

ABSTRACT

The recent migratory flow of Haitians to Brazil has put us in front of the unknown: Haiti. This lack of knowledge has led us to strengthen prejudices and xenophobia against the newcomers. We know little about the history of this country and the paths that led it to the title of “the poorest country in the Americas”, constantly repeated by the Brazilian media. The images of chaos, misery and violence, always associated with Haiti, has distanced the country from the ideas of civility and democracy exalted by the West. Haiti, the only Black Republic of America, has a history of conquest and reconquest, countless fights and lots of blood spilled in the attempt to be free. And even today, Haiti suffers imperialist invasions and a great assault against its sovereignty in the name of an economic order and the denial and acceptance of the black people as capable of self-government and being the “author” of their own history.

Keywords: Haiti; Democracy; History

A precarização do trabalho do imigrante haitiano em São Paulo*

*Priscilla Pachi***

1 INTRODUÇÃO

Presenciamos desde 2010 um significativo fluxo de haitianos que migrou para o Brasil. Segundo dados da Polícia Federal, aproximadamente 93.000 entradas de haitianos foram registradas de 2010 à 2017¹ em todo o território nacional e, no mesmo período, 15.773 haitianos registraram seus domicílios na cidade de São Paulo. A situação vivenciada por esses imigrantes na capital paulista nos permite formular algumas indagações que visamos abordar nesse artigo.

Pretendemos analisar, mais detidamente, as relações entre a imigração haitiana e a dinâmica do trabalho na cidade de São Paulo. Por meio dessa análise, esperamos compreender como esses imigrantes haitianos se inserem no espaço urbano em função de sua atividade laboral.

Na história recente do capitalismo, as principais causas apontadas para a imigração são as dificuldades de vida, a pobreza, a busca por um futuro melhor e até mesmo o anseio de conquistar alguma fortuna fora do país de origem. Essas causas não diferem da motivação pela qual diversos grupos de imigrantes buscaram e buscam no Brasil, um novo começo de vida, um trabalho que garanta o sustento deles e futuramente de suas famílias.

As migrações, geralmente, apresentam uma dupla característica, a repulsão e a atração de grandes contingentes populacionais por diferentes fatores, porém com um objetivo comum para a maioria dos casos, a busca por trabalho e melhores condições de vida.

Para Harvey (2013), as crises adquirem aspectos internacionais nos quais “o poder disciplinador do “dinheiro mundial” e as relações complexas entre os diferentes sistemas monetários tornam-se o pano de fundo para a mobilidade do capital e do trabalho no cenário mundial” (HARVEY, 2013, p. 482).

* Este texto faz parte de uma investigação científica mais ampla, que foi apresentada na forma de uma dissertação, cujo título é: “A precarização na base da mundialização contemporânea: a imigração haitiana na metrópole de São Paulo.” (PACHI, 2019).

** Mestre em Geografia pela USP; professora de francês, voluntária, na Missão Paz, São Paulo.

Nesse sentido, a força de trabalho também desempenha papel primordial na perspectiva adotada por Marx (1988). O trabalho nas sociedades capitalistas, desde a modernidade, se torna um importante elemento de análise para o capital, sendo a única propriedade que o homem tem, a força de trabalho, como condição para vender no mercado essa sua mercadoria.

A mobilidade de grupos humanos para atender à necessidade dos arranjos produtivos contribui para uma nova divisão territorial do trabalho. Essa divisão espacial e social do trabalho é desigual e o trabalhador imigrante fica sujeito, na maioria das vezes, à exploração da sua força de trabalho por conta da sua dificuldade de inserção social e vulnerabilidade financeira que revelam a precariedade de reprodução da vida e de sobrevivência na cidade de São Paulo.

Para que possamos compreender o desenvolvimento do processo migratório, é preciso dispor de um quadro, da situação da época em estudo, tanto do país onde se dá a emigração, bem como daquele que recebe os imigrantes. Isso permite, até certo ponto, um esclarecimento sobre os motivos que conduziram a saída em massa de sujeitos de um país e a atração exercida pelo país receptor. Em nosso caso, essa análise permite compreender em quais condições os haitianos deixaram o Haiti e o que os atraiu para uma nova vida no Brasil.

Segundo Oliveira (2015), observa-se que os fatores estruturais motivadores da emigração estão fortemente presentes em todos os países de origem: exclusão, exploração da força de trabalho, falta de infraestrutura básica e de serviços são marcas comuns. Essa reflexão nos leva aos seguintes questionamentos: até que ponto esses fatores também não se repetem no país de destino, no caso, o Brasil? E como, portanto, diante disso, se justifica todo o processo de imigração para o Brasil?

Com base em 35 entrevistas realizadas em 2017 e 2018, no espaço da Missão Paz², com os imigrantes haitianos para a pesquisa de Mestrado, mais o cruzamento de dados obtidos do Eixo Trabalho (setor de mediação entre empregadores e imigrantes da Missão Paz), abordaremos alguns resultados que obtivemos com o intuito de analisarmos a inserção laboral dos haitianos em São Paulo, pois acreditamos que o mercado de trabalho atua como fator determinante para a mobilidade desses imigrantes.

2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO SOB A ÓTICA DAS MIGRAÇÕES: O CASO DE SÃO PAULO

Com base em trabalho voluntário realizado na Missão Paz, em São Paulo, desde 2014, tivemos a oportunidade de observar e acompanhar a chegada dos imigrantes haitianos que, desde aquela época, vinham em grandes proporções para o Brasil em busca de um trabalho e de melhores condições de vida, já que no Haiti, a situação vivenciada por eles tangenciava uma série de problemas devido à sucessão de graves acontecimentos de ordem política, ambiental, econômica e social.

A situação política e social do Haiti é crítica desde a sua origem. Colonizado por franceses, o país obteve sua independência em 1804, por meio de um levante de escravos que conquistou o poder na Revolução Haitiana e tornou-se a primeira república das Américas a abolir a escravidão. Apesar da sua independência, o Haiti, por muito tempo, não foi reconhecido como independente pelas grandes potências. Em repressão à Revolução, o país sofreu bloqueios econômico e comercial e uma série de crises políticas que perduraram por décadas de governos mal sucedidos. O reconhecimento como país independente só se deu em 1825 pela França, em troca de indenização, e pelos Estados Unidos da América (EUA) décadas depois.

Localizado na América Central, com uma posição privilegiada para o comércio e transporte de mercadorias, mas com uma situação política interna debilitada, o Haiti passou por várias invasões e tentativas de ocupação sendo que, a de maior duração foi a dos EUA (1915-1934). No período de 1957 a 1986, o país é governado por François Duvalier (Papa Doc) e, posteriormente, pelo seu filho Jean-Claude Duvalier (Baby Doc), uma das mais longas ditaduras da história moderna. François Duvalier foi eleito presidente de forma democrática em 1957 “declarando-se seguidor do vodu e com a promessa de devolução do poder aos negros, os reais promotores da liberdade no Haiti” (NOGUEIRA, 2017, p.61).

Sucessivas crises políticas e várias intervenções militares fizeram e fazem parte da história do Haiti e, em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) cria a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH, liderada pelo Brasil e em parceria com outros países (Argentina, Chile, Nepal, Sri Lanka, Uruguai entre outros) com o intuito de restaurar a ordem no país. Os principais objetivos da missão eram: estabilizar o país, pacificar e desarmar grupos guerrilheiros e rebeldes, promover eleições livres e formar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti.

Não bastasse a situação política, civil e econômica críticas, em janeiro de 2010, um forte terremoto atinge o país. 1,2 milhão³ de pessoas ficam desabrigadas e a principal cidade, Porto Príncipe, é completamente destruída. As péssimas condições do país, principalmente da capital, passaram a afetar a vida dos sobreviventes.

Estima-se que o evento deixou 316.000 mortos, 300.000 feridos, 1,3 milhão de deslocados, 97.294 casas destruídas e 188.383 danificadas na área de Porto Príncipe e em grande parte do sul do Haiti (FARIA, 2012).

O intenso fluxo migratório de haitianos para o Brasil é recente e seu aumento é comumente associado ao terremoto impondo severas limitações à sobrevivência e subsistência de seus habitantes. De acordo com Cotinguiba (2014), o terremoto tornou-se argumento explicativo do governo brasileiro e foi reforçado pela mídia, de modo geral. Fato é que a entrada desses imigrantes no país intensificou-se entre 2011 e 2014. Segundo pesquisa OBMigra de 2016, o número de haitianos com registros permanentes subiu de 13, em 2011, para 10.622 em 2014.

A inserção do Brasil na rota de imigração haitiana, que conforme Cotinguiba (2014), não é um fenômeno recente e ocorre de forma constante há pelo menos um século, torna-se uma novidade quando associada ao aumento dos números de haitianos que entraram no país nos últimos anos. O ineditismo do porte desse aumento do fluxo migratório haitiano e a complexidade que o envolve é um tema que necessita, portanto, de abordagem sistemática nos diversos campos científicos, sobretudo em sua dimensão geográfica. De acordo com Germani (1974), é necessário ter como parâmetro para análise dos processos migratórios não somente os fatores de repulsão e de atração que levam contingentes de população a procurarem outros lugares para se fixar. Deve-se considerar, nesta perspectiva, condições sociais, culturais e subjetivas tanto no país de origem quanto no de destino, isto é, no sistema como um todo.

Para o caso brasileiro, a primeira década do século XXI é marcada por uma ampliação da inserção internacional do país e por um crescimento econômico propiciado pela estabilidade institucional e pela alta do preço das *commodities* no mercado internacional. Uma das maiores inserções internacionais do Brasil tem como exemplo sua atuação no Haiti.

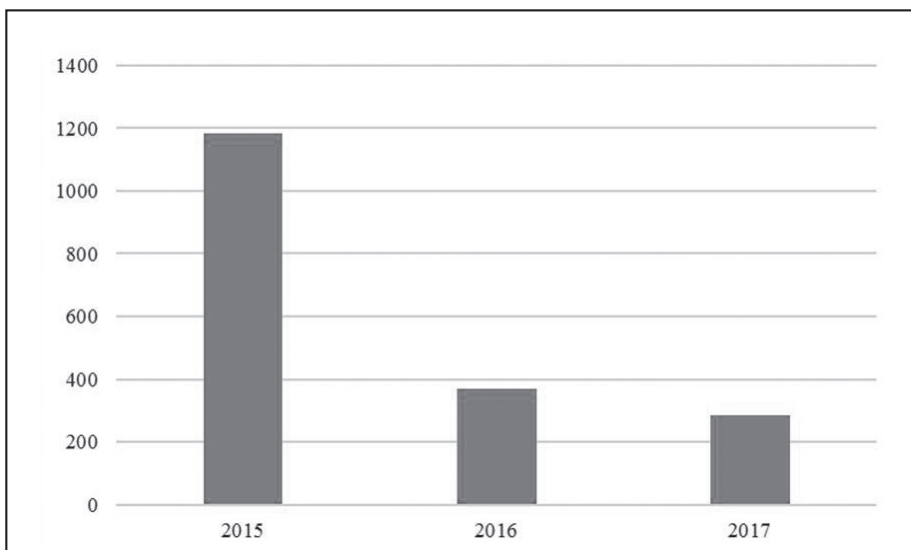
Além do Brasil deter, desde 2004, a liderança da Missão da ONU para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), organizações brasileiras como Pastoral da Criança, Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa) e empresas como a Embrapa passaram a atuar no país caribenho, o que teria motivado o aumento do interesse pelo Brasil por parte dos haitianos. Pode-se dizer que o discurso do crescimento econômico associado às possibilidades de trabalho e a relativa facilidade para a concessão de visto sejam atrativos para os haitianos. Some-se a isso as restrições à imigração em outros países da América do Norte e da Europa, como aponta Cotinguiba (2014).

Mas, atualmente, o quadro econômico e político do Brasil é bem diferente do prometido pelo governo e encontrado pelos haitianos anos atrás. A instabilidade política se acentuou com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff; houve a desaceleração da economia, os investimentos estrangeiros foram retirados do país, o crédito diminuiu; e, conseqüentemente, o desemprego passou a assolar os brasileiros e também os imigrantes haitianos.

Com base no cenário atual, podemos afirmar que as crises afetaram o Brasil a partir de 2014 e tiveram um impacto negativo no que se refere à oferta de empregos e ao aumento do desemprego. Conforme aponta o Gráfico 1, abaixo, a redução na oferta de empregos aos imigrantes via Eixo Trabalho da Missão Paz, entre os anos de 2015 e 2017, diminuiu de forma drástica e nos revela que, não somente os brasileiros perderam seus empregos, como aponta a mídia e as análises econômicas, mas que os imigrantes haitianos também deixaram de ser contratados formalmente.

Segundo o relatório anual de 2017 intitulado “A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro”, do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, a crise econômica que o país atravessa desde 2014 afetou a empregabilidade dos brasileiros e agravou-se em 2015. Para o trabalhador estrangeiro, os impactos foram sentidos a partir de 2016 e demonstram “uma diminuição do número de estrangeiros no mercado de trabalho formal. Uma redução de praticamente 13% em relação ao ano de 2015” (OBMIGRA, 2017, p.78).

Gráfico 1: Haitianos contratados formalmente por meio do Eixo Trabalho da Missão Paz



Fonte: Elaboração da autora, 2018

Em 2015 e nos anos que se seguiram até 2017 muitos haitianos buscaram no mercado informal uma possibilidade de sobrevivência em São Paulo e outros estados, devido à crise econômica brasileira. E com a diminuição da oferta de empregos, decidiram partir do Brasil rumo aos Estados Unidos e ao Chile. Mas, a impossibilidade para alguns de migrarem novamente, levou-os a buscarem bicos, o apoio das instituições religiosas e a suposta “ajuda” financeira de outros haitianos e imigrantes. Com o fechamento da fronteira entre Estados Unidos e o México por Donald Trump e a falta de perspectivas no Chile, devido ao endurecimento da lei chilena de imigração que passou a exigir visto de turistas aos haitianos com permanência máxima de um mês⁴, podemos observar uma nova onda de haitianos voltando ou vindo pela primeira vez ao Brasil.

As transformações no modelo de produção capitalista que vivenciamos desde a década de 1980 deram lugar ao padrão de acumulação flexível, baseado num outro modelo organizacional que conta com os avanços da tecnologia e a utilização de computadores no processo produtivo e de serviços. O aumento do trabalho terceirizado, polivalente, a inserção de novas técnicas de gestão, a necessidade constante de atualização dos conhecimentos por parte dos trabalhadores, geraram a intensificação das condições de exploração da classe trabalhadora e a redução dos direitos trabalhistas.

Com todas essas mudanças no mundo do trabalho, os imigrantes são incorporados na divisão internacional e territorial do trabalho por meio da sua inserção em trabalhos desqualificados, terceirizados, com jornadas exaustivas e, muitas vezes, em atividades degradantes.

Para melhor ilustrar os parágrafos acima, preparamos a Tabela 1, abaixo, com os postos de trabalho para os quais os imigrantes haitianos mais foram contratados nos últimos no período de 2015 a 2017. Nela, é possível observar que todos os cargos não exigem qualificação ou algum tipo de especialização, podendo ser exercidos, como demonstra a maioria das atividades indicadas, por qualquer pessoa sem qualificação profissional.

Tabela 1: Cargos que mais contrataram imigrantes haitianos por meio do Eixo Trabalho da Missão Paz.

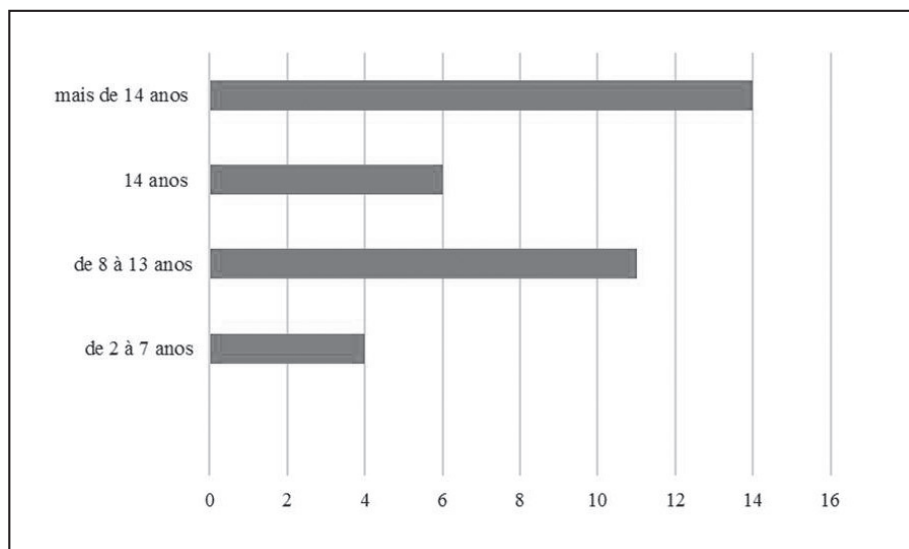
Atividades/ atuação	Anos		
	2015	2016	2017
Ajudante	66	60	38
Auxiliares de serv/ind/geral	371	39	37
Camareiro	12	0	7
Caseiro	14	9	10
Diarista/Doméstica	38	7	5
Limpeza	11	3	1
Pedreiro	38	8	13
Trabalhador Rural	21	9	0
Montador equipamento	14	0	0
Total	585	135	111

Fonte: Elaboração da autora, 2018

Os postos de trabalho acima nos chamam atenção, se compararmos com os dados obtidos em nossas entrevistas. Elas apontam que vários de nossos sujeitos de pesquisa possuíam qualificação, muitos anos de estudo e possuíam outras atividades no Haiti. Nossa hipótese é que esse cenário também se repita ou apareça com certa frequência para esse público que foi atendido pela Missão Paz desde 2015. No entanto, a instituição não analisou esse dado.

Para embasarmos a nossa análise, questionamos os nossos sujeitos de pesquisa sobre quanto tempo estudaram em seu país de origem. Tendo como base que a chamada escola clássica no Haiti, o que corresponde ao fim do nosso ensino médio, é composta por 14 anos de ensino, vários foram os que completaram ou chegaram perto de completar o “ensino médio” haitiano. Muitos também declararam ter o ensino superior completo. Podemos afirmar que os haitianos que nós entrevistamos, em sua maioria, têm mais de oito anos de escolaridade, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Tempo de escolaridade dos imigrantes haitianos entrevistados



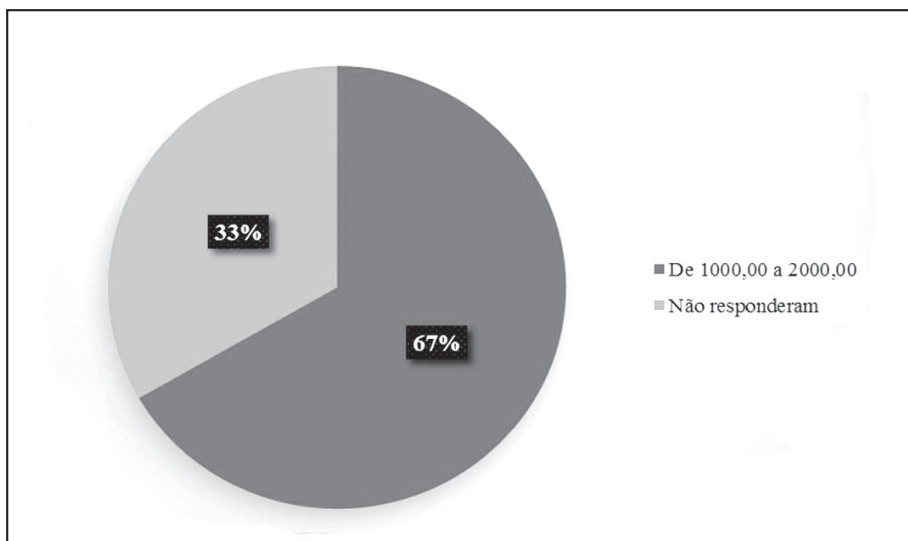
Fonte: Elaboração da autora, 2018

Com relação ao ensino superior, devemos mencionar a dificuldade dos imigrantes em obterem o reconhecimento de seus diplomas no Brasil. Apesar de terem o ensino superior completo, o reconhecimento e a equivalência do diploma, juntamente com as exigências da profissão e a necessidade de falarem o português, fazem com que, muitas vezes, o imigrante se destine à postos de trabalho aquém das suas qualificações profissionais e acabem se submetendo, por necessidade, à colocações precárias e mal remuneradas.

Além da dificuldade com o reconhecimento de diplomas de nível superior, os imigrantes haitianos escolarizados falam o idioma francês e muitos, por terem passado pela República Dominicana, também possuem fluência na língua espanhola. Alguns declararam também fluência no inglês, mas esses diferenciais não são considerados no momento da contratação e na oferta do salário. Mesmo com todas as qualificações que apresentam, não conseguem se inserir de forma digna e ocuparem melhores postos de trabalho que valorizem os seus potenciais.

Outro fator importante a ser analisado, refere-se ao salário que recebem. Todos os nossos sujeitos de pesquisa, no momento da entrevista, estavam desempregados. No entanto, 67% deles, que já trabalharam no Brasil, declararam que a média salarial recebida por eles era de R\$1.000,00 à R\$2.000,00, como demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3: Salário recebido pelos imigrantes haitianos



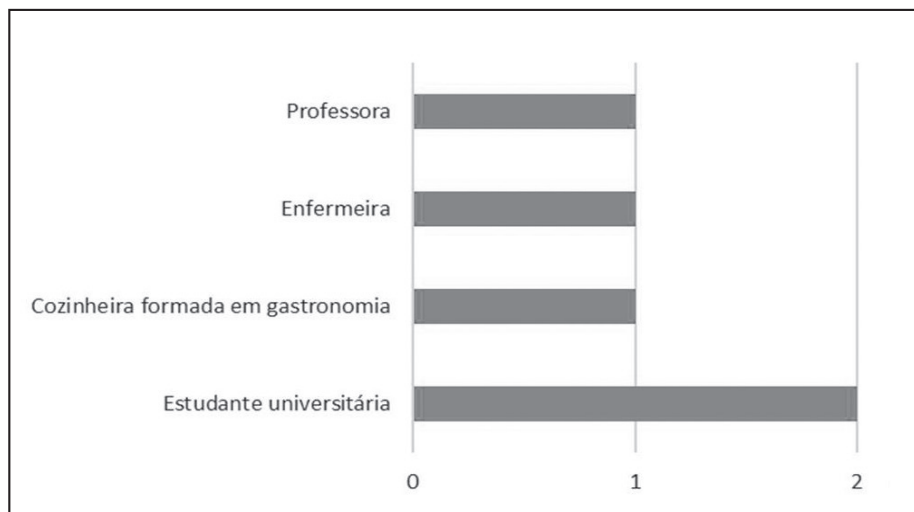
Fonte: Elaboração da autora, 2018

Os haitianos são unânimes em afirmar que o motivo de terem migrado para o Brasil foi a busca por trabalho e melhores condições de vida. No entanto, todos nos revelaram o descontentamento com os salários recebidos por eles, assim como pelo trabalho que exercem no Brasil. Ficam revoltados com a situação precária que vivem e com a impossibilidade de ganharem mais. Com a crise, nem os salários baixos aparecem devido à diminuição das ofertas de emprego. Os salários ou rendimentos do trabalho formal não os possibilitam satisfazer, em muitos casos, as suas necessidades básicas e com isso, também, enviar dinheiro para suas famílias ou partirem para um novo destino migratório.

Podemos constatar, com base nos salários e nas profissões para as quais os imigrantes haitianos foram contratados na cidade de São Paulo, em comparação com a ocupação que homens e mulheres haitianas tinham no Haiti, que, no Brasil, esses imigrantes, como já mencionamos, são contratados para postos de trabalho inferiores à sua capacidade profissional e formação escolar, de modo que a qualificação e a competência que possuem não são levadas em conta para a remuneração adequada e para as atividades as quais são designados a exercerem. Ocupam cargos que, em sua maioria, são braçais e que não exigem nenhum conhecimento específico. Quando atentamos para o fato de que a maioria foi contratada nas funções generalistas de ajudantes e auxiliares (serviço, indústria e geral), esse fato nos remete a pensarmos que, para o empregador, essa força de trabalho pode e deve ser usada à qualquer hora para qualquer atividade que julgue necessária, abrindo, assim, a possibilidade de maior exploração da força de trabalho dessas pessoas. Além disso, algumas atividades exercidas pelos imigrantes são também consideradas insalubres, isto é, exercem atividades as quais ficam expostos à agentes nocivos à saúde, em horários de trabalho no período noturno e em locais de difícil acesso. Assim sendo, podemos dizer que, apesar da qualificação, os imigrantes haitianos profissionalmente qualificados não recebem salários muito parecidos, o que gera insatisfação e revela um certo rebaixamento social com relação à vida que levavam no Haiti.

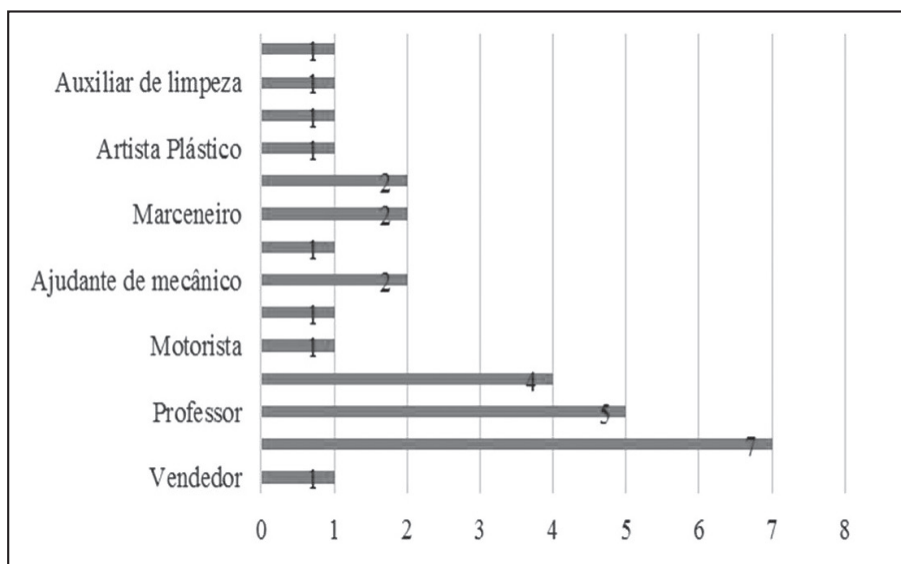
Perguntamos aos nossos sujeitos de pesquisa quais profissões possuíam no Haiti e pudemos verificar que alguns atuavam em funções condizentes à sua qualificação profissional e ao tempo de estudo que tinham, como demonstram, respectivamente, os Gráficos 4 e 5.

Gráfico 4: Ocupação das mulheres no Haiti



Fonte: Elaboração da autora, 2018

Gráfico 5: Ocupação dos homens no Haiti



Fonte: Elaboração da autora, 2018

Tomando em consideração as diferenças entre o Brasil e o Haiti, no que diz respeito ao desenvolvimento das economias e ao nível de industrialização de cada país, podemos verificar com base nos postos de trabalho ocupados pelos homens no Haiti que, em sua maioria, não demandam curso superior, mas a posição social que alguns ocupavam em seu país era um pouco melhor em comparação à que estão atuando no Brasil. Isso nos leva a crer no possível rebaixamento social que estão enfrentando em São Paulo. No caso das mulheres, todas foram rebaixadas em suas profissões.

Tendo em vista todos os problemas enfrentados, desde a barreira da língua, a dificuldade de reconhecimento do diploma ao elevado desemprego que temos no Brasil, podemos dizer que os imigrantes estão numa situação de vulnerabilidade que os levam a aceitar qualquer tipo e condição de trabalho para sobreviver na cidade.

No que tange à força de trabalho imigrante,

Pietro Basso a identifica como “protótipo da força de trabalho flexível” – sujeita a todas as formas de exploração, piores horários, ritmos pesados, péssimas condições de trabalho e baixa remuneração. Uma precariedade que naturalmente se prolonga, como ressalta o autor, na condição de vida do imigrante, habitação, educação, serviços de saúde (VILLEN, 2014, p.92).

Outra característica que deve ser levada em consideração refere-se ao tempo de permanência no emprego. Como executam trabalhos braçais que exigem força e preparo físico em sua execução, muitos imigrantes são contratados por períodos curtos de três meses e são exaustivamente utilizados ao ponto de não serem mais úteis ou apresentarem problemas de saúde após os três meses de atividade, o que requer a contratação de outro que passará pela mesma situação.

Ressaltamos que o trabalho intermitente é uma das formas mais características da precarização do trabalho no neoliberalismo, sendo uma das formas de driblar os efeitos da crise do capital globalizado por meio da exploração dos trabalhadores. Neste tipo de trabalho, os trabalhadores são contratados por baixos salários, por períodos curtos e determinados, nos quais o capitalista, protegido pela legislação, não tem a obrigação de arcar com outros custos do contrato de trabalho. Da mesma maneira que a força de trabalho é contratada, também é descartada criando assim, uma rotatividade de funcionários sempre prontos para serem explorados.

Segundo Marx (1988), a acumulação capitalista produz uma superpopulação relativa, excessiva e supérflua para as necessidades de valorização do capital. Esta população é transformada no chamado exército industrial de reserva disponível que pertence ao capital; ela é tornada um material humano explorável, sempre pronto, para as várias necessidades de valorização do capital. Este exército de reserva, hoje composto por brasileiros desempregados e imigrantes em busca de emprego, aparece como um recurso suplementar que tem por objetivo regular os salários dos que estão empregados e aumentar a exploração da força de trabalho. Os salários, deste modo, são regulados pela expansão e pela contração do exército industrial de reserva. É neste triste cenário que o Brasil está vivendo. Temos, à cada dia, mais desempregados aumentando o exército de reserva, empregados sendo explorados e imigrantes em busca de trabalho. Para Marx (1988), o capital não é produto físico, mas relação social que se baseia na exploração da força de trabalho.

Para Antunes (2004), o caráter destrutivo do capital vigente se deve à precarização permanente do trabalho, sobre as formas de subempregado, desempregado que intensificam os níveis de exploração para aqueles que trabalham. Os níveis de exploração aumentam, os salários permanecem achatados e o poder de compra dos trabalhadores é reduzido.

Antunes (2009) indica que atualmente,

(...) uma noção ampliada de classe trabalhadora que inclui, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, os assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora também o proletariado

precarizado, o subproletariado moderno, o “*part time*”, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, os trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2009, p. 103-104)

A crise econômica e o aumento do desemprego geram um conflito entre trabalhadores, desempregados nacionais e imigrantes. A presença do imigrante é vista como uma ameaça à possibilidade dos brasileiros se manterem desempregados ou virem a perder seus empregos já que, atualmente, também competem com os imigrantes na busca por empregos precários e aumentam o exército de reserva.

Outra variável importante, já citada e que abordamos em nossas entrevistas, refere-se à jornada de trabalho dos imigrantes. É possível dizer que os imigrantes haitianos realizam longas e exaustivas jornadas de trabalho diárias que, muitas vezes, atinge 45 horas semanais. Muitas dessas atividades são exercidas por meio do trabalho terceirizado, contratado por empresas que utilizam a força de trabalho imigrante para a realização de atividades mal remuneradas e degradantes, o que estimula a precariedade do trabalho e, muitas vezes, deparamo-nos com trabalhos análogos à escravidão como é o caso dos trabalhadores da indústria têxtil. A terceirização é uma forma de gestão das empresas que, por meio da flexibilidade dos contratos estabelecidos, em grande maioria, não oferecem todas as garantias ao trabalhador, em comparação à CLT, e o discriminam frente aos empregados com contrato formal de trabalho.

Antunes e Druck (2014) apontam que o capitalismo, na atualidade, apresenta um movimento tendencial em que terceirização, informalidade, precarização servem para a ampliação de sua lógica onde a precarização social contemporânea do trabalho torna-se o centro das transformações produtivas desse sistema em suas várias dimensões. Em consequência, o capital reafirma a força de trabalho como mercadoria, subordinando os trabalhadores a uma lógica em que a flexibilidade e o descarte são fatores determinantes para um grau de instabilidade e insegurança no trabalho.

Assim como Harvey (2005; 2013) nos fala dos ajustes espaciais e da necessidade do capital de ir em busca de novos territórios para se expandir, Basso (2014) aponta a necessidade das empresas em deslocarem suas atividades para países onde o trabalho custa menos e onde é possível ter o prolongamento das jornadas médias de trabalho. Desse modo, países desenvolvidos buscam outros países cujas garantias trabalhistas são praticamente inexistentes e o custo baixo da força de trabalho para a instalação de suas indústrias e seus negócios. Já para Antunes (2009), a lógica destrutiva do capital, ao mesmo tempo que

expulsa centenas de milhões de pessoas do mundo produtivo gerador do valor em seus trabalhos estáveis e formalizados, recria, nos mais distantes espaços, novas modalidades informalizadas e precarizadas de geração de mais-valor.

Os novos fluxos migratórios, dentre eles os haitianos, estão inseridos em processos de precarização do trabalho no qual encontramos a economia informal que faz parte da economia global e de suas cadeias produtivas. Na impossibilidade de encontrarem emprego, os imigrantes inserem-se na informalidade e no comércio de rua e articulam redes globais de circulação de mercadorias e de fluxos financeiros contribuindo para a exploração da força de trabalho também imigrante de uma cadeia produtiva.

Na capital paulista encontramos todo tipo de trabalho precário, informal, o emprego temporário e várias outras formas de atividades, até mesmo ilegais, que cumprem o papel de garantir o mínimo de sobrevivência aos trabalhadores nacionais e aos imigrantes.

Sassen (2016) denomina como tendência subterrânea essa mescla entre informalidade e ilegalidade dos trabalhadores urbanos, sobretudo dos imigrantes, e Tarrus (2002) os coloca como protagonistas da globalização por baixo.

Podemos dizer que várias são as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes haitianos no mercado de trabalho como a precariedade das condições de trabalho, discriminação, baixa remuneração. Devido à baixa remuneração, não conseguem guardar dinheiro para regressarem ao Haiti ou migrarem para outro país. Demonstram claramente a insatisfação com as condições de vida que têm no Brasil onde a precariedade também se reflete na habitação, nos locais que frequentam, no subconsumo e na dificuldade de manutenção de uma vida digna na cidade de São Paulo.

Na cidade buscam locais mais “baratos” para se fixarem, já que o espaço é uma mercadoria que tem um preço elevado, e o salário que recebem, quando empregados, não permite que se incluam em locais melhores e a precariedade também se revela no local de habitação. Dirigem-se para o extremo da zona Leste, para as proximidades do Glicério, onde se encontra a igreja Nossa Senhora da Paz, primeiro local de acolhimento na cidade, e para municípios distantes do centro da capital paulistana. A instalação se dá de forma precária. Muitas vezes, várias pessoas ou famílias vivem numa mesma residência, dividem quartos e cortiços. Dessa forma, os imigrantes se inserem na cidade de forma precária devido, aos baixos salários e esta precariedade se manifesta na habitação, na mobilidade e na utilização dos serviços e espaços públicos.

O trabalho como elemento central das dinâmicas sociais desvenda a segregação e os conflitos sociais no urbano, onde a sua precariedade revela as desigualdades que são expressas no plano do vivido. É também no plano do vivido que o imigrante deixa sua marca no espaço como produto social, resultado do produto de seu trabalho.

No que diz respeito à inserção dos imigrantes na sociedade brasileira, a questão do trabalho é fundamental para que compreendamos a imigração haitiana à luz dos processos de reprodução capitalista.

Para Sayad (1998), imigração e trabalho se tornam aspectos complementares e a permanência de um imigrante em determinado local só se justifica enquanto houver trabalho e ele assumir a posição que se espera dele na sociedade que o recebe, ou seja, de um trabalhador necessário e capaz de suprir as demandas existentes no mundo do trabalho. Da mesma forma, Harvey (2005) afirma que a expansão do capital para além dos territórios leva à imigração. A grande quantidade de mão de obra disponível pode ser aproveitada se houver deslocamentos de grupos que, por sua vez, buscam trabalho e melhores condições de vida.

Imigrantes haitianos deixam o seu país de origem devido às péssimas condições de vida e pela dificuldade de conseguirem emprego. Em território brasileiro, deparam-se com a quase impossibilidade de encontrarem emprego e, com isso, inserem-se de forma precária nas dinâmicas territoriais e sociais brasileiras, onde os sonhos da partida vão cedendo lugar para a decepção e a crueldade da realidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das duas últimas décadas do séc. XX até os nossos dias estamos presenciando o trabalho regulamentado e o emprego com carteira assinada sendo substituído pela terceirização e pela informalidade. Além disso, há o aumento da precarização e dos contratos temporários sem registro em carteira.

Nesse cenário neoliberal em que vivemos, cujas características são a terceirização, a precariedade, aumento do desemprego e do trabalho intermitente; a redução dos salários e o prolongamento das jornadas de trabalho, encontramos trabalhadores imigrantes, sem documentos ou não, submetidos à longas jornadas de trabalho, em turnos geralmente não aceitos por brasileiros, em serviços que não exigem qualificação profissional, em sua maioria, braçais, e que, em São Paulo, não são exercidos pelos paulistanos. Recebem salários baixíssimos que resultam numa ocupação urbana periférica onde as condições de vida são precárias no que tange à habitação, estudo, saúde e lazer.

Desde 2014 o Brasil vivencia uma crise econômica e política que vitimou vários brasileiros e reduziu o fluxo de vinda de haitianos para o país nos últimos anos. Mas, mesmo com a crise, os vistos para o Brasil estão sendo concedidos normalmente pelo consulado brasileiro e esses imigrantes continuam chegando esperançosos com a possibilidade de encontrar um emprego e mudar suas vidas.

Para os haitianos que chegam em São Paulo, deparam-se com a dificuldade de encontrar emprego frente à uma crise política e econômica, o que aprofunda o problema da precariedade das condições de vida e de trabalho que se

reproduzem no espaço da cidade. Sobrevivem de “bicos” quando estes surgem na construção civil, na venda informal de produtos adquiridos por terceiros e por meio da ajuda de instituições religiosas e de conhecidos da mesma nacionalidade que, comumente, os abrigam e ajudam na busca por trabalho.

Os empregos, quando conseguem, são conquistados, na maioria das vezes, por meio de instituições como a Missão Paz, e por redes de solidariedade formadas entre os imigrantes de mesma nacionalidade.

Segundo Sayad (1998), a condição do ser migrante coloca o indivíduo numa situação de aceitar o trabalho mais penoso e menos remunerado. Precisamos entender que na atual divisão territorial do trabalho pautada pelo modelo neoliberal, o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes no modo de produção com a diminuição e a extinção de postos de trabalho. Abre-se, assim, margem para o aparecimento e crescimento do trabalho precarizado, no qual a lógica desse sistema produtor de mercadorias e financeirizado é a busca por maior produtividade e o aumento do exército de reserva. As alternativas de sobrevivência encontradas pelos imigrantes, na maioria das vezes, são a informalidade ou uma nova migração.

As crises econômicas e política afetaram e afetam os fluxos migratórios para o Brasil, mas isso não quer dizer que deixaremos de receber imigrantes. Pelo contrário, com todas as restrições impostas nos países desenvolvidos, o Brasil continua sendo uma alternativa na vida de muitos imigrantes e refugiados. Assim sendo, os haitianos continuam chegando, em número muito menor, mas continuam acreditando em dias melhores para suas vidas e para o Brasil.

NOTAS

¹ Dados do SINCRE. Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/microdados>> . Acesso em: 18 fev.2019

² A Missão Paz é uma instituição dos Missionários de São Carlos, Scalabrinianos. Com larga vivência junto aos migrantes, imigrantes e refugiados em São Paulo.

³ <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/01/terremoto-no-haiti-matou-316-mil-afirma-premier.html>>. Acesso em 15 abr.2017

⁴ <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/apos-mudanca-de-lei-no-chile-haitianos-voltam-a-procurar-o-brasil.shtml>> . Acesso em: 15 jan. 2019

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, v. 25, n.87, p.335-351, Campinas-SP, 2004
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009
- ANTUNES, R; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BASSO, P. A jornada de trabalho no início do século. In: ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D., TONHATI, T., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual 2017 - Série Migrações**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.
- COTINGUIBA, G.C. **Imigração haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios, 2014, 154 p. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.
- FARIA, A.V.de. **A diáspora Haitiana para o Brasil**: o novo fluxo migratório (2010-2012). 2012. 136f. Tese (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2012.
- GERMANI, G. **Sociologia da modernização**: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- NOGUEIRA, F. **Dèyè mòn, gen mòn**: Imigração Haitiana no Brasil – Relatos do Vivido. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós- Graduação em Humanidades, Direito e outras legitimidades, da FFLCH-USP. São Paulo: USP, 2017.
- OLIVEIRA, A.T.R. Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaariana na Espanha e haitiana no Brasil. **REMHU** - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, jan./jun. 2015, p. 135-155.

PINTO, T. **Jacobinos negros e a independência do Haiti**. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/jacobinos-negros-e-a-independencia-do-haiti.htm>>. Acesso em 6 mar. 2016

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

TARRIUS, A. **La mondialisation par le bas: Les nouveaux nômades de l'économie souterraine**. Paris : Éditions Balland, 2002

VILLEN, P. A nova configuração da imigração no Brasil sob a óptica do trabalho. In: ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RESUMO

Este artigo pretende analisar a situação dos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo, procurando ancorar a reflexão a partir da centralidade do trabalho. Buscamos compreender como se dá a inserção laboral desses sujeitos no contexto da reprodução econômica e quais são as suas repercussões na vida social e no espaço da capital paulista. Pretendemos desvendar se as atividades exercidas por esses imigrantes no Brasil podem ser, de fato, consideradas precárias tendo em vista a formação acadêmica, os salários e as jornadas de trabalho em comparação às atividades que exerciam em seu país de origem, antes de migrarem.

Palavras-chave: Imigração haitiana; espaço urbano; mercado de trabalho; precariedade

ABSTRACT

This article intends to analyze the situation of Haitian immigrants in the city of São Paulo, seeking to anchor the reflection from the centrality of labor. We seek to understand how the labor insertion of this group occurs in the economic reproduction context and the impact in the social life and in the metropolitan space. We intend to uncover if the activities carried out by these immigrants in Brazil can be considered precarious based on the academic background, salaries, working hours and activities that they carried out in their country of origin before migrating.

Keywords: Haitian immigration; urban space; job market; precariousness

Trajetórias exploratórias na periferia do capitalismo: reflexões a partir dos trabalhadores haitianos na indústria têxtil do noroeste do Paraná

*Flávio Ribeiro de Lima**

1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta uma reflexão sobre as trajetórias¹ migratórias internacionais entre os anos de 1990 e 2016. Tal discussão está fundamentada na observação de trajetórias migratórias como parte de um processo complexo de escala ampliada que tem como finalidade última, atender as necessidades de funcionamento do mercado de trabalho global e, deste modo, expulsar a força de trabalho de determinados espaços para explorá-la em outros. Um dos resultados dessas expulsões é o caso dos trabalhadores haitianos que se deslocaram em busca de sobrevivência para trabalhar nas indústrias têxteis do noroeste do estado do Paraná, Brasil, a partir de 2010, cujo exemplo é debatido a partir de uma análise qualitativa.

É bastante debatido o fato de que, desde 1990 vem ocorrendo uma (re) configuração espacial das trajetórias migratórias em escala global. Esse debate segue a linha de argumentação de que isso ocorreu muito em função da alteração da forma de funcionamento do modo de produção capitalista combinada com o processo de expansão global da lógica concorrencial em escala global, o que vêm induzindo uma massa de sujeitos a deixarem seus lugares de origem e a cruzarem fronteiras e se estabelecerem em outros territórios.

A partir da década de 2010, o tema das migrações internacionais, que por muito tempo ocupou uma posição marginal, volta a ocupar um lugar importante no debate político e acadêmico. Questões como as causas e os efeitos das trajetórias migratórias, são trazidas para o debate, sobre dois caminhos de argumentação principais (SANTOS *et al*, 2010). Enquanto alguns autores focam

** Geógrafo e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unicamp. Desenvolve pesquisa de doutorado sobre as relações de exploração da força de trabalho na indústria têxtil sob orientação da professora Dra. Arlete Moysés Rodrigues. É Membro do grupo de pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses e do grupo de pesquisa Problemática Urbana e Ambiental, ambos da mesma instituição. Contato: flavior_lima@hotmail.com*

em uma abordagem realizada em dimensões de escala reduzida, na qual a escala é o corpo dos sujeitos migrantes, que são interpretados enquanto seres racionais; indivíduos que são capazes de realizar a escolha de migrar (TODARO, 1970; BECKER, 1993), outros sustentam que as trajetórias migratórias fazem parte de um processo complexo de escala ampliada, que tem como finalidade última atender as necessidades de funcionamento do mercado de trabalho global e, deste modo, expulsar ou conter a força de trabalho em determinados espaços (SINGER, 1971; GAUDEMAR, 1976).

A partir dessa segunda linha de argumentação, alguns autores sugerem que a crise do capitalismo, vivenciada a partir de 2007, potencializou processos complexos de transformação no funcionamento do modo de produção e reprodução do capital, alterando por completo as dinâmicas no mundo do trabalho em escala global (SASSEN, 2000; HARVEY, 2013; BASSO, 2015). Os desdobramentos dessa crise são devastadores para o conjunto de trabalhadores. Eles têm repercussão direta para a precarização das condições de trabalho (e de vida) dos sujeitos migrantes, bem como para o redirecionamento (parcial) dos fluxos migratórios internacionais (ANTUNES, 2013; VILLEN, 2015; FRANCESCONI, 2016; MAGALHÃES & BAENINGER, 2016).

Esse referencial, base para esse estudo, faz crer que, as duras condições de trabalho, a que são submetidos os trabalhadores migrantes, vêm se tornando dominante no mundo do trabalho e, portanto, determinante para a acumulação de capital nos chamados países de capitalismo central (Norte global) e países de capitalismo periférico (Sul global) (VILLEN, 2015).

O fato é que no âmbito dos países da periferia do capitalismo² – caso do Brasil –, o fenômeno das trajetórias migratórias internacionais tende a assumir uma faceta muito mais complexa e difícil de ser mensurada em relação aos países de Primeiro Mundo, devido aos contextos históricos e políticos submetidos à lógica de dominação e de exploração. É sob essa linha de argumentação que o tema das migrações internacionais passa a ser abordado nesse artigo.

Busca-se compreender as trajetórias migratórias que os haitianos realizaram para o Brasil entre 2010 e 2016, destacando a emergência do processo de expulsão de trabalhadores oriundos de um país devastado pelo modelo de integração econômica submissa no mercado global, para demonstrar as facetas do modo de funcionamento do mundo de trabalho e seus desdobramentos no que tange a inserção precária no periferia do capitalismo. Precisamente, basearemos nossa análise nos imigrantes haitianos que trabalham na indústria têxtil do Noroeste do estado do Paraná, observando como se dá o processo de inserção desses sujeitos em um contexto no qual as jornadas de trabalho são intensas, as remunerações são baixas e as condições de trabalho são precárias.

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira delas, apresentaremos uma exposição qualitativa dos dados, que nos serve como ponto de partida para categorizar as dinâmicas das migrações internacionais entre os anos de 1990 e 2016, e para interpretar o processo de (re)configuração espacial das trajetórias em escala global.

Na segunda seção, esboçaremos as principais tendências que levaram o Brasil a assumir um papel de interface no contexto das trajetórias migratórias internacionais, demonstrando a posição deste país no cenário político e econômico global em anos recentes e como a lógica da migração da periferia para periferia do capitalismo apresenta-se como uma tendência.

Na terceira seção, produziremos uma discussão sobre as particularidades da sociedade haitiana como tentativa de entender quais foram os condicionantes que contribuíram para a expulsão dos trabalhadores na periferia do capitalismo.

Na quarta seção, debateremos a questão da exploração da força de trabalho haitiana na indústria têxtil do Noroeste do estado do Paraná. problematizaremos a maneira de incorporação precária e limitada como o capital se vale da exploração da força de trabalho migrante.

A exposição da pesquisa qualitativa apresentada ao longo desse artigo se refere aos resultados da etapa de entrevistas da pesquisa qualitativa, em que 117 sujeitos foram entrevistados sobre as relações de trabalho que foram submetidos, entre 2015 e 2018. As entrevistas foram conduzidas por um roteiro semiestruturado com respostas abertas e gravadas em meio digital, quando permitido.

Pelo teor dos relatos e das observações descritas ao longo desse texto, adotamos a postura de não identificar os nomes dos entrevistados por considerá-la a melhor estratégia para proteger o anonimato e o sigilo sobre dos trabalhadores. O instrumento de análise das gravações foi exposto seguindo amostra adotada que focou na inserção dos trabalhadores no âmbito da produção têxtil no noroeste do estado do Paraná³, cujo percentual de análise correspondia a 15% do total de entrevistas realizadas.

Ao final do artigo, concluiremos que a ideia de que a chegada de um conjunto de trabalhadores imigrantes na indústria têxtil da região Noroeste do estado do Paraná provocou impactos significativos sobre o mundo do trabalho, fomentando o rebaixamento dos salários e a precarização das condições de trabalho.

2 DINÂMICAS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE 1990 E 2016: A (RE)CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS INTERNACIONAIS

Ao observar os dados oferecidos, em 2016, pelas agências *International Organization for Migration (IOM)* e *Statistics of International Migration (SIM)* – compilados pelo *World Migration Report (WMR)* – sobre os movimentos migratórios realizados em escala global nas últimas décadas, veremos que no ano de 1990, o número de imigrantes que viviam fora de seus países de origem era de aproximadamente 152,5 milhões - o equivalente a 2.9% da população mundial para aquele ano. Deste contingente, aproximadamente 90% migrou para países de capitalismo avançado (Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão - principalmente) e os outros 10%, para países de capitalismo tardio (WMR, 2018).

Os dados da WMR mostram que no ano 2000, 172,7 milhões de imigrantes – o equivalente a 2.8% da população mundial para aquele ano –, viviam fora de seus países de origem. Deste contingente mencionado, aproximadamente 64% migrou para países de capitalismo avançado e outros 36% migraram para países de capitalismo tardio (WMR, 2018). Para o ano de 2010, os dados compilados pela agência demonstram que aproximadamente 221,7 milhões de imigrantes – o equivalente a 3.2% da população mundial, naquele ano –, viviam fora de seu país de origem. Deste contingente mencionado, aproximadamente 51% migrou para países de capitalismo avançado e 49% migrou para países de capitalismo tardio (WMR, 2018).

Ao analisarmos essa compilação de dados, é possível notar que entre as décadas de 1990, 2000 e 2010, as trajetórias migratórias passaram a apresentar alterações no destino, trânsito e rota dos sujeitos que se deslocaram para fora de seus países entre o conjunto de países do Norte e do Sul global. A partir dessa constatação, é possível perceber que se configurou um novo desenho de trajetórias migratórias internacionais. Uma questão parece importante: o que determinou essa mudança radical nas trajetórias migratórias internacionais durante o período em análise?

Pelo menos dois fatores de caráter geográfico podem ser elucidativos para compreender as motivações que determinaram a alteração das trajetórias migratórias internacionais durante o período em análise. São eles, a geopolítica e o mundo do trabalho.

Primeiramente, constata-se que a consolidação de uma série de ações “políticas” que se prestam ao “controle” migratório, como: a) construção de muros e barreiras a fim de conter e/ou dificultar o ingresso em seus territórios; b) intensificação das fiscalizações por meio de práticas de repressão – efetivadas pelo aparato policial; c) adoção de medidas (autoritárias) de transferências dos imigrantes indocumentados para outros territórios ou para os territórios de que são nativos (práticas de deportação); d) detenção de imigrantes indocumentados; e) restrição jurídica aos sujeitos (imigrantes refugiados e apátridas) solicitantes de moradia; f) formas de criminalizar o imigrante e disseminar essa concepção no ideário da população local – por meio da mídia, etc.; e tantas outras “políticas” que, além de tentar mantê-los distantes e amedrontados, violam os direitos humanos internacionais (BORJAS, 1989).

Em segundo, observa-se que a maneira como se estrutura, o mundo do trabalho em escala global pode ser um importante componente motivacional para as trajetórias migratórias internacionais. Veja-se que contextos de aquecimentos econômicos ou crises incidem, em muitos aspectos, na demanda por mão de obra e a oferta de empregos. De acordo com Sassen (2000), nos períodos em que um país atravessa uma crise econômica da ordem financeira-hipotecária, a oferta no mercado de trabalho passa a ser baixa e os valores que são pagos pela mão de obra utilizada/explorada do conjunto de trabalhadores tornam-se ínfimos.

Trata-se de barreiras e pressões estabelecidas aos trabalhadores imigrantes (HARVEY, 2013) que, ora contribuem para impulsionar trajetórias migratórias em direção a determinados territórios/regiões e ora contribuem para cessá-las. Nessa mesma linha de argumentação, Antunes (2013) acrescenta que, em casos como esses, os imigrantes (profissionalmente qualificados, não qualificados profissionalmente, documentados ou indocumentados) tendem a se deslocar para países onde há oportunidade de “inserção” – ainda que a inserção ocorra de maneira precária, como veremos mais adiante – no mercado de trabalho (ANTUNES, 2013).

Em geral, os imigrantes efetivam esse deslocamento buscando países nos quais a economia e o mercado de trabalho, bem como a legislação para o imigrante encontram-se, relativamente, “favorável” para a sobrevivência. Ou seja, o mundo do trabalho, que se estrutura a partir da economia – cujo lucro é sua base –, aparece como propulsor dos movimentos migratórios (SINGER, 1976). Alguns países contribuem para esse deslocamento por meio das políticas econômicas e legislações que são adotadas.

Por meio delas, ocorre a fomentação da imigração para territórios cujos contextos são de aquecimento econômico em períodos de crises ou da implementação de leis favoráveis aos movimentos migratórios.

Interpretando os dados apresentados a partir dos dois fatores que trouxemos para o debate, podemos afirmar, assim como fez Sassen (2000), que começa a despontar, a partir de 1990, a (re)configuração espacial das trajetórias migratórias internacionais, de modo a alterar a dinâmica da migração internacional (SASSEN, 2000).

Nesse aspecto, é interessante e elucidativo observar a interpretação de Magalhães & Baeninger (2016). Ao analisarem os processos migratórios internacionais que se direcionaram para o Brasil no mesmo período analisado nesse artigo, os autores demonstram que esses fatores, vinculados aos dois processos mencionados acima e a outros elementos como redes de contatos e infraestrutura, alteraram significativamente as trajetórias migratórias em escala global ao ponto de fazer configurar novo tipo de imigração, as migrações Sul-Sul (MAGALHÃES & BAENINGER, 2016).

O caso dos imigrantes haitianos que se deslocaram para o Brasil em busca de inserção no mundo do trabalho ilustra esse novo contexto em que configura-se um novo tipo de imigração internacional (ainda que pautado na velha lógica de acumulação de capital), segundo o qual a maioria das trajetórias migratórias realizadas até meados da década de 1990 migravam para países do Norte e mais recentemente, principalmente na última década, encontra nos países do Sul global um destino possível (VILLEN, 2015).

Nesse novo contexto, evidencia-se, de um lado, a mobilidade para trabalho de migrantes mais qualificados profissionalmente e documentados, oriundos, principalmente, de países como Portugal, Estados Unidos, Espanha e França, e, de outro lado, a mobilidade forçada para trabalho de migrantes indocumentados

(na maioria dos casos também pouco qualificados profissionalmente), oriundos dos continentes latino-americano, asiático e africano – “imigrantes da periferia do capitalismo” (VILLEN, 2015, p. 209)⁴.

Esse novo desenho vai desencadear a tendência de *(re)configuração espacial*⁵ das trajetórias migratórias em escala global, na qual novos países da periferia do capitalismo passam a se apresentar como territórios alternativos ao deslocamento dos migrantes ao redor do globo. É sob essa égide que o Brasil passa a ser avaliado.

3 DE PERIFERIA PARA PERIFERIA: O BRASIL NO MAPA DAS TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS INTERNACIONAIS

Se nos anos finais do século XX, precisamente entre 1990 e 1999, as trajetórias migratórias ao redor do globo se efetivavam pelos longos trajetos que percorriam os imigrantes, entre eles os brasileiros, que se deslocavam de países de capitalismo periférico, principalmente do Sul global, para os países de capitalismo central, principalmente do Norte global, atualmente o processo apresenta-se bastante distinto.

Se tomarmos as cifras para o século XXI, veremos que vem se configurando uma nova etapa de trajetórias migratórias marcadas, basicamente, pelos processos de expulsão⁶ (geopolíticas de recrudescimento) dos imigrantes indocumentados dos países de capitalismo central para os seus países de origem. Ademais, ocorreram, por um lado, uma onda de trajetórias de retorno, e, por outro, um amplo processo de (re)dinamização político-econômica (PATARRA, 2012). Ou seja, nesse novo século, as trajetórias dos migrantes diferem significativamente em termos de duração, distância e territórios de origem das observadas no século XX (BASSO, 2015).

Se examinarmos a inserção do Brasil no contexto das migrações internacionais, entre os anos de 1990 e 2016, veremos que, diferentemente dos fluxos migratórios transoceânicos observados nos séculos XIX e XX, nos quais imigrantes oriundos de países europeus e africanos abandonavam, por uma série de questões que não nos cabe pontuar neste artigo, seus países e se deslocavam para o Brasil, nas últimas décadas essa realidade apresenta-se de maneira distinta, como poderá ser observado (SINGER, 1976).

Os estudos sobre os processos migratórios no Brasil em período mais recente (VILLEN, 2015; FRANCESCONI, 2016; MAGALHÃES & BAENINGER, 2016; MAMED, 2016; MARTINS, 2018, PACHI, 2019) nos ajudam a fundamentar essa constatação. A partir da avaliação de diferentes concepções e abordagens, pode-se averiguar que na década de 1990, o Brasil registrou um saldo migratório negativo. Em um período de recessão econômica e crise política – que assolavam o país desde a década anterior –, o Brasil passou a ocupar o lugar de país de emigração, enviando mais emigrantes em relação ao número de imigrantes que ingressavam em seu território (VILLEN, 2015).

São nesses termos que as migrações se caracterizaram em âmbito nacional até o final do século XX. Já no início dos anos 2000, nota-se um movimento distinto do observado na década anterior. Duas tendências principais são identificadas pelos estudos que se ocupam desse tema (VILLEN, 2015; FRANCESCONI, 2016) e revelam que o Brasil deixou, neste decênio, de ocupar lugar de país de emigração (MAGALHÃES & BAENINGER, 2016).

A primeira tendência caracteriza-se pelas migrações de retorno de brasileiros que viviam em países de capitalismo avançado (FRANCESCONI, 2016) e, a segunda caracteriza-se pelo processo de recebimento de números expressivos de imigrantes de outros países, em geral, também oriundos da periferia do capitalismo (VILLEN, 2015; MAGALHÃES & BAENINGER, 2016).

Essa mudança de perfil, na qual o Brasil se destaca novamente como um país de imigração, tal como no início do Século XX, é potencializada, principalmente, após a eclosão da crise mundial de 2007/2008. Apontamentos de Harvey sobre essa questão indicam que a crise conteve, nela própria, distintas crises que tiveram efeitos de longa duração em muitas partes do globo. Entre elas, os efeitos sobre o mundo do trabalho, tal como segue:

O desemprego é o grande problema. Um documento de debate conjunto emitido pelo FMI e a Organização Internacional do Trabalho em setembro de 2010 estimou que a perda de empregos no mundo durante a recessão de 2007 a 2009 atingiu 30 milhões. Dos 20 milhões que puderam ser documentados por meio de estatísticas oficiais, três quartos estavam localizados nas economias avançadas, com os Estados Unidos contabilizando 8,4 milhões, a Espanha, 1,8 milhão e o Reino Unido, 0,9 milhão. As perdas de emprego foram muito menos acentuadas em economias de mercado emergentes. [...] o resultado foi a retomada vigorosa do crescimento econômico em várias partes da América Latina (HARVEY, 2010, p. 212-214).

Harvey (2010) constata que os efeitos da crise foram distintos entre países de capitalismo central e de capitalismo periférico. Enquanto as perdas de emprego estiveram concentradas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa (Espanha, Itália, Irlanda, Portugal e Reino Unido), na América Latina o crescimento econômico e suas repercussões no mundo do trabalho apresentava-se vigoroso, ainda que apoiado na integração dos migrantes pela via da exploração da força de trabalho. Pode-se argumentar que a crise mencionada acentua, ainda que em distintas dimensões e temporalidades, as condições de instabilidade estrutural no mundo do trabalho global (BASSO, 2015) e, por consequência, a precarização das condições de trabalho (ANTUNES, 2018).

Percebe-se assim que a partir da crise de 2007/2008 a economia foi afetada e, por consequência, o mundo do trabalho em países que receberam, historicamente, quantidade expressiva de migrantes. Em detrimento da baixa demanda por mão de obra, emergem outras rotas realizadas por migrantes internacionais. Em alguma medida, esse movimento foi potencializado pelas políticas de recrudescimento que, conforme apontamos, são um fator determinante na escolha do destino, trânsito e rota dos sujeitos em situação de migração.

Neste vaivém de rotas migratórias e de migrantes, o Brasil apresentou-se como um dos principais países de destino no hemisfério Sul. Ao contrário dos países que apresentavam altos percentuais de taxas de desemprego e enfraquecimento da economia, o Brasil passava por um momento de estabilização econômica. Em 2009 o crescimento econômico chegou perto de 8% (HARVEY, 2010, p. 211).

Numa chave que combinava expansão dos investimentos (físicos e sociais), redução de custos da força de trabalho e das matérias primas para concorrer no mercado internacional, e aumento de salário que tocou, ainda que de maneira muito tímida, na distribuição de renda na base da pirâmide brasileira, o mercado de trabalho brasileiro se expande ao ponto de muitos trabalhadores, inclusive os imigrantes haitianos, serem incorporados (como veremos mais adiante, essa “incorporação” ocorre de maneira muito precária e pode, nesses termos, ser questionada) no mundo do trabalho, graças ao desempenho econômico favorável, passando a gerar empregos, principalmente, no setor terciário e na construção civil (CARVALHO, 2018)⁷.

Em anos mais recentes, entre 2010 e 2016, a análise dos movimentos migratórios em escala mundial indica o reforço das ondas de migração para os países do Sul global, fato que confirma a tese da (re)configuração espacial das trajetórias de migrantes em escala global, sendo um dos traços marcantes do cenário recente a migração da periferia do capitalismo para a periferia do capitalismo. Neste vai e vem, observa-se as trajetórias de deslocamento de migrantes para as antigas regiões de expulsão de países da periferia do capitalismo – África do Sul, Argentina, Brasil, China e Índia (VILLEN, 2015).

Isto é, também, o que a análise dos dados oficiais sobre migrações internacionais, que contemplam o Brasil, parece sugerir. Levando-se em consideração os movimentos migratórios para o período recente, pode-se averiguar que o país vem apresentando um crescimento expressivo no número de imigrantes. Entre 2011 e 2016, aproximadamente 85.908 pessoas deixaram o Brasil para viver no exterior (na maioria dos casos, para Europa e os Estados Unidos), enquanto, aproximadamente, 613.146 imigrantes adentraram o país no mesmo período⁸.

Esses dados mostram que o Brasil se converteu, pelos números que registram a intensidade das trajetórias, em um país da periferia do capitalismo marcado pela imigração (BASSO, 2013). A pesquisa de Villen (2015) valida essas constatações de que emergem trajetórias de migrantes internacionais após a

eclosão da crise global de 2007/2008. Conforme mostra a autora, apoiando-se em dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), entre os anos de 2011-2014, o Brasil “foi o principal destino dos fluxos migratórios na América Latina” (VILLEN, 2015, p. 116).

Mas a predominância dos latino-americanos não é exclusividade para os imigrantes que chegam ao Brasil. Pode-se observar, também, imigrantes oriundos de países dos continentes africano e asiático, também do Sul global. Esses fatos contrastam diretamente com as evidências observadas no início do século XX, período em que a imigração europeia era dominante, pois, apesar da facilidade de entrada no Brasil, os europeus são agora minoria entre os recém-chegados.

Os dados referentes às nacionalidades dos imigrantes que adentraram o país no período em análise nos ajudam a elucidar o cenário em questão. Entre as principais nacionalidades que ingressaram no país, entre 2010 e 2016, estão os bolivianos, haitianos, venezuelanos, sírios, argentinos, peruanos, colombianos, chineses, senegaleses, estadunidenses. O Haiti foi o principal país de origem, seguido por Bolívia com, respectivamente, 81.000 e 60.800 imigrantes chegando até 2016, (NEXO, 2018)⁹.

É nesse contexto que o Brasil passa a figurar entre os países de destino e trânsito nas trajetórias traçadas pelos migrantes internacionais. O país passa também a receber porções significativas de migrantes, a aumentar a disponibilidade de força de trabalho sobrando (exército industrial de reserva) e, com isso, deter maiores possibilidades de explorar, sem medidas e sem escrúpulos, a força de trabalho migrante e a autóctone. Assim, inverteram-se as posições e as demandas por força de trabalho e o país deslocou sua posição, passando a atrair proporções consideráveis de imigrantes (FRANCESCONI, 2016).

O que se altera em todo esse cenário “é que já não se trata de **imigrantes** à procura da prosperidade” tal como se observou até o final do século XX (período em que os europeus eram maioria nos fluxos). Trata-se de novos perfis de migrantes e novas trajetórias orientadas pelas velhas motivações (MARTINS, 2014, p. 04). Nesse novo século os sujeitos se deslocam em busca de refúgio “da miséria de países de economias arruinadas” pela lógica de produção e de reprodução da acumulação ampliada de capital (MARTINS, 2014, p. 04 - 05).

Por estes motivos, não podemos nos iludir sobre a incorporação dos trabalhadores imigrantes no âmbito do mundo do trabalho brasileiro, principalmente aqueles oriundos da periferia do capitalismo. Como será demonstrado mais adiante, essa integração se manifesta por meio da inserção precária no mercado de trabalho nacional, tendo como força de trabalho predominante, trabalhadores profissionalmente não qualificados que trabalham, na grande maioria dos casos, às margens da legalidade jurídica (ANTUNES, 2013), e nos moldes da exploração da força de trabalho (LIMA, 2018).

É nesse contexto geral que se (re)configuram as trajetórias realizadas por trabalhadores oriundos da periferia do capitalismo para a periferia do capitalismo. Desde então, o Brasil caracteriza-se como um país receptor de

imigrantes da periferia do capitalismo que, por inúmeros condicionantes, deixam seus territórios para realizarem as trajetórias migratórias internacionais. Entre eles estão os haitianos, cujos condicionantes que os levam a migrar serão apresentados na seção seguinte. Vale destacar que os imigrantes haitianos promoveram uma reconfiguração espacial no que tange à força de trabalho no Brasil.

4 CONDICIONANTES DE EXPULSÃO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO: O HAITI COMO PAÍS DE EMIGRAÇÃO

Começamos lembrando que as trajetórias de imigrantes haitianos apresentam um longo contexto histórico, sendo elas condicionadas por um processo que é intrínseco à organização do capital em escala global (SINGER, 1976). Ou seja, provêm do sistema de organização desigual e combinado do espaço (SMITH, 1984) que gera competições entre mercados e nações.

No âmbito da produção de mercadorias, essa competição potencializa a busca por diminuição de custos de produção, em todos os sentidos e direções, o que potencializa a demanda cada vez maior para “reabastecer as empresas de braços e de cérebros do mundo inteiro a baixíssimo custo (BASSO, 2013, p. 111). Como esse processo de (re)configuração das trajetórias migratórias internacionais é da ordem do capital, pode-se argumentar que ele se perpetua pelo espaço (buscando distintos territórios) e pelo tempo (assumindo múltiplas facetas em determinado período histórico).

Além desse condicionante principal, se observarmos a chegada dos migrantes haitianos no Brasil em tempos recentes, veremos que existem outros condicionantes secundários que fizeram potencializar essas trajetórias migratórias. O primeiro deles, está ligado à missão internacional no país, o que colaborou para direcionar os migrantes para o Brasil (VILLEN, 2015). O segundo vincula-se à concessão de “vistos humanitários” por meio da criação de uma categoria especial (Portaria Interministerial Nº 10) na qual o governo brasileiro “concede” aos haitianos a possibilidade de solicitar visto temporário ou autorização de residência para fins de acolhida, uma resposta emergencial à migração indocumentada que era presente no cenário brasileiro.

O acordo é estabelecido, principalmente, em detrimento de um terremoto de 7.0 na escala Richter que atingiu o Haiti. Além de matar e deixar muitos haitianos em situação de risco, o terremoto destruiu diversas estruturas: foram “mais de 250.000 residências e 30.000 prédios comerciais arruinados, deixando mais de 1 milhão de desabrigados (OLIVEIRA, 2017), e 300.000 mortos. Um estrago sem precedentes naquele país. Mas o fato de o Brasil ter sido um dos principais países de destino dos haitianos ao longo dos últimos anos não pode ser atribuído apenas ao desastre de ordem ambiental, nem mesmo ao visto humanitário que o Brasil concedeu (MARTINS, 2018).

Se considerarmos a estrutura social do Haiti, veremos que a história do país é atravessada por um contexto extremamente frágil, em que a disparidade de renda, a segregação socioespacial, a pobreza, a miséria e outros fatores, como as políticas que mantêm essa estrutural social desigual e conflitos desencadeados na tentativa de subversão, estão presentes desde muito tempo (AUDEBERT, 2017; MARTINS, 2018). Considerando todos esses condicionantes, percebe-se que o contexto histórico faz com que a resiliência do Haiti, com relação a este tipo de desastre ambiental, seja muito baixa. Por isso mesmo, a recuperação pode ser, como parece ocorrer, muito lenta.

O terceiro condicionante que gostaríamos de destacar é o aumento do contingente de sujeitos que não possuem outra alternativa a não ser migrar de forma imediata para ter uma oportunidade de se sujeitar a trabalhos precários, com a finalidade de atender as necessidades básicas de sobrevivência (HARVEY, 2013). Despossuídos dos meios de produção, se prestam a vender sua força de trabalho da forma que convém à produção e reprodução de capital, onde, quando e a quem lhe aprouver. É neste caminho que a acumulação de capital e o controle social, mediante o rebaixamento salarial, tendem a ser impulsionados.

Por fim, pode-se dizer que a estrutura política brasileira, que mencionamos no item anterior, implementava políticas que alteravam o mercado e o mundo do trabalho no país, também foi uma condicionante que motivou as trajetórias migratórias até o Brasil. São esses condicionantes de expulsão, historicamente presentes na sociedade haitiana (MARTINS, 2018). Vinculá-los as trajetórias migratórias internacionais realizadas por migrantes haitianos em tempos recentes é o mesmo que reconhecer que as raízes dos processos que os originam são muito mais complexas.

Estamos chamando a atenção para o fato de que o terremoto não é o fator principal da expulsão de haitianos daquele país, e sim a combinação de outros condicionantes secundários de expulsão que vão impulsionar as trajetórias migratórias de haitianos para outros países da periferia do capitalismo. A dizer: o terremoto aparece apenas como a ponta do *Iceberg* de um problema social que é maior, que segue a lógica de reprodução do capital.

Em resumo, esses fatores econômicos internos, impulsionados pelo cenário geopolítico e pelo mercado de trabalho, vão influenciar, principalmente pelo acordo diplomático estabelecido, e impulsionar as trajetórias de migrantes haitianos para o Brasil, fazendo com que estes se tornassem, como já dissemos, líderes do *ranking* de migrantes que vieram para o país entre 2011 e 2016. Isso fez com que a força de trabalho migrante se tornasse marcante em muitos setores do mundo do trabalho brasileiro.

Os cálculos mais consistentes sobre a questão indicam que entre 2011 e 2016, período de maior intensidade migratória entre os anos avaliados, o Brasil recebeu mais de 81.000 imigrantes haitianos que entraram pelas fronteiras do Brasil (NEXO, 2018). A seção seguinte é indicativa da realidade a que estão

submetidos estes trabalhadores haitianos no mundo de trabalho brasileiro. Precisamente, relataremos a realidade desses trabalhadores no âmbito da indústria têxtil do Noroeste do estado do Paraná.

5 A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO HAITIANA NA INDÚSTRIA TÊXTEL DO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

A indústria têxtil é caracterizada por segmentos produtivos que envolvem diferentes etapas: a fiação de fibras, o beneficiamento, a tecelagem, a tinturaria e o acabamento de tecidos, fios e malhas naturais e sintéticos, a expedição e a costura. As pesquisas desenvolvidas a partir da produção têxtil nesses distintos segmentos revelam que esse ramo dessa indústria, identificado como um dos mais antigos do mundo (PECK, 1996), tem passado por transformações na base dos processos produtivos tais como: mudanças nas estruturas hierárquicas, novas técnicas de gestão e (re)organização do trabalho e reestruturação espacial e produtiva (SCOTT, 1988; LENCIONI, 1991; CHESNAIS, 1996).

Do ponto de vista do mundo do trabalho, o caráter dessas transformações, que seguem as leis gerais do modo de produção capitalista, culminaram em uma demanda significativa de força de trabalho manual, elemento esse que é característico da indústria têxtil do Noroeste do Paraná. Trata-se de 441 indústrias têxteis dispersas por 96 dos 105 municípios que compõem a região (LIMA, 2018).

Essas indústrias absorvem uma quantidade significativa de força de trabalho barata e, em grande medida, desqualificada. Elas empregam, direta e indiretamente, aproximadamente 400 mil trabalhadores (LIMA, 2018). Os mecanismos que estimulam essa absorção, que tem como fim último a exploração da força trabalho autóctone e migrante, está vinculado a busca por lucratividade nas empresas, cujas estratégias de redução dos custos, por exemplo, desempregar ou subempregar a força de trabalho e, ao mesmo tempo, intensificar os ritmos de trabalho (SPOSITO, 2007) são fundamentais.

Nesse interim, a exploração da força de trabalho ocorre em casos nos quais os trabalhadores são mais vulneráveis. E isso pode ser visto com mais facilidade nas indústrias que estão localizadas em municípios menores, onde o grau de escolaridade dos trabalhadores são, em geral, mais baixos, o que é um fator usualmente utilizado pelos empresários para pagar salários baixos. Nelas, verifica-se o entrelaçamento do aumento da produtividade com o aumento da jornada de trabalho. E a diminuição do número de trabalhadores contratados diretamente parece ser uma tendência de todas as indústrias têxteis localizadas no estado do Paraná (LIMA, 2018).

São nessas indústrias, grande maioria delas terceirizadas (64,3%), que os imigrantes haitianos – homens, mulheres e crianças se deslocaram em diferentes temporalidades para a região Noroeste do estado do Paraná – desenvolvem atividades laborais em condições vexatórias e de extrema precariedade. Tendo

ingressado no Brasil a partir de 2010, os imigrantes haitianos adotaram estratégias de mobilidade para chegar e, posteriormente, sobreviver no Brasil (MARTINS, 2018). Daí em diante estabeleceram-se redes de contatos para enviarem informações aos demais amigos e familiares, referenciando-os e ajudando-os a realizar as próximas trajetórias migratórias.

No âmbito do espaço fabril, os haitianos são submetidos à distintas funções. Os homens ajudam a carregar os caminhões, puxando os fardos de mercadorias que pesam entre 50KG e 100KG, limpando a caçamba, ajudando a descarregar os produtos químicos importados da China, desentupindo os encanamentos, limpando os vidros da estrutura, transportando os entulhos até os locais em que devem ser descartados, e qualquer outra atividade que não precise de qualificação e que exija força e destreza.

As mulheres, em geral, estão escaladas na costura, no corte, na tinturaria e na limpeza, exceto uma delas que, por ser robusta e alta, também é selecionada para realizar atividades braçais juntamente aos homens, quando necessário. Desse modo, é comum a todos os imigrantes não permanecer em nenhum posto de trabalho definido, mas serem escalados de acordo com as demandas da produção de mercadorias têxteis.

Eles almoçam dentro das fábricas. Alguns levam a marmita preparada no dia anterior e a esquentam em banho-maria num aparelho de água quente, outros recebem marmita das indústrias. A pausa para o almoço é breve. É dado a eles o tempo mínimo de abocanharem o alimento e retornarem às suas atividades. Suas jornadas de trabalho são incessantes. No geral, todos possuem horário para chegar ao posto de trabalho e vão embora conforme são dispensados. Quase sempre são os últimos a irem embora. Alegam trabalhar mais que os trabalhadores brasileiros, ganhando salários iguais ou inferiores. Possuem horários mais penosos, jornadas prolongadas e atividades intensificadas e desgastantes para o físico, para os nervos e para a alma (BASSO, 2015).

Certo dia, em visita à uma das fábricas um dos imigrantes haitianos sofreu um acidente. Ao tentar acrescentar reagentes químicos aquecidos no torno que polia os botões em cor prata, o trabalhador, já sem forças pela sobrecarga de trabalho de mais de 11 horas, derrubou em uma de suas mãos parte dos reagentes. No mesmo instante escorreu sangue pela ferida que havia se formado imediatamente após o derrubamento do produto.

O gerente que nos acompanhava durante a visita verificou o que havia ocorrido e, vendo que se tratava de algo grave pediu que chamassem seu motorista que chegou prontamente. Junto ao imigrante aproximaram-se outros trabalhadores preocupados com a situação. Vendo o alvoroço, o gerente ordenou que todos retornassem aos seus postos de trabalho e que levassem o trabalhador ferido até o hospital, onde fizeram nele um curativo. Pelo vão da porta, foi possível ouvir resmungos, palavras xenofóbicas e xingamentos direcionados ao trabalhador: “esses encardidos só dão prejuízo”, disse o gerente.

Horas depois, antes mesmo de deixarmos o espaço fabril, o trabalhador retornou à fábrica. Ao se aproximar do gerente para agradecer-lo por ter “pago” o procedimento, que certamente seria descontado do seu salário no mês seguinte, o imigrante recebeu ordem para realizar uma atividade, mesmo com uma das mãos enfaixadas.

A isso tudo se acresce outra peculiaridade que diz respeito aos ordenados. Os imigrantes recebiam, de acordo com suas narrativas, ordenados inferiores em comparação aos dos brasileiros que realizavam as mesmas atividades, e também abaixo do salário mínimo, algo em torno de R\$500,00 pelas extensivas jornadas laborais. Em suma, por exercerem atividades manuais de baixa qualificação e/ou receberem remuneração reduzida, estimulam o “rebaixamento salarial e a manutenção dos níveis baixos de salário” (HARVEY, 2014, p. 3).

Assim, contribuem para subverter a lógica remuneratória local e os custos para efetivação da produção das mercadorias que, em sua fase de realização no polo atacadista de confecções, custam em torno de R\$35,00 à R\$50,00. Diante de todo o exposto, e na interpretação que estamos a oferecer, o trabalho degradante realizado pelos trabalhadores da indústria têxtil do Noroeste do estado Paraná está circunscrito aos moldes da exploração da força de trabalho sem escrúpulos.

Residentes nas proximidades da fábrica, alguns deles nos receberam em sua acomodação. O mictório, construído ao lado de fora, datava aquela construção. Tratava-se de uma casa antiga, construída com madeira, cujo teto apresentava fissuras. Havia dois quartos e um espaço comum que deveria ser utilizado como sala, mas que, devido ao número de pessoas, servia de dormitório, abrigando colchões. Viviam na mesma habitação, alugada pela fábrica que os empregava, quatorze pessoas - 7 homens, 4 mulheres e 3 crianças. Conforme nos foi relatado, eram todos do mesmo país (Haiti). Em outro momento, soubemos que havia outra acomodação que abrigava um grupo com trabalhadores de 3 países diferentes, fato este que gerava conflitos internos.

Nossa pesquisa revelou também que as resistências são mínimas e, portanto, não há perspectivas de superação. Não há na região nenhum histórico de paralização. O que demonstra a eficácia dos capitalistas em se deslocar para regiões em que os sindicatos não possuem históricos de combate às condições impostas. As reivindicações setoriais ocorrem muito efemeramente quando os sindicatos se manifestam para pressionar com o objetivo de que os salários acompanhem o teto do salário mínimo nacional. A precarização do trabalho é tão imanente ao capital quanto o desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se, portanto, da permanente disputa entre capital e trabalho sobre o quadro de agravamento das condições de trabalho e os limites da exploração da força de trabalho.

Ainda foi possível identificar que os trabalhadores migrantes estão inseridos precariamente em vários setores no estado do Paraná: trabalho no cultivo de soja, na indústria alimentícia (MAMED, 2016)¹⁰ e na construção civil (GOMES, 2016). Eles podem ser encontrados ainda “montando banquinhas de camelô nas

calçadas do centro comercial”, “trabalhando nos restaurantes como garçons e cozinheiros e circulando com suas bicicletas para o trabalho, ou então nos pontos de ônibus” (GOMES, 2016, p. 8).

Do conjunto de haitianos com quem dialogamos, nenhum possuía permissão para permanecer no Brasil. Segundo o que nos foi relatado, não pretendiam formalizar a documentação pois objetivavam, num futuro não muito distante, retornar ao país de origem ou migrar para outro país. Até que isso ocorra, continuam a trazer mais entes com a ajuda das indústrias que os contratam por meio de adiantamento financeiro para a mobilidade de outros trabalhadores imigrantes que, ao chegarem, terão de se submeter ao trabalho na indústria como forma de compensar os valores antecipados.

Os caminhos que levam os trabalhadores a submeterem-se à essas condições vinculam-se a necessidade de sobrevivência e à falta de alternativas de trabalho. Fazem isso para sobreviver e, por este motivo, são obrigados a acompanhar o capital para onde quer que ele flua, submetendo-se, assim, a mobilidade geográfica humana que os separa dos familiares, dos apegos e dos pertencimentos. Tudo pela mera possibilidade de esgueirar-se, não inteiramente, claro, da tirania e da opressão instaurada pelo modo de produção capitalista (GOMES, 2016).

Esses elementos nos remetem à pesquisa de Roncato (2012), indicando que, na condição de integrantes da classe trabalhadora, os imigrantes não possuem muitas alternativas a não ser aceitarem contratos de trabalhos temporários, flexíveis e sem estabilidade, com pouca ou nula proteção social e rebaixamento do salário real. Nessa mesma linha de argumentação, Harvey (2014) indica que, enquanto mercadoria flutuante, esse grupo de despossuídos tende a acompanhar o capital para onde quer que ele flua, tornando-se força de trabalho flutuante no mundo do trabalho global¹¹.

Ao realizar este movimento em escala global, os imigrantes produzem e reproduzem não apenas o espaço, mas também capital. Isso significa reconhecer que os trabalhadores imigrantes estão sujeitos às formas de produção e de reprodução socioespacial dominante no território que chegam e, com isso, contribuem para “a desvalorização da força de trabalho como um todo” (BASSO, 2015, p. 9).

É o que se observa com os imigrantes haitianos que realizaram trajetórias migratórias para o Brasil com finalidade de inserção no mundo do trabalho. Na maioria dos casos relatados encontramos como justificativa à submissão a ausência de outras oportunidades de trabalho tendo em vista que, das duas cidades as quais visitamos, as opções de trabalho se restringem à roça ou à três indústrias têxteis. Eles não apenas trabalham, mas vivem em condições extremamente precárias.

Em conjunto, as condições a que se submetem esses trabalhadores migrantes nos apresentam as chaves para compreender a classe trabalhadora na contemporaneidade. Esses imigrantes são protótipos de um processo

contínuo de flexibilização das condições de trabalho (BASSO, 2015, p. 34), na qual a contratação, ou subcontratação, da força de trabalho, a baixo custo e sem nenhum direito, provém de uma organização estrutural, estratégica ao modo capitalista de produção. Sua ascensão significa a emergência de uma nova classe de trabalhadores despossuídos, a qual os autóctones e migrantes compõem um só grupo que estrutura, por meio da exploração de sua força de trabalho, um mercado de trabalho em escala global (VILLEN, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos ao longo desse artigo um panorama das trajetórias migratórias realizadas pelos migrantes haitianos em direção ao Brasil. Procuramos, além de expor as condições vexatórias a que estão submetidos os trabalhadores migrantes – nas quais suas vidas são marcadas por desigualdades espaciais, pela marginalização das condições de trabalho e pela vulnerabilidade sociais –, compreender as motivações e os condicionantes que originam as trajetórias.

À medida que refletimos criticamente, nos pareceu importante interpretar essa questão não apenas do ponto de vista dos trabalhadores migrantes, mas do conjunto de trabalhadores, já que a lógica concorrencial se espalha em escala global, ainda que apresente múltiplas facetas em distintos territórios. Nos pareceu importante, também, identificar a problemática das trajetórias migratórias, não como algo localizado, mas como um processo complexo, integrante de uma dinâmica maior, que tem como pano de fundo a produção e a reprodução do capital.

Esse caminho de interpretação nos possibilitou perceber que as transformações pelas quais o capital passou em anos recentes, sendo uma delas a crise de 2007/2008 que mencionamos, provocaram impactos significativos sobre o mundo do trabalho, fomentando o rebaixamento dos salários e a precarização das condições de trabalho. A produção de mercadorias no âmbito das indústrias têxteis do noroeste do Paraná ilustra essa interpretação. A partir de resultados da etapa de entrevistas da pesquisa qualitativa apresentada ao longo desse artigo, pudemos confirmar a tendência mundial de redução de custos da força de trabalho. No entanto, fica cada vez mais mascarada toda a estratégia produtiva comandada pela lógica de gestão transnacional existente na produção das roupas que usamos em nosso cotidiano.

Ficam obscurecidas, também, as novas formas de introduzir, nos marcos regulatórios das legislações nacionais, alterações que institucionalizam as formas arcaicas de naturalização da exploração da força de trabalho. Essas alterações não têm apenas o sentido de diminuir custos de produção de mercadorias por meio da contratação da força de trabalho migrante, mas, também, fragilizar o sistema de proteção – no caso do Brasil, conquistado e construído por meio de muitas lutas – para alongar, sem impedimentos, a jornada de trabalho em busca de aumentar, como demonstrado, a produtividade no âmbito das indústrias.

Em resumo, buscamos dar visibilidade para essas formas mascaradas que vão ganhando acento no modo capitalista de produção nos dias atuais. Para além de desvelar a essência, resta-nos a luta e a resistência à estas metamorfoses que se impõem. Deve-se, assim, construir uma forma para conceber o trabalho e a vida do conjunto de trabalhadores. Com isso, subverter a lógica predatória que paira sobre a esfera do mundo do trabalho em escala global e afeta profundamente a vida da classe trabalhadora universal.

NOTAS

¹ A noção de trajetórias de trabalhadores que adotamos nesse texto foi proposta por Knowles (2013), para ilustrar, em sua pesquisa, as trajetórias dos trabalhadores que produzem chinelos em uma cadeia global que se espalha por três continentes.

² A noção de periferia do capitalismo que adotamos nesse artigo foi proposta por Villen (2015) para ilustrar, em sua pesquisa, as interfaces do funcionamento do mercado de trabalho na periferia do capitalismo.

³ É importante indicar que o recorte dos sujeitos de pesquisa não se resumiu aos imigrantes haitianos.

⁴ É importante indicar que o recorte dos sujeitos de pesquisa não se resumiu aos imigrantes haitianos.

⁵ A noção de reconfiguração espacial que adotamos nesse texto foi proposta por Harvey (2010), em sua obra *O enigma do capital*.

⁶ Embora não seja o foco desse artigo, é importante indicar que em paralelo, também aparecem os refugiados de diferentes nacionalidades que se deslocam devido à distintas motivações: políticas, religiosas, desastres naturais entre outros.

⁷ É importante lembrar, ainda que não seja o foco desse artigo, que a estruturação do mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 2003 e 2016 apresenta um lado positivo que é vicioso (em função das políticas de inclusão do consumo) e limitado (não toca na base da estrutura). As consequências destas debilidades puderam ser observadas com mais precisão após o Golpe parlamentar de 2016.

⁸ Os dados referentes à essas trajetórias migratórias variam de acordo com pesquisas e instituições. Para compilarmos os dados apresentados, nos baseando nos dados do IBGE, do G1 e do Nexó, os quais seguem citados nas referências.

⁹ Nos parece importante registrar, ainda que o foco do artigo se detenha nos processos migratórios desencadeados entre 1990 e 2016, que os números referentes aos processos migratórios para o ano de 2017 e para o primeiro semestre de 2018, parecem apontar para a tendência da chegada de imigrantes venezuelanos – cujo país encontra-se com as estruturas socioeconômicas foram condenadas pelo modo capitalista de produção.

¹⁰ A pesquisa de Mamed (2016) confirma que, em geral, esses trabalhadores se inserem nos trabalhos mais insalubres, que exigem menor escolaridade e que os habitantes locais não se dispõem a realizar). Trabalham, portanto, ocupando postos de trabalho mal remunerados, com serviços pesados e precários. Esse elemento tem repercutido diretamente na composição do mercado de trabalho, que por sua vez, tem-se apresentado cada vez mais heterogêneo - tanto pelas diferentes camadas etárias que o compõe, quanto pela proveniência nacional destes grupos.

¹¹ A ideia de mundo do trabalho global não está presente no autor, ela é nossa. No texto, o autor fala em mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. El deterioro del trabajo y la precarización estructural. In: **Coloquio Internacional Crisis, Jóvenes y Migración, 2013, Ciudad México**. Ciudad México: UNAM, 2013. v. 1. p. 5-10.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.
- AUDEBERT, C. The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: refugees or economic migrants? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**: Belo Horizonte, v.34, n.1, p.55-71, jan./abr. 2017.
- BAENINGER, R. **Migrações internacionais**: herança XX, agenda XXI. Campinas: Editora FNUAP, 1996.
- BASSO, P. Imigração na Europa. In: ANTUNES, R (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- _____. Uma pantomima que denuncia guerras. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 2015.
- BECKER, G. **Human Capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago: Editora University Press, 1993.
- BORJAS, G. Economic theory and international migration. **Journal International Migration Review**, v. 23, n. 3, 1989, p. 457-485.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia, 2018.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 2005[1996]].
- FRANCESCONI, L. Crise, trabalho e migrações. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. São Luís, 2016.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Paris, Editora Anthropos, 1976.

- GOMES, S. C. Dinâmicas Demográficas na Região Metropolitana de Maringá. In: RODRIGUES, A. L. (Org.). **Transformações na Ordem da Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2015.
- GOMES, S. C. A presença dos migrantes haitianos em território maringaense. **Geografar**, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR, v. 11, p. 5-16-16, 2016.
- GOMES, S. C. **Do comércio de retalhos a feira da sulanca**: uma inserção do migrante em São Paulo. São Paulo: Dissertação de mestrado, USP, FFLCH, 2002.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- _____. **O enigma do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.
- _____. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. London: Editora Profile, 2014.
- KNOWLES, C. **Flip-flop**: a journey through globalization's backroads. Londres: Editora Pluto Press: 2013.
- LEFÈBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Paris: Editora Anthropos, 1973.
- LENCIONI, S. **Reestruturação urbano-industrial**: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. A Indústria Têxtil. 286 p. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- LIMA, F. R. A reforma trabalhista no Brasil: um atentado contra a classe trabalhadora. **Geocri-tiq**. 5 de enero de 2018b, nº 361.
- _____. **Nas trilhas da exploração da força de trabalho**: uma análise a partir da cadeia têxtil de produção no Noroeste do estado do Paraná. 245 p. dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018a.
- MAGALHAES, L. F. A; BAENINGER, R. Haiti Is Here: Haitians in Santa Catarina, Brazil and the Concept of Emigration Syndrome. **Journal of Economics and Development Studies**, v. 3, p. 1-12, 2016.
- MAMED, L. H. Haitianos no Brasil: da entrada indocumentada pela Amazônia à inserção precarizada no mercado laboral. **Argum.** (Vitória), v. 8, n. 3, p. 78-90, set./dez. 2016.
- MARTINS, I. M. M. Geografias da imigração haitiana para o Brasil. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, a. 14, n. 1, p. 71-82, jan./jun. 2018.
- MARTINS, J. S **O Fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- PATARRA, N. L. O Brasil: País de imigração? **Revista E-Metropolis**, nº 09, ano 3, junho de 2012. Pg. 01 – 18.
- PECK, J. **Work-place**: the social regulation of labor markets. New York: Editora Guilford, 1996.

- RONCATO, M. S. Trabalho Imigrante no Capitalismo Japonês: classe social, etnia e suas contradições. **Caderno CEMARX**, Campinas, v.1, p. 1-10, 2012.
- SANTOS, M. A. (et al). **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: Editora do Cedeplar, 2010.
- SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. New York: Cambridge University Press, 2000.
- SCOTT, A. J. **New industrial spaces: flexible production organization and regional development in North America and Western Europe**. London: Editora Pion, 1988.
- SINGER, P. **Força de trabalho e emprego no Brasil**. São Paulo: Editora Cadernos do CEBRAP, 1971.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza: Editora do BNB, 1976, p. 211-244.
- SMITH, N. **Uneven development: nature, capital and the production of space**. Oxford: Editora Basil Blackwell, 1984.
- SPOSITO, E. S. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no estado de São Paulo. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, v. 11, n. 245, 2007, pp. 1-16
- TODARO, M. A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. **Journal American Economic Review**, n. 59, p.138-148, 1970.
- UEBEL, R. R. G.; RÜCKERT, A. A. **Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI**. **Revista Confins** [En ligne], nº 31, 2017.
- VAINER, C. B. **Emigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora FNUAP, 1996.
- VILLEN, P. A nova configuração da imigração no Brasil sob a óptica do trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.
- _____. **Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada**. 2015. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SITES CONSULTADOS

- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – **Banco de dados**. Disponível em: <<http://in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=57&data=09/04/2018>> . Acesso em 01/09/2018.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados Países**. Paraná: 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>. Acesso em 01/09/2018.

- G1- Mundo - Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>> . Acesso em 01/10/2018
- G1- Política - Entrada de imigrantes no Brasil caiu 23% em dois anos; ‘efeito da crise política e econômica’, diz estudo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/entrada-de-imigrantes-no-brasil-caiu-23-em-dois-anos-efeito-da-crise-politica-e-economica-diz-estudo.ghtml>> . Acesso em 01/10/2018.
- IBGE. Território brasileiro e povoamento. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/portugueses/imigracao-de-declinio-1960-1991.html>> . Acesso em 01/10/2018
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION - **World migration report 2018**. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en_chapter2.pdf> . Acesso em 28/09/2018.
- MARTINS, J. S. “**Sem lenço e sem documento**”. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/530991-sem-lenco-sem-documento-artigo-de-jose-de-souza-martins>> . Acesso em 01/09/2018.
- NEXO JORNAL. **Em que países vivem os brasileiros no exterior, segundo o Itamaraty**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/02/16/Em-que-pa%C3%ADses-vivem-os-brasileiros-no-externo-segundo-o-Itamaraty>> . Acesso em 01/10/2018
- NEXO JORNAL. **O fluxo da imigração ao Brasil desde a chegada dos portugueses**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/06/11/O-fluxo-de-imigra%C3%A7%C3%A3o-ao-Brasil-desde-a-chegada-dos-portugueses>> . Acesso em 01/10/2018
- OLIVEIRA, W. **Haitianos no Brasil**: hipóteses sobre a distribuição espacial. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/haitianos-no-brasil-hipoteses-sobre-distribuicao-espacial-dos-imigrantes-pelo-territorio-brasileiro/>> . Acesso em 01/09/2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The International Migration Report 2017 (Highlights)**. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/publications/international-migration-report-2017.html>> . Acesso em 01/09/2018.
- PODER 360. **Em 7 anos, número de brasileiros que deixaram o país subiu 160%**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/em-7-anos-numero-de-brasileiros-que-deixaram-o-pais-subiu-160/>> . Acesso em 01/10/2018
- PORTAL DA POLÍCIA FEDERAL. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/institucional/acessoainformacao>> . Acesso em 01/09/2018.
- SIDRA – IBGE. **Dados da amostra de naturalizados brasileiros e de estrangeiros**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2145#resultado>> . Acesso em 01/10/2018.
- SIMPLE CITIZEN. **Trends in Global Immigration**. Disponível em: <<https://learn.simplecitizen.com/2017/10/trends-global-immigration/>> . Acesso em 01/09/2018.

RESUMO

Neste artigo se discute a exploração da força de trabalho dos haitianos que se deslocaram para trabalhar na indústria têxtil do noroeste do estado do Paraná. O objetivo consiste em compreender a emergência das trajetórias migratórias que esses sujeitos realizaram entre 2010 e 2016 e seus desdobramentos, no que tange ao mundo do trabalho. A discussão é apresentada a partir de uma abordagem que reconhece as trajetórias migratórias como parte de um processo complexo de escala ampliada, que tem como finalidade última, atender as necessidades de funcionamento do mercado de trabalho global. O texto se inicia com a apresentação dos dados sobre as dinâmicas das migrações internacionais entre os anos de 1990 e 2016; a frente, esboçam-se as principais tendências que levaram o Brasil a assumir um papel de interface no contexto das trajetórias migratórias internacionais; em seguida, discutem-se as particularidades da sociedade haitiana, país de emigração na periferia do capitalismo; e problematizam-se – com base nos resultados da etapa de entrevistas de pesquisa qualitativa, realizadas entre os anos de 2015 e 2018 –, a incorporação precária e limitada no mundo do trabalho brasileiro, demonstrando a maneira como o capital explora essa força de trabalho. Conclui-se que os trabalhadores migrantes são eficazes para a diminuição dos custos, o rebaixamento dos salários e a precarização das condições de trabalho no âmbito da produção têxtil.

Palavras-chave: Trabalho; Migração; Trajetórias; Indústria têxtil.

ABSTRACT

This article discusses the exploitation of the workforce of Haitians who have moved to work in the textile industry in the northwest of the state of Paraná. The objective is to understand the emergence of the migratory trajectories that these subjects undertook between 2010 and 2016 and their consequences, with regard to the world of work. The discussion is presented based on an approach that recognizes migratory trajectories as part of a complex process with an expanded scale, whose ultimate purpose is to meet the needs of functioning of the global labor market. The text begins with the presentation of data on the dynamics of international migration between the years 1990 and 2016; ahead, the main trends that led Brazil to assume an interface role in the context of international migratory trajectories are outlined; then, the particularities of Haitian society, a country of emigration on the periphery of capitalism, are discussed; and problematize - based on the results of the stage of qualitative research interviews, carried out between the years 2015 and 2018 -, the precarious and limited incorporation in the Brazilian labor world, demonstrating the way in which capital exploits this workforce. It is concluded that migrant workers are effective in reducing costs, lowering wages and precarious working conditions in the context of textile production.

Keywords: Work; Migration; Trajectories; Textile industry.

A articulação do imigrante haitiano com a Igreja Adventista do Sétimo Dia em São Paulo e a comunidade haitiana adventista

*Bernadete Alves de Medeiros Marcelino**

1 INTRODUÇÃO

O Brasil foi almejado pelos imigrantes haitianos, logo após uma catástrofe que ocorreu no Haiti em 2010. Um “terremoto de, aproximadamente, 5.9 graus na Escala Richter” que teria devastado “a capital Porto Príncipe e outras regiões” (ALESSI, 2013, p.82). Uma vez no país, frente a ausência de políticas públicas migratórias brasileiras, muitos desses imigrantes acabaram sendo acolhidos por parte de instituições de cunho religioso. Nesse cenário foi possível observar a atuação da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) em diferentes regiões do Brasil e o surgimento de diversas comunidades étnicas haitianas adventistas. Entre elas, a de Porto Velho (Rondônia), onde no ano de 2014, foi inaugurado o primeiro templo adventista haitiano brasileiro¹; Cuiabá (MT), onde inauguraram mais um templo adventista só para haitianos no ano de 2015²; Santa Catarina, onde mantiveram uma comunidade que, até 2015, contava com 120 haitianos;³ Goiás,⁴ outra comunidade com cerca de 30 haitianos até meados de 2016; e na capital de São Paulo, a Comunidade Haitiana Adventista, que chegou a ter 90 integrantes até meados de 2016.

Esse quadro sofreu muitas mudanças, principalmente após a crise econômica brasileira, que ocasionou a saída de muitos desses imigrantes do Brasil na busca de melhor qualidade de vida em outros países. Contudo, nos dá a possibilidade de visualizar um pouco melhor as relações que este imigrante estabeleceu com a instituição religiosa em pauta, no país. Em São Paulo essa articulação foi analisada e será discorrida nesse artigo. Nesse caso, iniciaremos com uma abordagem sobre o Haiti, na tentativa de conhecermos um pouco melhor a origem desse imigrante, e em seguida sobre a articulação que este estabeleceu com a Igreja Adventista em São Paulo, culminando no espaço de celebração para a Comunidade Haitiana Adventista.

** Doutoranda em Ciência da Religião pela PUC-SP, Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Participa dos grupos de pesquisa “Religião e Cidade” e “Protestantismo e Pentecostalismo” na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP).*

2 O HAITI

O Haiti está localizado “na parte oeste da Ilha de *Hispaniola*, da qual ocupa cerca de 35% (mais precisamente 27.750 Km²). É a segunda maior ilha das Antilhas, logo atrás de Cuba” (RODRIGUES, 2008, p.66). Em 2010, sua população chegava a quase 10 milhões de pessoas. É considerado o país “mais pobre do Hemisfério Ocidental” (ALVES, 2012); africano por excelência”, do negro, do *vodu*, do tambor, do *créole* (crioulo - língua também falada no país), das *cayes* (casas típicas), e da revolução de negros e escravos contra patrões brancos, marco da liberdade, independência e orgulho desse povo (GRONDIN, 1985, p. 10,11). No ano de 1794, foi o primeiro a acabar com a escravidão e o segundo na América a conquistar a independência (1804), logo atrás dos Estados Unidos da América (ALVES, 2012; COSTA, 2015, p. 59).

A sociedade haitiana é basicamente formada por duas camadas antagônicas. De um lado os camponeses pobres e, do outro, negros e mulatos escolarizados e modelados pelo ocidente. O “abismo entre o pobre e o rico, entre o rural e o urbano é tão profundo que não existem mais possibilidades de se tecer uma ponte entre os dois mundos” (RODRIGUES, 2008, p.171). A cor da pele é um fator de diferenciação entre eles, assim como a língua falada. “O francês é a língua alta, utilizada na escola, na igreja, na universidade, nos discursos políticos etc., enquanto o crioulo é a língua baixa, utilizada na vida cotidiana” (p.67). O crioulo haitiano foi uma língua criada pelos escravos no Haiti, e é a língua usada pela massa popular. Parte da população haitiana não domina o francês (GRONDIN, 1985, p.73 e 83).

O vodu faz parte da história, cultura e sociedade haitiana, e integra crenças, rituais, músicas e danças de diferentes tribos, tornando-se um meio de conservação de valores africanos, símbolo de unidade e diversidade do povo haitiano. O vodu haitiano, cultua os espíritos chamados loas. Cada um dos loas se encaixa em uma classificação complexa devido a diversidade de divindades locais e regionais existentes. Cada um desses loas tem uma moradia específica que pode ser em rios, mares, montanhas e árvores; tem um rito particular e uma cor que os distinguem. Segundo as crenças em torno deles, ouvem as orações que a eles são direcionadas pelos fiéis e vêm ao encontro deles. A comunicação entre os loas e seus seguidores acontece por meio de transe, formas humanas ou sonhos. Mas, a comunicação mais importante se dá através dos transe por meio de encarnação ou possessão. Essa possessão é desejada por todos os seus servidores, que a consideram como uma espécie de proteção (GRONDIN, 1985). O vodu também exerce um papel extremamente relevante na sociedade haitiana, suprimindo diversas expectativas da população. Nesse caso, através do sacerdote, que atua como confessor, médico, juiz, conselheiro (JOSEPH, 2014). Mal compreendido, foi por muito tempo combatido. Torna-se importante ressaltar que, de acordo com Grondin (1985), em decorrência desse combate, o seu enfraquecimento como religião nos últimos anos foi inevitável. Por outro lado, houve o seu crescimento como moral⁵ permeado por superstições.

A educação no país é precária, ainda no início do século XX, menos da metade dos meninos e meninas haitianas frequentavam a escola. A ocupação dos Estados Unidos da América (1915) trouxe promessas de integração à rede de educação norte americana, contudo, levou minúsculas contribuições educacionais para o haitiano. Hoje, quase não existem escolas públicas no país e as escolas particulares acabam tendo um custo extremamente alto (GENTILI, 2014; GRONDIN, 1985, p. 66 - 67). Juntamente com a ocupação norte americana teria chegado o protestantismo, adquirindo “uma afeição endógena sem nunca se desvincular dos Estados Unidos da América (EUA)”. (DORNELLAS, 2014, p.131 apud AUDEBERT, p.127).

No que se refere aos processos migratórios haitianos, é importante destacar que este é um fenômeno histórico que envolve uma vida inteira ou temporária em outros países. Suas estratégias de migração dependem de questões econômicas e facilidades em torno de seus ideais (TÉLÉMAQUE, 2012). Se considerarmos os últimos 50 anos, veremos que esse processo passou por alguns momentos de mais intensidade. Em 1960, muitos intelectuais haitianos, migraram para outros países, ao passo que trabalhadores braçais partiam para a República Dominicana. Diante da ditadura liderada pelo Papa Doc, François Duvalier⁶, outros intelectuais acabaram deixando o país. Na década de 1980 a pobreza cresceu ainda mais no Haiti. Em decorrência disso, mais haitianos passaram a emigrar, principalmente para a Europa e Estados Unidos que, na ocasião, buscavam mão de obra de menor custo. Muitos outros, que não tinham condições de ir para Europa ou Estados Unidos, acabaram emigrando para outros países do Caribe. Devido a tais fatores, e as inúmeras e decorrentes catástrofes naturais, a situação econômica do Haiti se agravou grandemente, e os fluxos migratórios de haitianos para outros países continuaram acontecendo (COSTA, 2015, P.60; COSTA, 2016, p. 8 - 9). Com o terremoto que ocorreu no Haiti em 2010, ocorreu um intenso fluxo migratório haitiano para o Brasil. Entre os imigrantes haitianos que chegavam ao país, alguns eram adventistas.

3 A ARTICULAÇÃO DO HAITIANO COM A IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA (IASD) EM SÃO PAULO

No início da análise sobre a articulação do imigrante haitiano com a IASD na capital paulista, sem o conhecimento prévio dos pormenores desse contexto, surgiu o questionamento se essa relação estaria sendo permeada por algum tipo de missão evangelizadora. Em uma observação mais precisa, à partir do contato com o grupo haitiano, por meio da pesquisa de campo, foi possível constatar que esses imigrantes já professavam a fé adventista quando chegaram ao Brasil. A IASD teria chegado no Haiti por volta de (1879), através de suas literaturas, e se estabelecido oficialmente em 1892 por meio do batismo de seus primeiros membros, realizado por um ministro da instituição que, na ocasião, visitava o País. No ano de 2008, dois anos antes da catástrofe que marcou o início do

intenso fluxo migratório haitiano para o Brasil, quando a população haitiana alcançava em torno de 9,1 milhões de pessoas, a IASD alegava registrar mais de 328 mil haitianos adventistas. À época pontuavam também uma somatória de grupos e templos espalhados pelo país que chegavam a quase mil, 270 escolas de ensino fundamental, 2 escolas de ensino médio, 1 universidade e 1 hospital, conforme dados apresentados pela Revista Adventist Word (2010, p.7). Com o fluxo migratório haitiano para o Brasil iniciado em 2010, muitos haitianos adventistas entraram no país, e buscaram acolhimento por parte da Igreja Adventista brasileira.

Em São Paulo, essa articulação iniciou-se assim que esses imigrantes começaram a chegar à cidade. Como muitos deles tinham como ponto de referência a Casa do Migrante no bairro da Liberdade⁷, não tiveram dificuldade em encontrar a IASD, também localizada nesse bairro. Depois que os primeiros haitianos adventistas estabeleceram o contato inicial com a instituição, o acesso de outros foi facilitado por meio de uma rede de contatos entre eles. A IASD paulistana acolheu esses imigrantes por meio do departamento de “Ação Solidária Adventista (ASA), e passou a agregá-los em seus cultos. Muitos recebiam auxílio alimentação e aulas de língua portuguesa oferecidos pela instituição⁸. O grupo de haitianos acolhidos pela IASD paulistana, que inicialmente era pequeno, foi crescendo. Frente a esse crescimento, a igreja entendeu que era melhor disponibilizar um espaço para que estes pudessem realizar as suas celebrações religiosas em seu próprio grupo. Com o grupo étnico reunido em seu próprio espaço de celebração, algumas de suas características foram reforçadas e puderam ser melhor observadas.

4 A COMUNIDADE HAITIANA ADVENTISTA EM SÃO PAULO

No final de 2016 a comunidade haitiana adventista em São Paulo era composta por 50 haitianos. Em sua maioria, homens solteiros com idades entre 30 - 50 anos e com ensino médio completo. Antes disso, o grupo tinha alcançado 90 integrantes, e em suas celebrações chegavam a reunir mais de 100 imigrantes, uma vez que o próprio grupo convidava outros haitianos não adventistas para tais eventos. O grupo diminuiu após a crise econômica brasileira, quando muitos deles acabaram saindo do Brasil. Diante desse cenário, duas situações passaram a ser observadas: alguns ainda faziam planos para migrar, e outros já começavam a trazer seus parentes do Haiti, na perspectiva de continuar vivendo no país. Por isso, na ocasião já era possível visualizar entre eles algumas crianças e adolescentes. Na medida em que a comunidade formada por esse grupo étnico de haitianos adventistas em São Paulo se estabelecia, algumas características culturais eram reforçadas. Nesse caso, pontuamos pelo menos três delas: a língua falada, o papel da mulher dentro do contexto do grupo e o discurso contra o vodu.

Em relação a língua falada, foi possível observar a tentativa de apresentar-se como um grupo que domina o francês. Essa tentativa pode ser compreendida como uma forma de transmitir a imagem de um grupo com um “*status* elevado”, uma vez que na cultura haitiana o uso da língua tem um papel preponderante na distinção entre classes sociais, como pontuado no início desse artigo. No grupo de haitianos adventistas em São Paulo, o francês está presente nas revistas de estudos bíblicos ministrados na escola sabatina, nos hinários, em algumas bíblias que utilizam, e em alguns discursos. Observamos, porém, que, apesar da tentativa de usar a língua francesa em diversos momentos, o crioulo predomina tanto nos cultos, quanto nos diálogos entre eles após os cultos.

No que diz respeito ao papel da mulher, na cultura haitiana, esta tem uma importância que vai além do lar ou da família, e se manifesta na vida econômica, social e religiosa, inclusive, exercendo o papel de sacerdotisa no culto vodu (GRONDIN, 1985, p.64 – 66). Por outro lado, Rosa (2007, p.83), aponta que a desigualdade de gênero é muito contundente no país. Existe uma projeção de que a mulher haitiana representa submissão e “potencialidade para o exercício das tarefas domésticas”, enquanto o homem é aquele que domina o mundo público. Na comunidade pesquisada, a atuação da mulher é enfatizada, entretanto, sempre restrita a algumas atividades específicas. As atividades mais presenciadas dizem respeito a ministração de orações e arrecadação de ofertas.

No que se refere a relação desse imigrante haitiano adventista com o vodu, esta caracteriza-se por um discurso enfático de afastamento das suas práticas. Observamos, durante a pesquisa de campo, que todo assunto relacionado a essa questão provoca uma inquietação permeada por preconceito e repúdio. O vodu é entendido entre eles como demoníaco⁹, contrário às disposições religiosas impostas pelo protestantismo no Haiti. É interessante destacar que, de acordo com Rodrigues (2008, p.161) o protestantismo no Haiti: batistas, adventistas, metodistas, pentecostais e outros, exige, para a conversão dos adeptos, uma rejeição total e explícita das práticas do vodu. Por isso, no país, basta dizer-se “protestante para provar que se vive totalmente afastado do vodu”. Entretanto, o seu crescimento como moral¹⁰ permeado por superstições, como discorre Grondin (1985), deve ser levado em consideração. As características apresentadas pela Comunidade Haitiana Adventista em São Paulo, e percorridas nesse artigo, são importantes, pois possibilita-nos compreender um pouco mais esse imigrante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem sobre a articulação do imigrante haitiano com a IASD em São Paulo, que envolve o surgimento da comunidade haitiana adventista na capital paulista, ajuda-nos a conhecer uma das relações que esse imigrante estabeleceu no Brasil, e que auxiliou no seu acolhimento e integração ao país. Na análise realizada, foi possível constatar que o haitiano adventista não hesitou em buscar a IASD paulistana para estabelecer essa relação. Nesse caso, apesar da

preferência pelo seu grupo étnico para suas celebrações religiosas, a articulação com a instituição em pauta é relevante para o seu processo de adaptação ao contexto social e cultural brasileiro.

NOTAS

¹ Informações obtidas em: <<http://noticias.gospelprime.com.br/igreja-adventista-templo-haitianos-porto-velho/>>. Acesso em: 03/03/2015. A 1ª igreja haitiana adventista no Brasil já não é mais exclusiva desse imigrante, devido ao pequeno número de membros haitianos (RIBEIRO, 2016).

² Informações obtidas em: <<http://www.hipernoticias.com.br/cidades/primeira-igreja-adventista-da-comunidade-haitiana-do-centro-oeste-e-inaugurada/51081>> . Acesso em: 17/12/2015.

³ Informações obtidas em: <<http://novotempo.com/revista/videos/igreja-no-parana-da-aulas-de-portugues-e-estudos-biblicos-para-haitianos/>>. Acesso em: 08/10/2015.

⁴ Informações obtidas em: <<http://noticias.adventistas.org/pt/noticia/cultura/133767-2/>>. Acesso em: 23/05/2016.

⁵ Entende-se como moral, preceitos que orientam as ações de indivíduos no cotidiano. Dicionário Online de Português. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/moral/>>. Acesso em 09/09/2016.

⁶ De acordo com Grondin (1985, p.43 – 44 e 47), a dinastia Duvalier imperou por muitos anos no Haiti. Duvalier era chamado de “papa doc” (papai Doutor), considerado também um “mestre manipulador da cultura”. Adotava medidas autoritárias e fascistas de dominação política: encarcerava, torturava e exilava adversários políticos.

⁷ Informações obtidas em pesquisa de campo

⁸ O departamento de Ação Solidária Adventista (ASA), é um órgão presente em cada igreja local adventista. e atua no desenvolvimento de diversas iniciativas solidárias e serviços de assistência social. Informações obtidas no site oficial da IASD, disponível em: <<http://www.adventistas.org/pt/institucional/missao-e-servico/acao-social/>> . Acesso em 01/12/2015.

⁹ Em diálogo com diversos haitianos adventistas sobre o vodu, observou-se que sua prática é entendida entre eles, como demoníaca.

¹⁰ Entende-se como moral, preceitos que orientam as ações de indivíduos no cotidiano. Dicionário Online de Português. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/moral/>>. Acesso em 09/09/2016.

REFERÊNCIAS

- ADVENTIST WORD. **Órgão Internacional dos Adventistas do Sétimo Dia**. [S.l., s.n.], v. 6, n. 11, p.7, Novembro, 2010. Disponível em <http://portuguese.adventistworld.org/images/2010-1011/2010-1007_de11.pdf> Acesso em: 07/07/15.
- ADVENTIST WORD. **Órgão Internacional dos Adventistas do Sétimo Dia**. [S.l., s.n.], v. 7, n. 4, p. 5 – 7, Abril de 2011. Disponível em <portuguese.adventistworld.org/images/2011-1004/2011-1004.pdf> Acesso em: 09/10/15.
- ALESSI, M. L. B.. A Imigração de Haitianos para o Brasil. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 82-86, abr./jun. 2013.
- ALVES, J. E. D. A População do Haiti em 2100. **Portal Ecodebate Cidadania e Meio Ambiente**. [S.l., s.n.], Out. de 2012. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2012/10/26/a-populacao-do-haiti-em-2100-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>> . Acesso em: 07/12/2015.
- AUDEBERT, C. La Diaspora Haïtienne:territoires migratoires et réseaux transnationaux, Presses Universitaires de Rennes, 2012. **Travessia - Revista do Migrante**, [S.l.], Publicação do CEM – Ano XXVIII, n. 75, p. 127 – 135, jul./dez. 2014.
- COSTA, G. A. Haitianos no Brasil. In: CUTTI, Dirceu; BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; PEREIRA, José Carlos; BÓGUS, Lucia Maria Machado. (Orgs.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo: Educ, 2015.
- COSTA, G. **Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010 – 2014: presença da Pastoral do Migrante**. Cadernos de Migração n. 8, CEM – Centro de Estudos Migratórios, São Paulo: Max Editora, 2016.
- DANTAS, S. D. Culturas em Xequê e o Desafio Psicológico de Ser entre Dois Mundos: Biculturalismo entre Brasil e Japão. In: FERREIRA, Ademir Pacelli; VAINER, Carlos Bernardo; NETO, Helion Póvoa; SANTOS, Miriam de Oliveira. (Orgs.). **A Experiência Migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- DORNELAS, S. M. Resenha La Diaspora Haïtienne: territoires migratoires et réseaux transnationaux. **Travessia- Revista do Migrante**, [S.l., s.n.], n.75, p. 127 – 135, jul./dez. 2014. Resenha de: AUDEBERT, Cédric. La Diaspora Haïtienne: territoires migratoires et réseaux transnationaux, Presses Universitaires de Rennes, 2012.
- GENTILI, P. A Educação no Haiti: do abandono ao caos. **Encarte CLASCO – Cadernos da América Latina XV**. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <<http://flasco.redelivre.org.br/files/2014/12/XVcadernopensamentocritico.pdf>> . Acesso em: 08/12/2015.
- GRONDIN, M. **Haiti: Cultura, Poder e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1985.

JOSEPH, J. A. Evangelização Hoje: Cruzamento entre a Religiosidade Popular e o Sincretismo do Vodou no Haiti. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. [S.l., s.n.], v. 8, n. 13, p. 70-90, Jan./Jun. 2014. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/reveteo/article/download/19723/14604>> . Acesso em: 02/06/2014.

MENDES, F. R. **A sensibilidade cultural do adventismo como modelo missiológico em grandes centros urbanos**: Uma Análise de Igrejas Adventistas na Cidade São Paulo. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista, São Bernardo do Campo, 2015. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/jspui/2618>>. Acesso em 01/05/2016.

RIBEIRO, A. A. S. **Religiosidade e identidade(s) na diáspora**: por uma etnografia entre migrantes em Porto Velho. Dissertação de Mestrado em Letras, Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2016.

RODRIGUES, L. C. B. **Francês, Crioulo e Vodou**: A relação entre Língua e Religião no Haiti, Tese de Doutorado em Letras Neolatinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

ROSA, R. M. Xenofobia da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração: a migração feminina haitiana em Santo Domingo. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Ano XV, n. 29, p. 71 – 85, 2007. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/viewFile/58/50>>. Acesso em 01/09/2016.

TÉLÉMAQUE, J. **Imigração haitiana na mídia brasileira**: entre fatos e representações. Monografia do curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

WOODWARD K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org.); HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Sites consultados:

<<http://noticias.gospelprime.com.br/igreja-adventista-templo-haitianos-porto-velho/>>. Acesso em: 03/03/2015.

<<http://novotempo.com/revista/videos/igreja-no-parana-da-aulas-de-portugues-e-estudos-biblicos-para-haitianos/>>. Acesso em: 08/10/2015.

<<http://www.adventistas.org/pt/institucional/missao-e-servico/acao-social/>> . Acesso em 01/12/2015.

<<http://www.hipernoticias.com.br/cidades/primeira-igreja-adventista-da-comunidade-haitiana-do-centro-oeste-e-inaugurada/51081>> .

Acesso em: 17/12/2015.

<<http://noticias.adventistas.org/pt/noticia/cultura/133767-2/>>.

Acesso em: 23/05/2016.

<<https://www.dicio.com.br/moral/>>. Acesso em 09/09/2016.

RESUMO

Este artigo visa discorrer sobre a articulação do imigrante haitiano com a Igreja Adventista do Sétimo Dia, que culminou em um espaço de celebração para a Comunidade Haitiana Adventista em São Paulo. Essa pesquisa nasceu a partir da observação de alguns acontecimentos frente o intenso fluxo migratório haitiano para o Brasil entre os anos de 2010 e 2015. Na ausência de políticas públicas migratórias brasileiras, muitos desses imigrantes foram acolhidos por instituições de cunho religioso, entre as quais a Igreja Adventista também atuou. Nesse contexto, foi possível analisar a articulação desse imigrante com a Igreja Adventista em São Paulo e acompanhar, durante um período, a Comunidade Haitiana Adventista na capital paulista.

Palavras-chave: Haitianos; Igreja Adventista; Comunidade Haitiana Adventista.

ABSTRACT

This article intends to talk about the articulation of the Haitian immigrant with the Seventh-day Adventist Church, which culminated in a celebration space for the Adventist Haitian Community in São Paulo. This research was born from the observation of some events front the intense Haitian migratory flow to Brazil between the years of 2010 and 2015. In the absence of immigration public policies in Brazil, many of these immigrants were hosted by religious institutions, among which Adventist church also acted. In this context, it was possible to analyze the articulation of this immigrant with the Adventist Church in São Paulo and accompany, over a period, The Haitian Adventist community in the state capital.

Keywords: Haitian immigrant; Adventist Church; Haitian Adventist community.

Agiotas da mobilidade e migração haitiana: um debate sobre agenciadores em processos migratórios no/ao Brasil e políticas estatais de fronteira

*Isis do Mar Marques Martins**

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu de pesquisa de doutorado e pós-doutorado acerca das implicações da entrada de novos migrantes nas fronteiras brasileiras, onde foram analisados os encontros políticos entre migrantes - sobretudo haitianos no Brasil - e os papéis do Estado e da sociedade civil (organizada ou não) na construção de políticas públicas que efetivem a trajetória desses migrantes no país. Dentre as abordagens dos novos fluxos migratórios, o papel dos atravessadores que agenciam migrantes desde a chegada é de suma importância para analisar os contextos políticos em que se desdobram as diversas ações dos agentes supracitados. Frente a essas, o Estado brasileiro, os diversos agentes e as políticas públicas precisam ter um papel decisivo.

A problemática desse processo muito se confunde, pela complexidade e pela atualidade do tema, com relação ao que e como de fato se denomina, bem como qual sua relevância na construção de políticas públicas que interferem nas estratégias de mobilidade e permanência de grupos migrantes (MARTINS, 2018). Propõe-se tratar da construção de diversas formas de atravessamento desses grupos como uma barganha, pois atribui a perspectiva do ganho e do lucro ao mesmo tempo que pela troca por um interesse em comum: a passagem e a liberação da travessia que, no Brasil, legalmente é regular, mas possui uma série de entraves que vão além das articulações legais. Nesse sentido, o termo *agiotas da mobilidade* traz o caráter global-regional-local diverso a partir desses atravessamentos.

* Pesquisadora de pós-doutorado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, modalidade PNPd CAPES. Universidade Federal do Rio de Janeiro; Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios; e-mail: isis.marinha@gmail.com

2 ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE E ATRAVESSAMENTOS

Decorre-se de uma reflexão de ordem geopolítica, quanto às influências de países assentados pela ideia de soberania moderna foram importantes para o senso do sujeito diáspora ratificados por Handerson (2015), cujas mobilidades tendem a percorrer tais influências e outras além (França, Estados Unidos, República Dominicana, Cuba, Bahamas e África dentre outros) e uma reflexão de ordem socioespacial, quanto à construção de redes e zonas políticas de apoio, espraiamento e novas estratégias *diásporas*. É nisso que consiste o que se trata por estratégia de mobilidade.

Elas – as estratégias de mobilidade – tornam-se o conjunto de fatores que promovem as espacialidades de grupos migrantes nos lugares escolhidos para ser parte de sua mobilidade. Elas possibilitam não só a permanência, a formação de novas redes migrantes e novas estratégias de mobilidade. Elas permitem a consolidação de um processo político baseado e iniciado pela escolha, pela própria opção de migrar. Da mesma maneira que elas não finalizam na formação de um grupo político intrínseco e conseqüente a essas estratégias, como elas continuam ainda que um migrante permaneça em um determinado lugar, no *lugar chegado*.

As estratégias de mobilidade são indissociadas do processo próprio de mobilidade de cada migrante. Destarte, Sayad (1998), que compreende emigração e imigração como parte do paradoxo do migrante – no sentido de que ele é um emigrante e torna-se estranho no lugar que nasceu ou no lugar deixado, bem como não é considerado nas políticas e na sociedade local no lugar chegado – elas não se sobrepõem na constituição ou na possível consolidação como cidadão em outro lugar. O migrante tem no seu processo de mobilidade, por base de sua própria opção de mover, deslocar, o senso político de suas estratégias.

Da mesma maneira em que o sujeito migrante constrói estratégias de mobilidade, o Estado – capitalista e instituição normativa – constrói também suas estratégias de mobilidade, ainda que para arrefecer as estratégias de grupos migrantes.

No caso dos haitianos, a capilaridade e a peculiar espacialidade modeladas pelo ser diáspora, a diáspora como próprio sujeito haitiano, são parte de suas estratégias de mobilidade. Não à toa, as relações entre o interesse dos haitianos em migrar para o Brasil se cruzam com o interesse do Brasil em se alargar diplomaticamente.

Acordos de ordem multilateral, que se define como diplomacia solidária a partir do início do século XXI, impulsionam a visibilidade do Brasil por países em fragilidade política e social. No Haiti há um fator a mais, que essa visibilidade coincide com a participação direta do Brasil em acordos internacionais na América Latina e Caribe, no que Sassen (1996) depreende sobre as influências da ordem

da soberania e suas táticas na escala global em promover e mobilizar agentes, inclusive dos Direitos Humanos (ONU e ACNUR são alguns dos exemplos), às influências das estratégias de mobilidade (MARTINS, 2018) de grupos migrantes, sobretudo oriundos de países considerados pobres.

3 A PROBLEMÁTICA DOS AGENCIADORES: DOS COIOTES AOS AGIOTAS DA MOBILIDADE

É importante ressaltar a diferenciação dessas terminologias, principalmente no que se refere aos diferentes processos migratórios das diversas nacionalidades que entram pelas fronteiras brasileiras. Também, toda a discussão da criminalização e irregularidade é intensificada a partir da entrada de haitianos em meados de 2010. No Haiti, vale apontar, a modalidade de agenciamento para a travessia em *países diáspora*, se dá por *raketés*, atravessadores que auxiliam nas viagens. Podem ser parentes, amigos, mal-intencionados ou não. Para Handerson:

Há *ajans* ou *raketè* no Haiti atuantes em mais de um circuito da mobilidade. Enviam, ao mesmo tempo, pessoas para os Estados Unidos, França e Canadá. Outros encaminham somente para Guiana Francesa ou Bahamas. Poder enviar e saber enviar pessoas para mais de um circuito é fazer parte de mais redes e ter mais conhecimentos dos circuitos da mobilidade haitiana. Também é mobilizar recursos como papéis e documentos dessas localidades, visto haver *ajans* e *raketè* que organizam os documentos, para os candidatos poderem solicitar seus vistos legalmente nas embaixadas. Enquanto *ajans* está associado aos documentos verdadeiros, *raketè* é reconhecido pelos documentos falsos (HANDERSON, 2015, p. 174).

Os *raketés* no Haiti podem servir a uma série de agenciamentos que não somente para o atravessamento de migrantes. A intensificação de sua atuação ocorre quando o perfil da diáspora haitiana se diversifica, não somente por imigrantes comerciantes ou refugiados políticos, mas principalmente pelos imigrantes em busca de trabalho e/ou melhores oportunidades. Considera-se também que parte desses atravessadores são diásporas que aportam nesse tipo de atividade parte do sustento, complexificando uma possível tipologia da migração, que acaba tornando-se dependente de um agente, de um agenciador.

Vale destacar que, conforme buscas acerca do termo “coiote” em fontes de pesquisa¹ no Brasil, o “coiote” começa a ser utilizado no início da década de 2000 em referência a imigrantes brasileiros que buscaram a fronteira do México para

chegar aos Estados Unidos². A presença do termo coioote é, inicialmente, aludida a uma rede de agenciamento em troca de recursos para atravessar a fronteira entre a América Central e América do Norte.

No decorrer da década de 2000, as notícias e pesquisas dividem o termo coioote em duas situações distintas: uma, o atravessamento via terceirização de um agenciador entre México e EUA; e outra, a exploração de bolivianos e paraguaios no setor têxtil e da cidade de São Paulo, frequentemente associada ao trabalho escravo e ao tráfico de seres humanos. Repercutiu nesse período uma série de denúncias contra grandes empresas – C&A e Zara como exemplos – de incitar o tráfico de pessoas para o trabalho escravo³.

Histórias de ilegalidade e violações de direitos humanos se repetem na fila do posto de serviço para imigrantes bolivianos, que funciona no Memorial da América Latina. Muitos dos que estão no Brasil tiveram os documentos confiscados por coiootes, que os trouxeram para trabalhar ilegalmente em fabriquetas do setor têxtil, em condições de semiescravidão. Outros têm os documentos vencidos - a validade, na Bolívia, é de cinco anos⁴.

Uma notícia do dia 30 de outubro de 2008 revela algumas indicações relevantes para o contexto do trânsito de imigrantes haitianos pela fronteira amazônica, embora não haja relação com o Caribe: a prisão de um atravessador de chineses pelo Acre e por Rondônia, sendo que nesse caso a viagem era de avião da China até o Equador, e por terra até Assis Brasil, no Acre, ou Guajará Mirim, em Rondônia, ambas vizinhas a países sul-americanos (Peru e Bolívia). Essa notícia indica que, de fato, havia uma rota de atravessamento no qual a barganha ilegal ocorria e que, no caso dos chineses, referia à migração para superexploração em outras regiões do país. Contudo, essa forma de atravessamento não indica apenas o tráfico de chineses, mas sim uma forma de agenciamento via barganha ilegal de chegar ao Brasil.

Segundo informações colhidas pelas polícias Federal e Rodoviária Federal (PRF), os chineses saem de avião de seu país de origem com destino ao Equador. Um acordo bilateral entre vários países muito à política atual de Rafael Correa, tal qual existe entre o Brasil e o Peru, facilita a entrada e saída de estrangeiros em seus territórios, o que também acaba auxiliando os que decidem partir para destinos mais distantes. Do Equador para o Peru os grupos viajam como clandestinos em ônibus, de onde partem para o Brasil com a ajuda dos “coiootes”. Da Região Norte os chineses partem para São Paulo, onde passam a trabalhar em pequenas malharias e outros tipos de serviços, muitas vezes considerados degradantes⁵.

Ao que parece, há duas categorias distintas de atravessadores de fronteiras na América do Sul para os quais, no Brasil, se utiliza da mesma palavra, coioote: em primeiro, os traficantes de pessoas que direcionam os imigrantes para trabalhos análogos à escravidão, sem o pagamento de salário e sem a perspectiva de obtenção a legalidade desses imigrantes no Brasil – o que acontece, sobretudo, com bolivianos e paraguaios na produção têxtil em São Paulo; e em segundo, os

agiotas da mobilidade, que se articulam com outros agenciadores em troca de serviços para rota e para “facilitar” a entrada de imigrantes no país, o que implica em fixar-se em lugares específicos e fomentar uma rota que, por si só, encadeia uma série de serviços de exploração econômica de imigrantes, como no caso dos atravessadores no México, dos *raketés* no Haiti, e dos chineses entre Equador e Peru. É o que possivelmente ocorre com os migrantes no Brasil a partir de 2011.

Há de se analisar a questão do tráfico de pessoas e da migração irregular de forma mais profunda, que aqui se mostra em dois elementos importantes, de caráter terminológico e de caráter conceitual. Quanto ao caráter terminológico, há uma confusão na aplicação da palavra *tráfico* no que se refere ao trato linguístico, isto é, ao que a palavra significa em diferentes traduções. No inglês, por exemplo, tráfico pode ser traduzido como *smuggling*, que na realidade é contrabando, e não tráfico de pessoas, que no literal significa *trafficking in persons*. Tampouco a palavra *trafic* é aplicável, já que significa tráfego.

Da mesma maneira, em espanhol a palavra *tráfico* pode ser empregada tanto para tráfego – trânsito – quanto para tráfico de coisas e pessoas. Em francês, *trafic* é tráfego e *traite de personnes* seria o correto para o tráfico de pessoas. Embora banal, essa diferença entre pronúncia e termo aponta muitas das confusões, principalmente na tradução livre entre instâncias governamentais e organizações que dialogam com imigrantes e permite diversas dimensões do problema.

Quanto ao caráter conceitual, o Brasil acompanha o Protocolo de Palermo de 2000, a Organização Internacional da Migração (OIM) e a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a partir do Decreto n. 5.948, de outubro de 2006 (DE CASTILHO, 2014). Para De Castilho, a partir de tais documentos jurídicos, é possível diferenciar tráfico de pessoas e migração irregular da seguinte forma:

A norma internacional define como tráfico de pessoas o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, realizados mediante ameaça, uso da força ou de outras formas de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou ainda corrupção de pessoas com autoridade sobre outra, com a finalidade de exploração no plano sexual, no plano do trabalho ou de órgãos do corpo humano. [...] Ressalta-se aqui a classificação jurídica entre migração regular e irregular, que se origina nas políticas restritivas de migração adotadas pelos países, em nome da proteção de suas economias e culturas. [...] Uma das chaves importantes na diferenciação entre tráfico de pessoas e o contrabando de imigrantes é o consentimento. Se a pessoa consentiu em ser recrutada, transportada, transferida, alojada ou acolhida, não se caracteriza tráfico de pessoas, mas a migração irregular (DE CASTILHO, 2014, p. 19-20).

Assim, há também uma confusão de ordem conceitual quando se fala de tráfico de pessoas que envolvem a distinção da migração irregular e o consentimento presente no ato da irregularidade. Nessa perspectiva, Vieira (2014) aponta alguns caminhos quanto aos interesses em destacar a atuação dos coites no caso dos haitianos:

O combate aos “coites” que cobravam uma quantia entre 700,00 e 2.500,00 dólares por pessoa [1.540 e 5.500 reais respectivamente, considerando o valor do dólar à época] e a possível rede de tráfico de pessoas eram argumentos utilizados por autoridades brasileiras para justificar a busca de construção de uma rede de gestão policial e de fiscalização com agências equatorianas e peruanas. [...] A atuação de “coites” remete a ideia de transporte, a atividade é feita para levar a pessoa aonde ela deseja através de caminhos alternativos com vista a fugir do controle policial (VIEIRA, 2014, p. 79).

Na chegada dos primeiros haitianos pela fronteira entre a Colômbia e o Brasil, a partir do estado do Amazonas, ocorreu uma audiência para discutir com entidades governamentais e não governamentais o fluxo para tal, a autora aponta ainda:

Durante tal audiência em Manaus, algumas autoridades enfatizaram o não enquadramento dos trânsitos de pessoas vindas do Haiti como tráfico de pessoas. A CPI constatou que eles não foram traficados para fins de exploração e deu o caso como encerrado. Alegou-se na reunião as promessas feitas pelos profissionais aos estrangeiros sobre oportunidades e boas ofertas de emprego que eles encontrariam quando chegassem ao Brasil, o que não deixa de ser uma propaganda falaciosa. [...] Afirmar o “tráfico de migrantes”, a atuação de “coites” e os danos trazidos aos estrangeiros, pode ser sugerido, era também uma maneira de justificar as tentativas de fortalecer o controle dos ingressos pela região norte do Brasil. Convém pensar nessa perspectiva quando olhamos para o uso de *tráfico de pessoas* na agenda da missão, posteriormente revisado como *tráfico de migrantes*. Se a preocupação, naquele momento, incidia nas possibilidades de estar em jogo um desses dois tipos de atividade, as ações para erifica-las repousaram menos em atendimentos, escutas e apoios às supostas vítimas que na busca de acordos na área de inteligência e policial para capturar os “coites” e combater as redes de tráfico (VIEIRA, 2014, p. 80-81).

Este sutil desdobramento na confusão da categoria coioite traz vários equívocos, o que indica Vieira, muitas vezes, no aspecto tendencioso de transformar a chegada do imigrante, e no caso do imigrante negro e pobre, em um problema, apontando o *problema migrante-problema* (MARTINS, 2013; 2018).

Ao mesmo tempo, a presença do *raketé* ou coioite no trânsito dos imigrantes haitianos é crucial para entendermos a lógica da capilaridade da diáspora haitiana. Da mesma maneira que as estratégias de mobilidade acontecem na forte presença da escolha do imigrante e, conforme Handerson (2015), uma escolha por muitas vezes coletiva no caso do diáspora haitiano, essas estratégias são também embebidas da demanda e da escolha de outros agenciamentos.

4 ESTADO, MERCADO E MIGRAÇÃO: UM DEBATE NECESSÁRIO SOB A ÓTICA DAS RELAÇÕES DE PODER

Não é possível, daquela forma, dissociar as políticas estatais e as ações de agenciadores na fronteira brasileira a partir das relações de poder e das diversas formas de acionar o controle da vida, o controle das sociedades e da biopolítica, muito presente nas arqueologias de Foucault (2008).

Um enunciado não tem diante de si (e numa espécie de conversa) um correlato - ou uma ausência de correlato, assim como uma proposição tem um referente (ou não), ou como um nome próprio designa um indivíduo (ou ninguém). Está antes ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico: através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade (FOUCAULT, 2008, p. 103).

O discurso engendra espacialidades, cria espaços calçados em normas, em fazeres muito distintos que são consolidados a partir de estratégias. A questão, então, é, por que as estratégias são priorizadas, são verticalizadas a partir de determinados discursos? Qual constructo socioespacial é priorizado quando se diz que o migrante possui uma identidade, na qual é necessário fincar e retornar constantemente a ela, quando suas próprias estratégias indicam a vontade de permanência e de mobilizar-se no lugar em que está?

Em primeiro lugar, existem as utopias. As utopias são sítios sem lugar real. São sítios que têm uma relação analógica direta ou invertida com o espaço real da Sociedade. Apresentam a sociedade de uma forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário. Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irrealis. Há também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, espaços reais – espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade - que são algo como contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade. Devido a estes lugares serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles refletem e discutem, chamá-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias (FOUCAULT, 2003, p. 415-416).

As heterotopias incorporam sentidos de espaço e geram relações de poder peculiares que apreendem um sentido mais amplo, múltiplo e relacional. Porque eles estabelecem vínculos de poder, tanto como homogeniza o espaço a partir de uma discursividade e de enunciados que engendram perspectivas de espaço.

A opção de migrar envolve múltiplos fatores, construídos de trajetórias próximas – as condições de sobrevivência de um lugar para o outro, a ilusão de melhoria da qualidade de vida, a inserção e produção de uma nova existência suprida pelas novas possibilidades. Como vimos, a opção do migrar é também uma condição paradoxal, possibilitada pelos arranjos e rearranjos das relações de poder, muitas vezes, alheias às estratégias de vida e de trajetória dos sujeitos.

As relações de trabalho e de força de trabalho também são fatores que impulsionam a migração, até pela melhoria dessa qualidade de vida inserida em uma lógica do sistema capitalista. Mas é também pela busca e pela possibilidade de novas condições e novas experiências que atentamos quando nos referimos ao migrante na cidade.

É na possibilidade de pensar num espaço de todos e para todos, que o migrante se insere, não necessariamente, como propriamente um migrante. Para haver, subjetiva ou objetivamente, o reconhecimento das trajetórias do migrante, devemos analisá-lo não pura e simplesmente à percepção de sua realidade individual, mas à compreensão de suas transformações; na possibilidade de entendermos, de fato, o que é política pública e o papel do planejamento regional para as fronteiras, fronteiras essas que são simbólicas e se cruzam com as político-estatais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas dinâmicas e a pretensa ideia de crise migratória apontam as novas/velhas articulações e desigualdades do mundo hoje. Saskia Sassen (1991, 1994), Harvey (2003), Haesbaert (2010) dentre outros apontam as novas potencialidades do capitalismo global em reconfigurar-se, paulatinamente, via transformação da economia e dos interesses financeiros. Novos constructos de soberania e território são postos em prática, e novas redes se sobrepõem aos processos globais e locais. Nesse sentido, se debruçar sobre os novos fluxos e fenômenos da realidade atual contextualizando-os nas suas diversas escalas é fundante para, ora no papel da universidade ora na prática profissional, termos em consideração.

Faz-se fundamental, também, abrir portas para o vínculo institucional, tanto de ensino superior quanto as que se preocupam de maneira técnica com a base de estudo (tais como instituições de planejamento, autarquias de pesquisa e demais organizações do Estado e da sociedade civil), pensar e propor projetos de interesse social.

Essa reflexão, portanto, assume importância na análise e na pesquisa de tais questões que, em outros trabalhos por vir, poderão abordadas em três escalas espaciais:

- **Global:** a travessia de migrantes internacionais pelas fronteiras brasileiras não se deu /dá por acaso. HARVEY (2003), BRANDÃO (2010), FIORI (2010), MONTEIRO (2011) dentre outros destacam que no Brasil se intensificam no final da década de 1990 as políticas para regiões de fronteira, muito impulsionadas pelas trocas com o mercado voltado ao Oceano Pacífico, sobretudo o mercado chinês. Essa rota com o Pacífico estimulou a construção material e simbólica de relações com países do continente americano e asiático e, em grande medida, possibilitou ao país uma ascensão econômica, política e social na entrada do século XXI;

- **Regional:** apesar do cenário global favorável, as regiões e cidades de fronteira brasileiras receberam pouca ou nenhuma política de planejamento vindo das esferas públicas. Isso refletiu diretamente na abordagem e recepção

de imigrantes que chegaram por essas localidades. Facilitou também as relações de barganha e exploração irregular visando o lucro e o aproveitamento de grupos tanto do Haiti quanto de países como Equador, Peru, Bolívia e Brasil;

- **Local:** a relação entre sociedade local, Estado e migrantes foi de muita tensão e, em muitos casos, cheia de controvérsias geradas por diferentes níveis de interação de quem participou, direta ou indiretamente, da entrada de migrantes no país (MARTINS, 2018). Acarretou visões e impressões por parte desses agentes de forma parcial, isto é, não alcançou a completude e complexidade dos recentes fluxos migratórios no Brasil. O local permeia o regional e o global (SANTOS, 2008).

Contempla, assim, a dimensão regional quando se trata das políticas de fronteira - seus equívocos e seus acertos – mas sobretudo da dimensão inter/multiescalar e dos conflitos que surgem em torno da apropriação do território. Acrescentado às diversas territorialidades envolvidas em processos migratórios *desde abajo*.

NOTAS

¹ Reportagens nacionais, trabalhos acadêmicos e, principalmente, acervo digital do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios.

² “A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal (CDHCF) recebeu denúncias de arbitrariedades e maus-tratos contra brasileiros que tentaram atravessar a fronteira do México com os Estados Unidos. Orientados por coiotes (homens contratados para fazer a travessia do rio Grande, marco divisório das duas nações), brasileiros, a maioria formada de mineiros, foram descobertos e trancafiados em presídios mexicanos. Detidos em Tijuana, todos foram transferidos para a cidade do México. Mantidos em condições desumanas, eles só passaram a receber assistência consular semanas depois da detenção, pois suas prisões não foram imediatamente comunicadas ao consulado ou à embaixada. Segundo relatórios da Anistia Internacional, o México, apesar de algumas melhorias, fere princípios na guarda de presos, dispensando-lhes um tratamento degradante”. Disponível em: <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/niem_rj/conversations/messages/325> .

³ Conforme mensagem enviada pelo Observatório Social em maio de 2006: “Que moda é essa? C&A vende roupas produzidas em malharias clandestinas, mediante exploração de mão de obra de imigrantes irregulares. Reportagem do Observatório Social revela que a multinacional de origem holandesa C&A, com 113 unidades instaladas no Brasil, se beneficia do trabalho degradante de imigrantes na cidade de São Paulo. Os trabalhadores são trazidos ao Brasil por intermediários conhecidos como “coiotes”, que ganham dinheiro contrabandeando gente de um país para outro. Pelo menos 100 mil bolivianos estão nesta situação na capital paulista.” Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/>> .

⁴ Notícia de Julho de 2008. In.: Acervo Digital do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios. Disponível em: <<http://www.elperuanolatino.com/noticia0.html>> .

⁵ In.: Acervo Digital do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios. Disponível em: <http://www.pagina20.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1891> .

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ACSERALD, H. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais** - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010.
- DE CASTILHO, E. W. Mudando o foco: do crime do tráfico de pessoas para o direito à migração. In.: NOGUEIRA, C.; NOVAES, M. e BGNAMI, R. (Orgs.). **Tráfico de pessoas: reflexões para a compreensão do trabalho escravo contemporâneo**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- FIORI, J. L. C. Prefácio ao poder global. **Revista Tempo do Mundo**. Vol. 2, no 01. 2010.
- _____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HANDERSON, J. **Diaspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. – Tese de doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo. Edições Loyola, 2003.
- MARTINS, I. M. M. **A cidade, o migrante, o espaço – o migrante nordestino na cidade do Rio de Janeiro**: suas estratégias e seus agenciamentos. Dissertação de mestrado em Geografia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.
- _____. **Do Haiti ao Brasil**: estratégias de mobilidade e permanência em grupos migrantes. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- _____. **Losing control? Sovereignty in an age of globalization**. New York: Columbia University Press, 1996.
- _____. **The Global City**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- _____. **Natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os movimentos políticos oriundos de um tema bastante controverso entre os estudos migratórios, que aqui tratamos como agiotas da mobilidade. Conforme expor-se-á, a diversidade de relações de barganha e troca no mundo das migrações promove uma rede de poder na qual diversos agenciamentos são colocados, e que, na maioria dos casos, o migrante é sempre o mais escamoteado em detrimento no âmbito de políticas adversas e reações conflituosas na travessia até o país de destino. Esses atravessadores foram classificados, tanto no senso comum quanto na política brasileira, como “coiotes”, em alusão aos processos migratórios em grande medida indocumentados na fronteira do México com os Estados Unidos. A entrada de imigrantes, muitas vezes, se dá em regiões de fronteira terrestre, que em várias situações exige atitudes de controle e segurança que atingem, por várias razões, tais migrantes.

Palavras-chave: Políticas de Imigração; Agiotas da Mobilidade; Fronteiras Estatais; Direitos de Minorias.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the political movements of a very controversial subject in migratory studies, that here I denominate mobility users. As will be explained, the diversity of bargain and trade relationships on the world of migrations promotes a power network that multiple agencies are raised, and in the great majority of cases the migrant is the most reticent to the detriment of adverse policies and conflicting reactions in the crossing to the country of destiny. Those middleman were classified in both common sense and Brazilian politics as “coitus”, in reference to largely undocumented migratory processes on the Mexico-USA border. The entry of immigrants often occurs in border regions which in various situations requires control and security attitudes that affect, for many reasons, such migrants.

Keywords: Immigration Policies; Mobility users; State Borders; Minority Rights.

Um lar para quem não tem casa: considerações sobre a primeira carta de Pedro no contexto da mobilidade humana

*Alfredo José Gonçalves, Cs**

1 INTRODUÇÃO

Um lar para quem não tem casa é o título conferido pelo comentário da Edição Pastoral da Bíblia, Paulus, à primeira carta de Pedro (1Pd). Segundo ele, a carta foi escrita “aos que vivem dispersos como estrangeiros no Ponto, Galácia, Capadócia, Ásia e Bitínia” (BÍBLIA, 1Pd, 1,1). É também o título do estudo clássico de John. H. Elliott (1985). Perguntemos, de início, quem é o autor da carta, quando foi escrita e quem são seus destinatários?

Conforme os estudiosos e biblistas, não se trata de uma carta do apóstolo Pedro, mas de uma homenagem que o autor faz à sua figura. Diz Paulo Nogueira (2002) que no mundo antigo era bastante comum um autor se apoiar no nome de uma grande personalidade do passado. O autor desconhecido fazia isso para buscar aceitação para o seu escrito e para mostrar sua ligação com esse mestre. Esse tipo de autoria se chama *autoria pseudônima*.

A carta foi escrita por volta do ano 100 de nossa era, e dirigida aos “estrangeiros” que viviam nas comunidades da Ásia Menor, com a finalidade de prepará-los para um período de grandes provações e de perseguição. Sua mensagem procura reforçar uma espiritualidade de resistência entre os cristãos.

Voltando ao comentário da Edição Pastoral da Bíblia, vejamos como são definidos os destinatários da carta:

são migrantes que vivem fora da pátria, seja porque partiram em busca de trabalho para sobreviverem seja porque eram escravos comprados que permaneciam na casa de seus senhores, longe do local de origem. Esses cristãos tinham deixado suas raízes, os parentes e amigos e se encontravam em situação de isolamento em regiões que não lhes davam o aconchego e acolhida que tinham na

* Missionário Scalabrinianos, Vice-presidente do SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes

própria terra. Sofriam humilhações, injúrias, perseguições por serem escravos e cristãos (BÍBLIA, 1º Pedro, Introdução do comentarista).

Como é fácil perceber, as características descritas nos parágrafos anteriores coincidem, em grande parte, com a situação concreta dos migrantes nos dias de hoje: a perda das raízes e das referências, a luta pela sobrevivência e por melhores condições de vida, a insegurança longe da própria terra e da pátria, os problemas enfrentados no dia a dia, o preconceito e discriminação de que são alvos fáceis.

Em razão disso, escolhemos a primeira carta de Pedro para estudo. Esta carta nos fornece uma chave de leitura para entender a realidade atual das migrações e também nos aponta algumas pistas para a atuação pastoral.

2 SEM RAÍZES, SEM PÁTRIA E SEM TETO

Duas observações da primeira carta de Pedro ajudam a identificar, com maior precisão, a realidade concreta de seus destinatários. Antes de mais nada, logo na abertura, a carta vai dirigida aos “estrangeiros dispersos” nas comunidades da Ásia Menor (BÍBLIA, 1º Pedro, Introdução do comentarista). A condição de *estrangeiros* tem implicações diretas para o *status* de cidadania. Hoje, mais do que nunca, sabemos o que isso significa. A falta de documentos, a situação irregular e a clandestinidade acarretam as piores consequências aos migrantes que enfrentam a luta pela sobrevivência. O fato de não serem considerados cidadãos fecha muitas portas.

Longe da própria terra, sem raízes, os migrantes acabam por cair na pobreza. O círculo vicioso é implacável: o fato de viverem sem documentos impossibilita a inserção na sociedade. Ficando do lado de fora, não há como arrumar trabalho. O resultado é o agravamento da pobreza que, por sua vez, os afasta cada vez mais de uma situação regular, reforçando a condição de estranhos. Em poucas palavras, ilegalidade, falta de cidadania digna e miséria constituem realidades convergentes. Em razão disso, sobram para os migrantes os serviços mais degradantes e mal remunerados.

Daí a sugestão do apóstolo: “Vocês chamam de Pai àquele que não faz distinção entre pessoas, mas que julga cada um segundo as próprias obras. Portanto, comportem-se com temor durante esse tempo em que se acham fora da pátria” (BÍBLIA, 1º Pedro, 1, 17). O temor de Deus, entendido como confiança em Sua justiça e igualdade, deverá servir de consolo para os que perderam as raízes e referências. Consolo que, como veremos adiante, não se limita a cruzar os braços, mas que representa uma espécie de trampolim para a resistência e para o enfrentamento dos problemas vividos.

A segunda observação sobre a realidade dos destinatários da Carta refere-se ao binômio “peregrinos e forasteiros” (BÍBLIA, 1º Pedro, 2, 11). Seguindo a interpretação de Paulo Nogueira (2002), a palavra “peregrinos” – em grego:

paroikoi – pode ser literalmente traduzida como estrangeiros residentes, e a palavra “forasteiros” – em grego: *parepidemoi* – identifica os estrangeiros que nem sequer tinham o direito de permanência no país. Eram, portanto, estranhos – em grego: *xenoi* – e por isso sem qualquer direito.

A eles o apóstolo dirige as seguintes palavras:

Amados, vocês são peregrinos e forasteiros. Por isso, recomendo que fiquem longe dos desejos baixos que provocam guerra contra vocês. Comportem-se de modo exemplar entre os pagãos, a fim de que eles, mesmo falando mal de vocês como se fossem malfeitores, ao verem as boas obras que vocês fazem, glorifiquem a Deus no dia do julgamento (BIBLIA, 1º Pedro, 1990, 2,11-12).

A impressão é que os estrangeiros eram vistos como espécies de *bodes expiatórios*, “malfeitores” acusados de qualquer desordem social ou política que pudesse ocorrer. Era fácil jogar a culpa dos distúrbios sobre um grupo já de si hostilizado por todos. Mas a situação tornava-se pior ainda se este grupo usasse os “desejos baixos” contra seus próprios membros. Por isso a recomendação ao bom comportamento como forma de proteção ou, pelo menos, como estratégia de não agravar a perseguição que pesava sobre eles.

Convém não esquecer, ainda, que o conceito de estrangeiros sobre a terra nos remete à teologia do êxodo que transparece nos escritos do Antigo e do Novo Testamentos. O Povo de Israel como povo peregrino a caminho da Terra Prometida ou do Reino de Deus. Cabe aqui uma lembrança à sabedoria da transitoriedade, como mística de um povo que faz de cada chegada uma nova partida. Os pés dos caminhantes aprendem uma lição de profunda espiritualidade: o caminho depura a bagagem e depura a alma. Leva a ater-se apenas ao essencial, a livrar-se de pesos inúteis, para que a caminhada se torne mais leve.

3 ESTRANGEIROS, DIFERENTES E PERSEGUIDOS

Paulo Nogueira (2002) identifica três tipos de perseguição no Novo Testamento: a) as forças do Império Romano, como agentes diretos da perseguição; b) os judeus, especialmente suas lideranças e grupos, provocadores de perseguição desde as origens do cristianismo; c) os vizinhos e a população local, como ameaça e discriminação constantes às minorias do Império Romano. Claro que os estrangeiros figuravam entre os mais visados de tais minorias indesejadas.

São várias as referências da Carta às perseguições sofridas, “enquanto estrangeiros e cristãos”. O apóstolo refere-se também à extensão das perseguições sobre os cristãos de outras localidades. Vale a pena tomar nas mãos o texto e

conferir alguns exemplos. “E quem lhes fará mal, se vocês se empenham em fazer o bem? Se sofrem por causa da justiça, felizes de vocês! Não tenham medo deles, nem fiquem assustados. Ao contrário, reconheçam de coração o Cristo como Senhor” (BÍBLIA, 1º Pedro, 3, 13-15).

“Assim, quando vocês forem difamados em alguma coisa, aqueles que criticam o bom comportamento que vocês têm em Cristo ficarão confundidos. Pois, se é da vontade de Deus que vocês sofram, é melhor que seja por praticarem o bem, e não o mal” (BÍBLIA, 1º Pedro, 3, 16-17).

“Amados, não fiquem alarmados com o incêndio que se espalha entre vocês para prová-los, como se estivesse acontecendo algo estranho no meio de vocês” (BÍBLIA, 1º Pedro, 4, 12).

“Que ninguém de vocês sofra por ser assassino ou ladrão, malfeitor ou delator. Todavia, se alguém sofre como cristão, não se sinta envergonhado; ao contrário, glorifique a Deus por levar o nome de cristão” (BÍBLIA, 1º Pedro, 4, 15-16).

Por trás dessas palavras, transparecem calúnias, difamações, insultos, ameaças, críticas... enfim, um clima de tensão, discriminação e perseguição. Os romanos, os judeus e os vizinhos mantinham os cristãos estrangeiros sob suspeita constante. As hostilidades e os conflitos multiplicavam-se no cristianismo primitivo, como atestam estudos de Elliott (1985); Nogueira, (2002), referentes ao contexto sociológico das cartas de Paulo e dos Atos dos Apóstolos. Sobre os cristãos e sobre os estrangeiros recaía a culpa de numerosos males e discórdias sociais. São conhecidas de todos as históricas perseguições dos soldados romanos, notadamente sob as ordens do imperador Nero.

À primeira vista, as recomendações do apóstolo parecem ambíguas, no sentido de levar ao conformismo e à passividade. Mas, no ambiente de perseguição em que as comunidades viviam, a Carta se propõe, antes de mais nada, evitar maiores tempestades sobre os estrangeiros. Sendo estes as vítimas prediletas das hostilidades, o apóstolo preocupa-se com uma estratégia de sobrevivência que os faça suportar o “mau tempo”. Em circunstâncias mais favoráveis, quem sabe, a estratégia poderia ser diferente. No momento, como logo veremos, resta pouco mais a fazer do que manter a fé e a esperança como fermento de resistência e de união.

A mesma condição de *bodes expiatórios* sofrem, atualmente, muitos migrantes, não apenas nos países centrais, mas também nos países periféricos e em todo o mundo. Se em tempos passados a sociedade estigmatizou e perseguiu as feiticeiras, as bruxas e os loucos, atualmente os migrantes se veem discriminados em várias partes do planeta. Num contexto internacional de globalização e de crise, *o outro, estrangeiro e diferente* converte-se em inimigo. A lógica neoliberal, por sua vez, favorece essa luta de todos contra todos, ao levar ao extremo a concorrência e a competição. O mercado global derruba todas as fronteiras para o capital, mas levanta novos muros, visíveis e invisíveis, para a circulação de pessoas.

Um dos resultados mais perversos dessa *seleção natural* na economia globalizada é a crescente criminalização dos imigrantes, seja como trabalhadores em disputa pelas poucas migalhas laborais seja como cidadãos de direitos. Como residentes ilegais, tornam-se os alvos mais visados pela recente onda de combate ao terrorismo e ao narcotráfico, para citar apenas esses dois exemplos. Daí ao preconceito, à discriminação e à perseguição aberta, basta um passo. Isso explica os recentes movimentos xenófobos em alguns países da Europa, mas também em cidades como São Paulo.

4 A FORÇA DA UNIÃO E DA HOSPITALIDADE

Neste item transcrevemos citações de Paulo Augusto de Souza Nogueira (2002), retiradas do livro *As Cartas de Pedro, o evangelho dos sem-teto*, da série “Como ler a Bíblia”.

Mas, como fica a situação *durante a luta*, enquanto a libertação não vem? Como eles poderiam suportar sua situação de estrangeiros sem direitos, de cristãos caluniados e de pessoas que sofriam injustamente? Qual será a articulação que a primeira carta de Pedro oferece a seus leitores para que possam celebrar no dia a dia? (NOGUEIRA, 2002, s/p.).

Estrangeiros e peregrinos têm em comum o fato de serem pessoas sem-teto, sem-terra. Trabalham em terra que não lhes pertence, vivem em barracas de outros. Pagam tributos num país que não lhes dá direitos. Podemos definir as comunidades de 1Pd como comunidade de gente sem casa (NOGUEIRA, 2002, s/p.).

Não só o espaço físico da casa, como também o *espaço afetivo da família* era muito importante para esses estrangeiros. No mundo antigo, e de certa forma hoje também, pertencer a uma casa era fundamental para uma pessoa. Era na casa que se dava a identificação da pessoa na sociedade. Ali ela se sentia segura e abrigada. A casa era também o lugar de *sobrevivência econômica*. Provavelmente a situação de imigração, migração e peregrinação tivesse desunido, separado e distanciado pessoas queridas, o que tornaria ainda maior a necessidade de uma casa/família (NOGUEIRA, 2002, s/p.).

“A primeira carta de Pedro oferece a esses desabrigados, de fato e de direito, uma casa, um abrigo, um referencial, um lugar onde se sentir em família, entre irmãos. Essa casa é a comunidade” (NOGUEIRA, 2002, s/p.).

Em primeiro lugar, a carta descrê Deus como o Pai desses estrangeiros. Eles são ‘filhos obedientes’ e ‘*chamam de Pai àquele que não faz distinção entre as pessoas*’ (BÍBLIA, 1º Pedro, 1, 14-17). O nascimento natural (livre ou escravo, cidadão ou não-cidadão) não vale mais, pois eles ‘*nasceram de novo, não de uma semente mortal, mas imortal, por meio da Palavra de Deus...*’ (BÍBLIA, 1º Pedro, 1, 23). Nascer de ‘semente mortal’, de origem nobre ou elevação de *status* social, através da compra de direitos, não lhes interessava. Eles questionavam o poder que o dinheiro tem de coisificar as pessoas e de comprá-las. Eles se tornaram agora filhos de Deus e irmãos uns dos outros. Na primeira carta de Pedro, as coisas ‘corruptíveis’ são ‘prata e ouro’ (BÍBLIA, 1º Pedro, 1, 7). Não é dessas coisas que provém sua nova identidade, mas de Deus (NOGUEIRA, 2002, s/p.).

Todos esses cristãos são “pedras vivas” com as quais é edificada a “casa espiritual” (BÍBLIA, 1º Pedro, 2, 5). Como havíamos visto antes, o julgamento inicia-se primeiro com a “casa de Deus” (BÍBLIA, 1º Pedro, 4, 17), ou seja, com a comunidade.

“Eis o milagre que o Evangelho realizou na vida deles. Pessoas que não têm casa e abrigo são abrigadas na ‘casa de Deus’” (NOGUEIRA, 2002, s/p.). Os que não têm nascimento que lhes dê direitos de cidadão, chamam a Deus de Pai. Os que, por serem ‘desprezáveis’, estrangeiros e peregrinos, não podem ser chamados de povo, tornan-se, através do Evangelho, ‘povo de Deus’ (BÍBLIA, 1º Pedro, 2, 20).

A comunidade era a ‘casa de Deus’, lugar de refúgio e de resistência. De *refúgio*, porque se sentiam seguros e ‘aquecidos’ ali, porque na ‘casa de Deus’ compartilhavam do amor e amizade de seus ‘irmãos e irmãs’. De *resistência*, porque os valores ‘corruptíveis’ não regiam mais as relações entre eles. Os critérios de libertação e emancipação que a sociedade lhes ‘oferecia’ eram rejeitados, porque não existiam para toda a comunidade, e sim, no máximo, para alguns indivíduos. Dependia mais da sorte ou do favor, do que de direito adquirido. A comunidade era lugar de resistência porque através do sofrimento injusto, suportado em comunidade, eles denunciavam as injustiças da sociedade, como o próprio Cristo no seu corpo... A carta articula uma práxis que corresponde às necessidades do grupo: transformar a comunidade em uma casa/família para os despossuídos (NOGUEIRA, 2002, s/p.).

As observações de Paulo Nogueira (2002) à primeira carta de Pedro nos levam a perguntar até que ponto nossas comunidades, hoje, são efetivamente um referencial de resistência e luta para os que sofrem a exclusão social. Os

excluídos veem nelas um refúgio, um abrigo, um lugar de encontro? A mesma questão poderia ser dirigida à própria Pastoral dos Migrantes: em que medida esta pastoral constitui um verdadeiro ponto de referência para os sem raiz e sem pátria, sem-terra e sem rumo? Onde a enorme e crescente multidão dos “sem” encontra hoje refúgio e proteção?

5 A CASA/FAMÍLIA COMO REFERENCIAL DE SEGURANÇA

Em outra etapa de nosso estudo já nos referimos à simbologia da casa para a Pastoral dos Migrantes. Dizíamos que a casa é a “roupa da família”. Todo grupo que se ama – em especial a família – tem seus segredos e seus mistérios. Desenvolve uma intimidade única e inviolável. Para protegê-la dos olhares estranhos, faz-se necessário um abrigo, um lar, revestido de paredes, cortinas, janelas e teto. A nudez requer a proteção do amor e do carinho, e estes, o abrigo de uma casa. Uma família sem casa é como um corpo sem roupa, exposto à curiosidade e à devastação dos transeuntes desconhecidos. Nada é mais corrosivo à intimidade do que escancará-la em praça pública. Como manter a dignidade humana em tais condições? A casa é o refúgio onde o amor pode criar raízes e se fortalecer.

Estudando as origens sociais do cristianismo primitivo, Ekkehard W. Stegemann e Wolfgang Stegemann (2001) chamam a atenção para a importância da instituição casa/família no nascimento e na consolidação das comunidades cristãs. Seus comentários referem-se ao contexto social dos Atos dos Apóstolos e das cartas paulinas, mas, guardadas as diferenças, podem estender-se para o universo das cartas de Pedro.

Afirmam esses autores que “a casa, a unidade sócio-econômica fundamental das sociedades antigas, tem uma importância fundamental tanto no contexto social das comunidades cristãs primitivas como no vocabulário neotestamentário”. Segundo eles,

às metáforas da casa e da família correspondem também as exortações éticas do amor ao próximo e do amor fraterno. Estas inspiram-se, a seu modo, em antigas normas de reciprocidade, em que o amor fraterno representa um comportamento solidário no seio da família nuclear ou da parentela, e o amor ao próximo a reciprocidade equilibrada entre vizinhos e amigos... Também a hospitalidade é uma forma de solidariedade no contexto da reciprocidade equilibrada (STEGEMANN/ STEGEMANN, 2001, p. 314).

Ainda de acordo com os Stegemann,

os que acreditavam em Cristo, comprometidos com a missão, encontravam nas casas dos companheiros de fé, hospitalidade e, em caso necessário, também

apoio econômico. As relações sociais entre os mesmos inspiravam-se na antiga solidariedade de vizinhança e de família. Assim, podemos afirmar com tranquilidade que as comunidades cristãs, para a concepção que tinham de si mesmas e de suas relações sociais, inspiravam-se no modelo da casa antiga ou do núcleo familiar (STEGEMANN/STEGEMANN, 2001, p. 316-317).

Evidente que, ao contrário das comunidades paulinas e dos Atos dos Apóstolos, o contexto social das comunidades da carta de Pedro é muito mais tenso e hostil. Isso leva os cristãos a aplicarem à própria comunidade o conceito de *casa/família* enquanto referencial de segurança e apoio. Mais precisamente, conforme o comentário da Edição Pastoral da Bíblia, “Pedro escreve, mostrando que a união entre eles, seja na família seja na comunidade, há de ser tão fraterna e acolhedora, que formem justos a ‘casa de Deus’”.

J. H. Eliot (1985), por sua vez, joga com as palavras gregas *paroikoi*, *parepidemoi* e *oikos*, respectivamente peregrinos, forasteiros e casa. A carta de Pedro, segundo ele, insiste em que a hospitalidade, o amor fraterno e a união entre os cristãos, estrangeiros e perseguidos, converter-se-á em *oikos* para os *paroikoi*, isto é, em casa para os que se encontram fora de casa e da pátria. Traços dessa identificação entre casa, comunidade e pátria encontram-se também na Carta aos Efésios:

Vocês, portanto, já não são estrangeiros nem hóspedes, mas concidadãos do povo de Deus e membros da família de Deus. Vocês pertencem ao edifício que tem como alicerce os apóstolos e profetas; e o próprio Jesus Cristo é a pedra principal dessa construção. Em Cristo, toda construção se ergue, bem ajustada, para formar um templo santo no Senhor. Em Cristo, vocês também são integrados nessa construção, para se tornarem morada de Deus, por meio do Espírito (BÍBLIA, Efésios, 2,19-22).

A esta altura, não custaria muito retomar alguns salmos do Antigo Testamento e ver aí a simbologia e espiritualidade da noção de casa. Com frequência a poesia de tais orações alude à “casa ou tenda de Javé” como sinônimo de refúgio, abrigo, segurança, fortaleza, rocha. Diante das intempéries da caminhada, “uma só coisa peço a Javé e só esta procuro: é habitar na casa de Javé todos os dias de minha vida, para gozar a doçura de Javé e contemplar o seu templo”, diz o salmista (BÍBLIA, Salmos, 27).

Por que os israelitas sonhavam com a “casa de Javé”? Talvez porque, sendo um povo peregrino, sempre a caminho, acabaram desenvolvendo e nutrindo o sonho de estabilidade numa casa segura. Tal segurança é transferida para o sagrado e transparece na espiritualidade dos salmos. A realidade dura do caminho

e da tenda leva a sonhar com o abrigo da casa. Afinal, como bem sabemos, os sonhos costumam expressar nossas carências mais profundas. Ocorre o mesmo com os poetas e cantores do samba: experimentando a realidade difícil dos barracos “pendurados no morro”, cantam com frequência o tema da moradia.

Seja como for, o que queremos sublinhar é a conceito de casa enquanto fortaleza. Lugar sólido onde podemos nos abrigar para recuperar as forças. Quem caminha precisa de um ponto de chegada, ainda que este se transforme em novo ponto de partida. Casa ou tenda, o peregrino necessita descansar, se quiser continuar a caminhada. A casa representa a certeza do pão sobre a mesa, dos amigos ao redor dela e do calor humano. Ou seja, a certeza de que, refeitas as energias, o caminho pode ser retomado.

6 CONSIDERAÇÃO FINAIS

A noção de casa/família contém, portanto, quatro dimensões indissociáveis: *lugar de segredos e intimidade*, onde as pessoas criam ou reforçam laços de família e se sentem em um lar de acolhida e proteção; *campo de resistência e mútuo apoio*, frente a todo tipo de hostilidades e tensões por parte dos inimigos, como também frente a curiosidade dos estranhos; *“ponto de abastecimento”* para a recuperação das forças, com vistas a prosseguir a caminhada; *horizonte de utopia e esperança*, na mística daqueles que, ainda a caminho, buscam e lutam pela construção da Terra Prometida, do Reino de Deus ou de outro mundo possível.

Não é necessário gastar mais palavras, nem precisamos de muito esforço, para dar-mo-nos conta da relevância desses elementos para o trabalho pastoral junto aos migrantes. São estes, de fato, os atuais *estrangeiros, peregrinos e forasteiros – paroikoi* – de que nos fala o autor da primeira carta de Pedro. Para eles é que a pastoral pode abrir “casas”, pontos de referência, para a defesa de seus direitos e para a luta por uma cidadania universal, como já lembrava o bispo J. B. Scalabrini há mais de um século: “para o migrante a pátria é a terra que lhe dá o pão”.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, A.. A saída é... ficar: O conflito dos cristãos com a sociedade segundo a primeira carta de Pedro. In: **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, n. 15, Ed. Vozes,, 1987.

BÍBLIA. N. T. 1º Pedro. In. BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: contendo o Antigo e o Novo Testamentos. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990, pp 1495-1501.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In. BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: contendo o Antigo e o Novo Testamentos. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990, pp 1432-1438.

BÍBLIA. N. T. Salmos. In. BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: contendo o Antigo e o Novo Testamentos. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990, pp 637-792.

ELIOT, J. H. **Um lar para quem não tem casa**: interpretação sociológica da primeira carta de Pedro. São Paulo: Paulinas, 1985.

NOGUEIRA, P. A. de S. **As Cartas de Pedro**: O Evangelho dos sem-teto. Série “Como lera a Bíblia”. São Paulo: Ed. Paulus, 2002.

STEGEMANN, E. W.; STEGEMANN, W. **Historia social del cristianismo primitivo**: Los inicios en el judaísmo y las comunidades cristianas en el mundo mediterráneo. Navarra: Ed. Verbo Divino, 2001 (as citações do texto têm tradução livre).

RESUMO

Um lar para quem não tem casa é o título conferido pelo comentário da Edição Pastoral da Bíblia, Paulus, à primeira carta de Pedro (1Pd). Segundo ele, a carta foi escrita “aos que vivem dispersos como estrangeiros no Ponto, Galácia, Capadócia, Ásia e Bitínia” (BÍBLIA, 1Pd, 1,1). Perguntemos, de início, quem é o autor da carta, quando foi escrita e quem são seus destinatários? A carta foi escrita por volta do ano 100 de nossa era, e dirigida aos “estrangeiros” que viviam nas comunidades da Ásia Menor, com a finalidade de prepará-los para um período de grandes provações e de perseguição. As características descritas na carta coincidem, em grande parte, com a situação concreta dos migrantes nos dias de hoje: a perda das raízes e das referências, a luta pela sobrevivência e por melhores condições de vida, a insegurança longe da própria terra e da pátria, os problemas enfrentados no dia a dia, o preconceito e discriminação de que são alvos fáceis. Em razão disso, escolhemos a primeira carta de Pedro para estudo. Esta carta nos fornece uma chave de leitura para entender a realidade atual das migrações e também nos aponta algumas pistas para a atuação pastoral.

Palavras-chave: 1ª Carta de Pedro; Pastoral dos Migrantes; Acolhida; Casa/comunidade.

ABSTRACT

A home for those who have no home is the title given by the commentary of the Pastoral Edition of the Bible, Paulus, to Pedro's first letter (1Pd). According to him, the letter was written “to those who live dispersed as foreigners in Ponto, Galatia, Cappadocia, Asia and Bitínia” (BÍBLIA, 1Pd, 1,1). Let us ask, at the outset, who is the author of the letter, when was it written and who are its recipients? The letter was written around the year 100 of our era, and addressed to the “foreigners” who lived in the communities of Asia Minor, with the purpose of preparing them for a period of great trials and persecution. The characteristics described in the letter largely coincide with the concrete situation of migrants today: the loss of roots and references, the struggle for survival and better living conditions, insecurity far from the land itself and from the motherland. , the problems faced on a daily basis, the prejudice and discrimination of which they are easy targets. As a result, we chose Pedro's first letter for study. This letter provides us with a reading key to understand the current reality of migration and also points us to some clues for pastoral action.

Keywords: 1st Letter from Pedro; Pastoral of Migrants; Welcome; House/community.

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitas, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AU-

TORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.

b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.

c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____. **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <[TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXIII, Nº 88 - Janeiro - Junho/2020](http://www.>. Acesso em: 30 set. 2007.</p></div><div data-bbox=)

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação.* Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.*

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253-259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.*

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo.** 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar: comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar.** 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão "In:," nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginalia, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros

Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros.

Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: "Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento

adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESTA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que cantante: **Os migrantes**

Politicamente.....	ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;
Culturalmente.....	alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;
Economicamente..	são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;
Teoricamente.....	abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

Sumário

APRESENTAÇÃO

Uma breve apresentação do Haiti

Ismane Desrosiers

DOSSIÊ HAITI, HAITIANOS

Democracia e Direitos na República Negra da América

Fabiana Bezerra Nogueira

A precarização do trabalho do imigrante haitiano em São Paulo

Priscilla Pachi

Trajétorias exploratórias na periferia do capitalismo: reflexões a partir dos trabalhadores haitianos na indústria têxtil do noroeste do Paraná

Flávio Ribeiro de Lima

A articulação do imigrante haitiano com a Igreja Adventista do Sétimo Dia em São Paulo e a comunidade haitiana adventista

Bernadete Alves de Medeiros Marcelino

Agiotas da mobilidade e migração haitiana: um debate sobre agenciadores em processos migratórios no/ao Brasil e políticas estatais de fronteira

Isis do Mar Marques Martins

ARTIGO

Um lar para quem não tem casa: considerações sobre a primeira carta de Pedro no contexto da mobilidade humana

Alfredo José Gonçalves, Cs

travessia@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576

TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869